



Revista de Estudos Culturais

EDIÇÃO 10 (2025)

EACH USP - São Paulo/ SP

A Revista Estudos Culturais é uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP). A revista incentiva a submissão de artigos originais e resenhas em todas as vertentes dos Estudos Culturais.

Edição 10 (2025)

ISSN: 2446-7693

Rua Arlindo Bétio, 1000

Ermelino Matarazzo

São Paulo - SP - Brasil

CEP 03828-000

E-mail: revistaestudosculturais@gmail.com

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revistaec>



Reitor

Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-reitor

Profª. Drª. Maria Arminda do Nascimento Arruda



EACH

Escola de Artes, Ciências e Humanidades
da Universidade de São Paulo

Diretor EACH-USP

Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha

Vice-Diretora EACH-USP

Profª. Drª. Fabiana de Sant'Anna Evangelista

**Programa de Pós-Graduação
em Estudos Culturais**

Coordenador

Profª. Drª. Valéria Cazetta

Suplente

Prof. Dr. André Fontan Kohler

Organizadores do Dossiê - Edição 10

Graziela Serroni Perosa

Editora Chefe

Luciana Dadico

Editores

Graziela Serroni Perosa

Jefferson Agostini Mello

Luiz Menna-Barreto

Maristela Carneiro

Sandra Lucia Amaral de Assis Reimão

Conselho Editorial

Ana Carolina D Escosteguy (PUC-RS)

Alfredo Veiga Neto (UFRG)

Aristóteles de Paula Berino (UFRRJ) Luís

Paulo de Carvalho Piassi (USP) Maria

Elisa Cevasco (USP)

Rachel Esteves Lima (UFBA)

Nicholas Brown (Universidade de Illinois)

Assistente editorial

Bianca Camila de Andrade Silva

Revisão de língua portuguesa

Cristiane Imperador

Diagramação e Projeto Gráfico

Maria Eduarda Andreazzi Borges Anna

Karolyne Souza Miranda

EDITORIAL

Por Graziela Serroni Perosa

03 - 06

ENTREVISTA

ENTREVISTA COM MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES

07-34

Por Luciana Dadico

ARTIGOS

Literaturas infantis e a educação infantil no centro da cruzada antigênero

35 - 61

Por Priscila Bispo de Lacerda, Daniela Finco (UNIFESP)

Saberes localizados das mulheres em situação de violência: uma análise interseccional da Lei Maria da Penha

62 - 80

Por Luciana de Freitas (UNESP)

Representações de gênero nos filmes *Jurassic Park* e *Ammonite*

81- 96

Por Erich Lie Ginach (UNICAMP), Ilka de Oliveira Mota (UFSCar) e Anna Paula Quadros Soares (UFSCar)

A “personagem feminina forte”: representação e estereótipo do feminino em séries policiais brasileiras

97- 119

Por Aélton Alves de Melo Júnior (UFF/UFCEG)

Em busca de um objeto: cerâmica, mulheres, trabalho e educação

120 - 146

Por Daniela Auad (UFSCar) e Stéfany Vitores de Oliveira (UFSCar)

Gozo, violência e abjeção aos corpos trans no Brasil

147 - 174

Por Cristian Anderson Puhl (UFFS) e Thais Janaina Wenczenovicz (PUC/RS)

Iniciamos o ano com a publicação do Dossiê “Representações de gênero, política e cultura”, organizado pela professora Graziela Serroni Perosa, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da USP. Em virtude da grande quantidade de manuscritos recebidos pela nossa editoria por ocasião da chamada, em 2024, e a fim de assegurar o tempo adequado de avaliação e ajustes necessários para assegurar a qualidade de nossa revista, optamos por publicar o dossiê em duas edições: volume 9 e volume 10. O volume 9 foi publicado em dezembro de 2024, e contou com uma tradução e seis manuscritos (um deles na sessão *Varia*).

O texto inaugural deste volume 10 é a entrevista de Maria Amélia de Almeida Teles, renomada militante dos direitos humanos, especialmente dos direitos humanos das mulheres. Operária mineira, presa e torturada durante a ditadura militar no Brasil, Amelinha, como é conhecida, oferece ao público da revista seu generoso testemunho histórico, ao mesmo tempo em que se reafirma como voz potente na crítica das arbitrariedades cometidas pelo Estado brasileiro e de sua particular crueldade com as mulheres no período, na crítica das assimetrias políticas presentes nos partidos de esquerda, e no trabalho de organização das mulheres pelo avanço de suas pautas – desde o bem-sucedido reconhecimento do direito ao aborto na Constituinte de 1988 até sua atual liderança em projetos de formação, conscientização e defesa dos direitos das mulheres por meio da ONG União de Mulheres, do projeto Promotoras Legais Populares, dentre outros. Para militantes, estudiosos e historiadores do feminismo no Brasil, sua entrevista é um texto para ter sempre ao alcance da mão.

Abrindo a sessão de artigos e ensaios desse volume, as autoras Priscila Bispo de Lacerda e Daniela Finco, da Universidade Federal de São Paulo, abordam, em *Literaturas infantis e a educação infantil no centro da cruzada antigênero*, a relevante e urgente questão das ofensivas conservadoras antigênero na educação das crianças brasileiras. Tema que nos convida a pensar sobre a dificuldade em se assegurar as conquistas políticas das mulheres e a necessidade

de nos ocuparmos com mais atenção da educação como tarefa fundamental em uma democracia. Partindo de episódios polêmicos envolvendo a tentativa de censura de livros de literatura infantil em escolas da região metropolitana de São Paulo, os casos analisados pelas autoras são ilustrativos dos acontecimentos que vêm se desdobrando em todo o cenário social, político e cultural do país nos últimos anos, revelando a incisiva presença do ativismo religioso, que encontra na falaciosa ideia de “ideologia de gênero” um artefato de persuasão potente. Com referencial teórico em pesquisas sobre a literatura infantil e a diversidade de gênero, que evidenciam a presença de estereótipos de gênero nesses artefatos culturais produzidos para crianças, e problematizando as mensagens voltadas para as normatizações de gênero, Lacerda e Finco refletem sobre tais ameaças e denúncias, apontando a premência de se discutir e publicizar essa problemática.

Em *Saberes localizados das mulheres em situação de violência: uma abordagem interseccional da Lei Maria da Penha*, Luciana de Freitas, da UNESP, traz à tona um tema de grande relevância neste dossiê: a necessidade de incluir aspectos interseccionais na elaboração e no desenvolvimento de políticas públicas. Por meio de dados colhidos por institutos de pesquisa acerca do perfil das mulheres em situação de violência no Brasil e de sua pesquisa de campo, com aportes teóricos da genealogia negra e sulamericana (que a seu ver ampliam a compreensão da ideia de interseccionalidade e de sua orientação geopolítica), a autora discute a necessidade de uma abordagem interseccional, racializada e regionalizada nos estudos e políticas acerca da violência contra mulheres, notadamente nas ações viabilizadas pela Lei Maria da Penha. A autora considera que as políticas de enfrentamento à violência de gênero precisam levar em conta os contextos sociais em que se inserem, atentando-se a categorias sociais, de opressões e privilégios que atuam de forma simultânea.

A ficção também tem constituído bem-vindo objeto de crítica na esfera temática deste dossiê. Em *Representações de gênero nos filmes Jurassic Park e Amonite*, Erich Lie Ginach (Unicamp) analisa as representações de gênero,

tendentes à estereotipia, presentes em filmes contemporâneos envolvendo personagens paleontólogas em particular, com base nos casos de *Jurassic Park – O parque dos dinossauros* (1993) e do britânico *Ammonite* (2020). Valendo-se do referencial teórico da análise de discurso materialista e dos estudos feministas-marxistas de Silvia Federici, o autor considera que, além das personagens mulheres fortes, ambos os filmes guardam uma posição crítica comum em relação aos papéis masculinos, valendo-se de um imaginário inusitado que coloca seu próprio gênero fílmico em questão.

Nessa mesma linha, *Personagem feminina forte: representação e estereótipo do feminino em séries policiais brasileiras*, de Aélton Alves de Melo Júnior (UFF/UFCG), investiga o modo como mulheres policiais são representadas no protagonismo de séries televisivas brasileiras. Tomando como norte o estereótipo narrativo denominado de “personagem feminina forte”, um tipo de representação que atribui às mulheres características tradicionalmente associadas à masculinidade hegemônica, o autor debruça-se sobre as representações das protagonistas nas séries *A Justiceira* (TV Globo, 1997), *Rotas do Ódio* (Universal TV, 2018) e *Bom Dia, Verônica* (Netflix, 2020), traçando seu perfil. Utilizando os episódios-piloto das séries, com base em conceitos de representação social, circulação midiática e performances de gênero, foi possível identificar as imagens, posturas e motivações daquelas personagens, identificando narrativos e imagéticos, com a predominância de protagonistas brancas, a recorrência de vestimentas em tons escuros/neutros e a presença de dicotomias explícitas entre razão (força) e emoção (vulnerabilidade) – algo historicamente associado à distinção entre masculinidade e feminilidade.

Daniela Auad, da Universidade Federal de São Carlos, apresenta no ensaio *Em busca de um objeto: cerâmica, mulheres, trabalho e educação*, uma discussão sobre o estado da arte de pesquisas em trabalho, arte e educação nos últimos dez anos, no que diz respeito, especificamente, à cerâmica artesanal feita por mulheres. Tal mapeamento, concentrado de forma sistemática na Biblioteca

Digital Brasileira de Teses e Dissertações da USP, revelou onze teses e dissertações, analisadas criticamente em seu texto, que constitui um ponto de apoio útil para estudiosos das artes manuais realizadas por mulheres.

Por fim, encerrando este dossiê, o ensaio *Gozo, violência e abjeção aos corpos trans no Brasil*, de Cristian Anderson Puhl (UFFS), investiga a relação entre a hipersexualização, as violências e as violações dos direitos humanos sofridas por pessoas trans no Brasil, correlacionando o consumo de conteúdo adulto envolvendo corpos trans e os altos índices de assassinatos dessa população, evidenciados em um relatório apontando o Brasil como líder global em crimes de ódio pelo 15º ano consecutivo em 2023. Fundamentado em procedimentos da análise documental e da estatística de fontes primárias, em diálogo teórico com as chamadas *epistemologias do Sul* e nos estudos interseccionais, o trabalho de Puhl oferece contribuição importante para compreendermos melhor as dinâmicas envolvendo representações hipersexuais e marginalização dos corpos trans, apontando para novas perspectivas de estudo e sugerindo futuras investigações.

Esperamos, da parte desta editoria, que os trabalhos aqui reunidos possam auxiliar no estabelecimento de redes entre pesquisadores(as) e no avanço das pesquisas sobre representações de gênero no Brasil, as quais, a despeito de seu atraso em relação a outros países, vêm crescendo exponencialmente, revelando sua decisiva importância – especialmente no campo dos Estudos Culturais.

São Paulo, março de 2025.

Graziela Serroni Perosa

ENTREVISTA COM MARIA AMÉLIA TELES

POR Luciana Dadico

O encontro com Maria Amélia de Almeida Teles se deu na manhã do dia três de junho de 2024, em uma sala da União de Mulheres¹, na Bela Vista, região central da cidade de São Paulo. A conversa, que durou cerca de uma hora e meia, transcorreu de forma bastante descontraída. Embora eu (profa. Luciana Dadico) e a profa. Graziela Serroni Perosa tivéssemos, enquanto editoras e organizadoras deste dossiê, tematizado alguns pontos previamente, preocupava-nos evidenciar, por um lado, o percurso formativo da entrevistada e, por outro, as especificidades de seu lugar como mulher na produção de testemunhos e análises acerca de nossa história recente e atualidade política. Evitamos, ao elaborar nossas perguntas, abordar episódios dolorosos de suas vivências no período sob tortura, sobre os quais a entrevistada já discorreu em publicações anteriores.

Amelinha, como é conhecida, tem sido uma das principais vozes na denúncia de crimes cometidos pelo Estado brasileiro durante a ditadura militar de 1964-85, bem como na busca pelo reconhecimento e reparação desses crimes, assumindo lugar de destaque na discussão das situações enfrentadas pelas mulheres militantes, tanto em relação à violência de Estado quanto na relação com a própria militância. Sua entrevista mostra como a violência incide estruturalmente sobre as mulheres, intensificando as dificuldades que elas enfrentam para fazer valer sua crítica, voz e poder político.

Com uma capacidade excepcional de elaborar as violências sofridas, transformando-as em experiências passíveis de serem compartilhadas coletivamente e fortalecer a luta por direitos, Amelinha segue produzindo: como coordenadora da OnG União de Mulheres, responsável por diversos projetos de formação política e inclusão de mulheres, e do Bloco Carnavalesco Dona Yayá;

¹ União de Mulheres é uma organização feminista mantida há 40 anos na cidade de São Paulo e liderada por Maria Amélia Teles (<http://www.uniaodemulheres.org.br/>).

como palestrante e escritora, autora de livros icônicos como *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*; *O que são Direitos Humanos das Mulheres*; *Feminismos: ações e histórias de mulheres*; e *Contos da cela três: memórias de uma presa política na ditadura*, que se encontra no prelo – dos quais trata também na entrevista.

Com 80 anos recém completos, as memórias de Maria Amélia Teles nos brindam com uma visão perspicaz de nossa história, sob a ótica da mulher trabalhadora. Como operária, o ingresso de Amelinha na política se deu via sindicato dos metalúrgicos (quando trabalhou para a Mannesmann em Minas Gerais). Sua fala é modulada por sua experiência partidária e à frente do movimento feminista, trazendo à tona demandas das mulheres (notadamente das mulheres negras e lésbicas), frequentemente preteridas na elaboração de políticas públicas. Ao mesmo tempo, ela busca preencher lacunas em uma narrativa histórica mais ampla e expõe a necessidade de aprofundar estudos sobre as condições das mulheres não brancas no período colonial.

Dentre outras análises, ela nota como a ausência de um olhar específico da esquerda sobre a participação das mulheres na sociedade, e suas condições interseccionais, contribuiu para a o crescimento de manifestações conservadoras de extrema direita, como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que preparou o terreno para o Golpe de 1964 – mostrando como esse déficit diagnóstico tem custado caro à sociedade brasileira ainda hoje. Em plena atividade, as memórias de Amelinha trazem luz para desafios contemporâneos do país, tais como fortalecer a democracia e elaborar políticas públicas interseccionais, capazes de proteger a diversidade de mulheres na sociedade e, em especial, daquelas duplamente prejudicadas pelas injunções de classe, raça e gênero. Neste dossiê sobre representações contemporâneas das relações de gênero, a entrevista dessa feminista histórica brasileira possibilita manter viva e presente as lutas daquelas que nos precederam na longa batalha pela igualdade de gênero.

Luciana: Em primeiro lugar, Amelinha, eu queria agradecer muitíssimo sua disponibilidade. É uma honra estar aqui conversando com você, conhecer melhor sua história, suas reflexões, suas posições. Gostaria que você começasse contando um pouco como se deu o seu ingresso na vida política, sua relação com a militância durante a ditadura.

Amelinha: Eu nasci em 1944. Vou fazer 80 anos este ano. Nasci no final do Estado Novo, pré-ditadura Vargas. O Brasil vivia sob uma ditadura fascista — as ditaduras são fascistas, de um modo geral — no final da Segunda Guerra Mundial. Já nasci num tempo de muita efervescência política, porque o Estado Novo tinha perseguido principalmente os que defendiam a classe trabalhadora. A Segunda Guerra foi uma guerra de um caráter econômico, político, cultural, mas principalmente racista, né? Ela foi uma guerra contra as pessoas que não eram “arianas”. Meu pai era comunista, sindicalista, então a gente sempre conversava sobre política, sobre a classe trabalhadora, o comunismo, o nazifascismo. Nós vivemos até hoje as consequências da Segunda Guerra Mundial. A gente fala: o *nazifascismo foi derrotado*. Não, ele foi acuado num determinado momento, mas ele permanece aí. Eu cresci e sempre fui comprometida com a minha classe. Você vai fazendo uma leitura crítica da sociedade. *Olha, mas é isso mesmo? Não poderia ser de outro jeito?* Aí você vê que as mulheres estão num plano inferiorizado em relação aos homens, mesmo no campo da esquerda. Eu fui percebendo, quando entrei no Partido Comunista, que a polícia sempre foi contra nós. Nunca veio a polícia a favor. Nunca. Nas vésperas do golpe de 1964 — [o golpe] está fazendo 60 anos, né? — você vê as mulheres sendo manipuladas. Entrei no partido, eu tinha de 13 para 14 anos, e via que as mulheres eram tratadas de outra forma. Mulher não podia fazer determinadas atividades, não podia ocupar certos cargos no partido. A esquerda via as mulheres como submissas, os homens é que mandavam. Eu era esquisita, porque eu achava que homens e mulheres

tinham que ser iguais. Não é uma luta pela igualdade? *Esquisitice sua...* Eu não gostava daquilo. Eu não fui do movimento estudantil, entrei logo na Companhia Siderúrgica Mannesmann, uma metalúrgica, fui trabalhar lá. Quando eu fui trabalhar mesmo, de carteira assinada, fui procurar o sindicato. O sindicato já estava sob intervenção. Entrei na Mannesmann no dia 23 de março de 1964, dia 31 já aconteceu o golpe.

Luciana: Isso em Contagem?

Amelinha: Em Belo Horizonte. Eu nasci em Contagem, mas Belo Horizonte está ali junto. Barreiro de Baixo, o nome do bairro. Belo Horizonte tem Barreiro de Baixo, onde ficava a Mannesmann, e o outro fica lá em cima, o Barreiro de Cima. Eu acompanhava política, via o esforço do João Goulart no sentido de se comprometer com reformas de base. Ele tentou, tomou duas medidas. Mas o golpe, na verdade, acho que [existe] desde quando eu nasci, no final da Segunda Guerra Mundial, se não antes, na ditadura Vargas. Os militares queriam um outro tipo de ditadura, mais voltado para a defesa das multinacionais e do chamado, na época, imperialismo americano. Hoje me choca falar que os Estados Unidos é um país democrático. Não acredito. Por isso eu vejo muita gente que não acredita na democracia, porque a democracia não é isso, não mesmo. Eu defendo a democracia, aprendi na minha própria pele o quanto é importante. Mas os Estados Unidos não é [um país] democrático. Só que ele manda no mundo, né?, pelo poderio econômico, pelo capitalismo. Está disputando com a China, hoje, mas, naquela época... A participação política era contra a luta popular lá em Belo Horizonte, os latifundiários, os banqueiros eram muito fortes. O governador era banqueiro, o maior banqueiro do Brasil. José Magalhães Pinto era um forte aliado dos militares, representante dos empresários e contra o povo. Ele fazia toda uma articulação, era de extrema-direita. João Goulart tomou a iniciativa de fazer o controle de remessas de lucros para o exterior. Quer dizer, tinha que aplicar dentro

do próprio Brasil uma parte dos lucros das multinacionais. Porque eles sempre usaram nosso território como se fosse deles, essa massa humana, que é massa, mesmo. Eles fazem o que querem e levam tudo pra fora. No caso do João Goulart, queria que deixasse uma parte aqui, que aplicasse em intervenções sociais. Por isso nasceu o grupo escolar da Mannesmann, onde eu trabalhei, por conta desse decreto do João Goulart. A Mannesmann... o quanto que ela ganhou, roubou, explorou e continua explorando: apenas mudam o nome. No entanto, uma escolinha, para os filhos dos operários da Mannesmann tinha. Nessa escolinha que eu fui trabalhar. A outra medida foi no dia 13 de março, quando ele faz o famoso comício na Central do Brasil, que dizem, foi o maior comício que houve no Brasil até então. O Comando Geral dos Trabalhadores convocou o povo para ir na Central do Brasil, junto com a UNE, a União Nacional dos Estudantes, que era ativa naquela época. Hoje, você nem sabe o que é UNE. Eu faço muita palestra em escolas, hoje ninguém sabe o que é. Tenho que explicar: *UNE quer dizer União Nacional dos Estudantes, lá estão os estudantes universitários, porque os secundaristas têm outra entidade, são organizadas num nível municipal, estadual, nacional e tal.* Eu não vejo essas organizações mais.

Naquele comício, o Jango assinou uma lei, ainda acanhada e tímida, da reforma agrária. Aí, pronto. Essas duas iniciativas, cercar o capital internacional e abrir a terra para quem nela mora e trabalha, isso é muito para o nosso capitalismo, né? Para uma sociedade brasileira elitista. Historicamente falando, a exploração não começou quando eu nasci, vem desde a invasão dos europeus aqui nesse território. O fascismo, os militares, o que eles fizeram, como eles responderam? Eles já estavam preparados para responder dessa forma, isso é que é interessante. O comício foi dia 13, quando foi no dia 19 de março, em várias capitais do Brasil, mulheres saíram numa marcha com Deus pela família.

Não foi *olha, esse aqui é um governo comunista, vamos lutar contra ele.* Não foi numa semana, [nem] em seis dias que se preparou [o golpe]. Isso vinha num processo. Aí que eu trato da questão. Hoje a gente chama de gênero, na época,

eu falava *as mulheres*. Eu continuo falando *as mulheres*, porque eu acho que gênero é gênero e mulheres são mulheres. Gênero tem um conceito mais amplo, envolve mulheres, homens. Na época, eu pensei, mas não consegui elaborar muito, porque logo veio a ditadura, comecei a pensar nessa desigualdade entre homens e mulheres nessa marcha. E que essa desigualdade afetava a luta de classes. Porque a gente era ligado na luta de classes e na luta contra o racismo. Mas eu vou perceber isso um pouco depois, não vou perceber na hora. Na hora, eu percebo que tem alguma coisa errada com as mulheres. Minha consciência, em primeiro lugar, vem enquanto mulheres dentro de uma luta de classes. Falavam em 250 mil mulheres [na marcha], o governador ia na frente, com autoridade da igreja, militares, empresários, um monte de homem junto com as mulheres, que eram brancas, eu me lembro bem, classe média alta. Mulheres sendo bem tratadas. E, atrás, vinham as mulheres do povo: a mulher preta, favelada, que eram as empregadas domésticas. Minha sensação foi essa: elas são obrigadas a acompanhar ou elas vão perder o emprego. Agora, 250 mil... não, nunca fizemos. Eu vou em tudo quanto é passeata. Sábado eu estava na marcha das lésbicas. Vamos dizer que tinha mil mulheres, ali? Nós pensamos que ganhamos muito espaço. Ganhamos. Mas nós ainda estamos muito aquém de qualquer qualificação da cidadania. Ninguém falou da marcha das lésbicas. Tem das trans, do orgulho gay. Mas das lésbicas, não, ninguém falou. Por isso eu vou nessa marcha, porque acho que a gente tem que fortalecer esse grupo, dar visibilidade na sociedade. Enfrentar esse preconceito, mostrando nossa cara, nosso corpo, nossa alma.

Mas, voltando, esse foi o meu choque. Eu falei: *eu vou conversar com a direção do partido porque as mulheres pobres estão indo apoiar os militares*. Mas não tive tempo.

[Pausa para oferecer-me um café.]

O golpe começou em Minas. As tropas, comandadas pelo general Olímpio Mourão saem de Juiz de Fora e vão tomar o Rio, centro político mais importante naquela época. Aí aconteceu o golpe; meu pai ficou desaparecido por seis meses. Eu fui presa, também, com minha irmã. Nós fomos sequestradas, levadas pro quartel. Então, tivemos que ir para a clandestinidade. Eu fui da imprensa clandestina desde o meu primeiro dia na clandestinidade, até que eu fui sequestrada e presa, em 1972, pelo DOI-CODI aqui de São Paulo. Foi um processo. Em 65, não, 66, eu fico na clandestinidade até 1972.

Luciana: Sete anos...Você ficava em São Paulo ou em Minas?

Amelinha: Sete anos eu vou ficar na clandestinidade. Em vários lugares, conforme as necessidades do partido. Eu fui da principal gráfica do partido, junto ao comitê central. Eu vivia entre Rio e São Paulo. Acabei ficando em São Paulo. Hoje tem gente que acha que eu sou paulistana. Aí é essa história que você já conhece: minha família toda é sequestrada, meus filhos com quatro, cinco anos; minha irmã, grávida de oito meses, teve o seu bebê na cadeia. É uma história muito triste, a nossa. Trágica, mesmo. Porque a geração do meu pai, a minha geração e a geração dos meus filhos são três gerações cercadas, sequestradas, torturadas pela repressão. O que nós decidimos é que vamos denunciar até o fim da nossa vida as barbaridades que eles fizeram. Meus filhos seguem esse caminho. Mas, a sociedade perdeu muito. Nós perdemos nossa capacidade de nos indignarmos, de criar novas perspectivas, de fazer uma leitura crítica da sociedade. Nós perdemos as referências, os valores. Tem gente que fala: *Que bom que a ditadura acabou*. Nós não ganhamos, não. Ganhamos é experiência, né? Se é que ajuda. E essa experiência tem que ser respeitada, considerada, trabalhada, para que ela fortaleça a sociedade, senão, não adianta. Se eu morro com a minha experiência, sozinha, lá com meu cachorrinho, não adianta, né? Por isso, hoje eu escrevo muito, porque é uma forma de trazer não só a minha experiência pessoal, mas reflexões

que eu acho necessárias. Meu último livro, eu trouxe para você ver [mostrando o livro]: *Feminismos: ações e histórias de mulheres*. O último livro está no prelo: *Contos da cela 3: memórias de uma presa política na ditadura*.

Luciana: Você tem tido um papel muito importante, Amelinha, na produção de testemunhos do que se passou na época da ditadura militar, principalmente, além de todo o processo de construção da luta feminista. E, agora, na produção de ensaios, de textos escritos que materializam essas reflexões. Considerando a importância, para uma história da resistência, do ponto de vista das mulheres, uma área que percebe muitas lacunas na historiografia brasileira, como tem se dado esse seu processo de produção? Refiro-me também a suas pesquisas e leituras.

Amelinha: Eu nunca deixei de produzir. Nunca deixei de ser da imprensa, apesar de que a imprensa aconteceu na minha vida por uma imposição da ditadura. Não fui eu quem escolhi. Eu sempre escrevi. Meu livro mais famoso, *Breve história do feminismo no Brasil*, da Brasiliense, nem existe mais, tem mais de 30 anos. Esse ficou famoso, mas eu já escrevia antes. Eu era do *Brasil Mulher*, do *Jornal Movimento*. Eu fui do *Enfoque Feminista*, uma revista que umas organizações feministas faziam. Eu, inclusive, quem levei a ideia para o PC do B. Eu fui do PC do B, Partido Comunista do Brasil, mas fui expulsa do partido por ser feminista. Mesmo assim eu insisti para que o partido fizesse uma revista. E fez. Ela perdeu muito da minha ideia inicial, mas eu fui uma das propositoras, embora eles nem considerem. Eu os vejo hoje contando a história sem a nossa participação, a participação das feministas, das mulheres, é impressionante.

Luciana: Você conseguia registrar a autoria desses escritos, quando você publicava no jornal?

Amelinha: Não. Na clandestinidade não podia.

Luciana: Nem com pseudônimo?

Amelinha: Não valia a pena. Agora, tudo o que você achar na Classe Operária lá na UNICAMP, no arquivo Edgard Leuenroth, naquele período sou eu quem escrevo. Não é muita coisa. O partido nunca tinha espaço para tratar dessas questões das mulheres. Às vezes, um artigo ou outro que eu escrevia era sobre cultura, educação.

Luciana: Assuntos considerados menores.

Amelinha: Na esquerda, cultura, educação [são consideradas menores]. Tanto é que a educação está do jeito que está. Nós nunca demos importância à educação. Infelizmente, os estudantes deram, lutaram muito pela universidade pública, gratuita e de qualidade. Mas a vida vai ficando cada vez pior, então você acaba lutando pelo arroz e feijão, um lugar para morar e pronto. Um lugar pra morrer, um hospital. A perspectiva de revolução foi reduzida. A ditadura nos sequestrou essa perspectiva – eu acho a pior coisa que foi feita – para a sociedade brasileira. Outro dia, eu estava lendo a Heloísa Teixeira, uma professora da Academia Brasileira de Letras, sobre *A volta dos militares*. Existem pessoas que não sabem do que ela está falando.

Luciana: Nem das estruturas concretas de poder.

Amelinha: Exatamente. Você vê, o que que está forte hoje, no estado? A polícia e os militares, ou seja, é um estado policial-militar. Da educação, retiram cada vez mais o orçamento. Da saúde, acabei de ir lá ver, dá dó [pouco antes da entrevista, Amelinha havia ido à UBS do bairro para se vacinar]. É uma funcionária só pra fazer tudo. Então, você tem que ter paciência e esperar. Se eu for voltar lá amanhã, vai ser pior. É a mesma funcionária, ninguém contrata. E é um contrato precário. Nós estamos vivendo um estado policial-militar, não é à toa que vem um governador que fala em escola cívico-militar. E quem vai lá protestar, é preso, está sendo processado. Aquela menina trans que foi lá na Assembleia protestar contra a escola cívico-militar: ela tem o direito, gente. Ela estava me representando, ali. Porque eu não fui, mas eu queria estar lá junto com ela. E, no entanto, ela é presa, e agora responde processo. Vai se tornar ré. Acusada de quê? De defender a democracia, de defender o ensino com autonomia, um ensino que aguce a criatividade da juventude. As mulheres e homens da minha geração, conscientes ou não, contribuímos muito para o feminismo. Eu não chamo de *onda feminista* para desnaturalizar essa situação de inferioridade das mulheres, acho que *onda* é uma coisa muito natural. Não é *onda*, não é um fenômeno, é um processo histórico. Sem história nós não vamos enxergar, ali na esquina, o que está acontecendo. Enxergar no sentido de compreender, de pensar: *Aquilo está acontecendo, mas poderia ser diferente. Nós já vivemos isso em outra época, vamos sair dessa. Como? Tem caminhos.* Inovar mesmo, inventar uma nova forma de viver. Para a gente inventar, é bom buscar o repertório que a gente já construiu em outros tempos. Minha produção não é coisa de agora. A produção mais nova também não é. Esse livro – pode chamar de literatura, eu nem sei que nome dar ao estilo – está fazendo muita falta. São contos. Eu fiquei seis meses incomunicável na cela três. Comecei a escrever contos para que os meus filhos entendessem. Se um dia eu voltasse a encontrá-los, eu queria que eles entendessem porque nós ficamos tão separados, porque eles cresceram sem mim. Eu não vi o que estava acontecendo com eles, porque eu estava incomunicável. Então, eu escrevia contos. Num

papelzinho de cigarro. Antigamente, tinha aquele... eu não sei agora, porque eu não fumo mais, não uso cigarro, mas era um papelzinho. Eu arrumei canetinha, me deram. Essa necessidade de comunicação é tão forte no ser humano, que nós conseguimos nos comunicar mesmo estando em condição de incomunicabilidade. É impressionante! Você é psicóloga, você estuda isso... eu penso: *como a gente pode descobrir tantas coisas dentro da cadeia?* Você está sozinha, isolada numa cela, mas isso acontece, e não só acontece comigo. Nem todo mundo conta suas experiências de cadeia. Eu escrevia, dobrava bem pequenininho e dava um jeito de mandar. Só havia homens, eu era a única mulher, mandava para um homem que eu achava simpático. E eles adoravam. Eles ficavam esperando eu escrever, era uma festa! Eu escrevia como se tivesse escrevendo para os meus filhos. Outros contos eu nem cheguei a escrever, não deu tempo. Mas eu imaginava as histórias. Agora, na pandemia, eu escrevi quinze contos. Na verdade, eu reescrevi aqueles, porque a polícia ia fazer batida na cela e levava tudo embora. Então, eu não fiquei com nenhum papelzinho desses. Eu contei para os meus filhos assim de boca, na memória. [O título] *Contos da cela três é cafoníssimo*, mas eu cheguei à conclusão que são os contos da cela três. Se você não gostar, paciência. Sempre escrevi, sempre falei, eu sempre denunciei a ditadura, denuncio. Não é justo eu ver isto, aquilo, saber e não denunciar. Não só para mim mesma, mas para qualquer pessoa. A ditadura não acabou. Eu nem gosto de falar *para que nunca mais aconteça*. Está acontecendo todo dia, toda hora. Você vê a matança aqui na Baixada Santista: eu vi, não foi ninguém quem me contou. Eu fui conversar com as mães, houve muito mais morte do que as que foram computadas oficialmente. As mães ficaram sabendo que havia corpos ali nos mangues jogados. Elas contaram que no domingo, ontem, teve uma manifestação a favor do governador por ter feito essa matança, por ter "livrado" aquela região dos bandidos. É assim que a sociedade vê. Gente, ninguém nasceu pra ser assassinado! Todo mundo tem direito à vida. É claro que cada um é responsável por seus atos, se você cometeu um ato que prejudicou outra pessoa,

you tem que responder por ele. Isso está na lei. Não precisa eu estar explicando isso. Mas, é "bandido" que ninguém sabe quem é.

Luciana: Não houve julgamento.

Amelinha: Não! Eu vi o Hamilton Mourão, quando era vice-presidente da República, falando sobre aquela chacina em Jacarezinho, no Rio de Janeiro, que era tudo bandido, mas a polícia não sabia quem eram as pessoas, as famílias perguntando... Como é que eu falo que é bandido, eu condeno sem processo e sem saber nem quem são essas pessoas? Porque é preto, é bandido? Porque é jovem, é bandido? Porque é pobre, é bandido? Quer dizer, isso pra mim é ditadura ainda. Eu vou preparar uma aula de História, porque pediram pra eu dar uma aula sobre os 60 anos do golpe militar. É um curso para a [revista] Carta Capital. É bom contar um pouquinho a história do Brasil. Porque você veio de golpe em golpe. A República é instalada, proclamada aqui no Brasil por meio de um golpe. O Marechal Deodoro dá um golpe em Dom Pedro II. E quando vai ter eleição, acho que é em 1895, é a primeira eleição "direta" em que só rico pode votar, porque precisava ser branco, homem e rico. Mulher era proibida de votar, mesmo. Isso representava, na época, e acho que continua, 1% da população. Essa era a eleição livre e direta da República. Aí, quem vai ser eleito? Outro militar, representando a elite. O extrativismo era e continua sendo umas das principais atividades econômicas do Brasil. É muito triste. Não é que o golpe é mais um golpe. Ele é um golpe que marca a história. Esses 21 anos de ditadura militar, o retrocesso, a estrutura militarizada do estado, ela se fortaleceu de uma tal forma, que nós nunca mais conseguimos recuperar um estado democrático de direito. Nós estamos tentando, aqui nas bordas, mas levando porrada.

Luciana: Nessa história, você sofreu, particularmente, essa violência de forma direta e tem feito um esforço no sentido de publicizar isso. Recordar essa violência

gera um sofrimento. Mas você tem assumido essa postura de publicização como um exercício de construção de uma consciência no, do presente. No seu cotidiano, como é que você lida com isso? Porque a violência contra mulher persiste nas nossas relações.

Amelinha: Em toda área da vida, né? Eu sou feminista, e feminista tem uma atuação coletiva entre mulheres. Aqui tem a União de Mulheres de São Paulo, nós nos reunimos sempre, periodicamente, e a gente se fortalece umas às outras, troca essas experiências. Eu acho que minha força – e eu tenho sobrevivido, resistido e não perdi minha capacidade de indignação –vem dessas experiências coletivas, de trocas, de vivências, de construção num caminho político. Nós investimos aqui na formação política de outras mulheres, que não tiveram oportunidade, que não tiveram nenhuma chance, porque muitas vezes o próprio movimento é muito fechado. Então, nós temos que preservar muitas mulheres que não chegaram até esses movimentos, mas têm o direito. Dentro das nossas condições, a gente procura abrir caminho para as mulheres participarem, falarem, denunciarem. É uma forma de a gente se fortalecer e ter uma perspectiva mínima de construir políticas públicas, de elaborar, formular políticas de atendimento, de cidadania para as mulheres. Essa tem sido a nossa forma de nos mantermos vivas, atuantes, ativas politicamente. Também sou da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. É um movimento que eu acompanho. Meu cunhado é desaparecido político. Eu também poderia ser uma desaparecida política. Eu e minha irmã. E nós temos consciência disso. A sociedade brasileira precisa conhecer esse drama, de ter um desaparecido na família. E isso é muito mais grave do que a gente imagina, porque a gente pensa assim: *Ah, gente, tem mais de 50 anos que ela perdeu o marido e até hoje...* Não! Ela não está nem falando do marido. Ela já criou o filho, tem sua profissão, seu sustento. Mas isso acontece na sociedade brasileira toda. No Brasil, desaparecem por volta de 70 mil pessoas por ano. E muitas crianças periféricas, pretas, pobres... Eu trombo com as mães das crianças desaparecidas.

Nós fizemos um trabalho de formação política dessas mães, porque, é bom que elas conheçam essa história, que elas conheçam as leis. Essas leis que foram criadas para prevenir o desaparecimento forçado, leis que são fruto de lutas de muitas mães no mundo inteiro. Meu cotidiano não é um cotidiano de sofrimento. Eu não sofro. As pessoas até acham estranho. Sofro, mas não vivo desse sofrimento. Eu vivo na luta. A luta que me dá vida, não é o sofrimento. *Fica deprimida?* Vamos largar essa depressão e vamos lá ver as lésbicas lutando. Eu vou para tudo quanto é luta que eu acho necessária.

Luciana: Eu queria justamente perguntar sobre o seu trabalho político. Você é fundadora da União de Mulheres. Vocês têm feito esse trabalho com as Promotoras Legais Populares. Você poderia contar um pouquinho sobre a sua militância na União de Mulheres, especificamente?

Amelinha: Eu vi o valor do partido na ditadura, era muito difícil continuar lutando sem um partido político. Mas, depois, não vi mais importância no partido. Embora eu defenda, tenha lutado pelo direito à liberdade partidária de todas as organizações, eu pessoalmente não acredito. Porque os partidos se reorganizaram após a ditadura, mas esse processo que chamaram de redemocratização também não é bem de mais liberdade de expressão. Os partidos se organizaram muito mais pra se alimentar a si próprios do que para fazer um trabalho social. Essa é minha dificuldade com os partidos. Eu não sou de partido nenhum. Agora, os movimentos são necessários. Nós participamos dos movimentos de familiares, que fazem reuniões aqui; das Promotoras Legais Populares; tem o bloco da Dona Yayá, que é um bloco pré-carnavalesco, que não é nem carnavalesco; tem o União de Mulheres, que faz uma série de atividades. Eu vejo esses movimentos como necessários, eles apontam o que há de mais agudo para enfrentar. Os partidos, o governo, o Estado, a sociedade deveriam estar ligados para quem faz a Marcha do Orgulho Gay, em que participam mais 3 milhões de pessoas, em por que se faz

Marcha das Mulheres, no 8 de março. O feminicídio está aí, o Brasil é o país que mais mata pessoas trans e LGBT. O racismo é histórico, é estrutural, como diria o Sílvio Almeida². E o sexismo também, porque, às vezes, o pessoal pensa que o racismo é estrutural, mas o sexismo, não. Eu tenho que escrever mais sobre isso, mas ainda não tive tempo, eu tenho um monte de coisas para escrever. Fazer um livro, pelo menos. Fica lá, quem quiser, estuda, leia, reflita sobre.

Esses movimentos são necessários, mas nós ainda temos uma educação política muito limitada. Nós ainda estamos aprendendo a lidar com a coisa pública, com minha responsabilidade frente ao movimento. Eu sinto que esse é meu papel. Quando entrei na clandestinidade, eu recebi muito dinheiro por conta da [demissão da] Mannesmann. Eu fui demitida porque eu era comunista. Esse dinheiro todinho eu dei para o partido. Não fiquei com ele. Eu quem sustento essa casa [onde funciona a União de Mulheres]. Eu pago 20 mil reais de IPTU. Eu trabalho. A pessoa fala: *Nossa, tem 80 anos e trabalha*. Eu trabalho, porque eu tenho que bancar [essas despesas]. As mulheres não têm dinheiro. Até às mulheres falta essa consciência de que isso aqui funciona porque está sendo subsidiado por alguém. Por quem? Pelo governo? Pelo Estado? Pela sociedade? Não, por mim. As pessoas precisam saber não para me recompensar, eu não estou precisando de recompensa nenhuma, mas para ver o esforço que nós temos que fazer para manter nossos movimentos de forma autônoma, para aprender a fazer uma leitura crítica da realidade e tomar partido. Aí tem que tomar partido, né? Não precisa ser de partido, mas você tem que tomar uma posição política, ser contra isso ou a favor daquilo, conscientemente. Não é porque a outra pediu pra você... *Ah, eu vou votar no fulano porque a menina pediu*. Não, não é por isso, não, filho. Essa que é a importância. É um processo. É um desafio grande, ainda mais no mundo em que nós estamos vivendo, em que muita gente é comprada por miséria... Os motoristas de táxi, por exemplo, foram comprados pelo Bolsonaro. Bolsonaro deu seis mil reais, naquele auxílio de emergência, para cada motorista. E eles saíram

² A entrevista aconteceu antes da destituição do ministro de seu cargo por acusação de assédio.

defendendo o [presidente]. Eu falei: *Gente, vocês estão defendendo a morte para vocês, porque esse homem é responsável por pelo menos 1 milhão de mortes da Covid*. Quantos milhões vão ter que morrer pra gente entender que quem está matando a gente é o representante-mor do Estado Brasileiro?

Minha função tem sido essa: eu procuro manter um mínimo de infraestrutura para as mulheres se reunirem, e para homens também, no caso dos familiares dos desaparecidos políticos, que aqui entram e participam na cobrança, que é uma luta difícilíssima. Porque a sociedade não compreende, acha que é uma questão pessoal, um problema pessoal meu. Eu não estou com problema pessoal, não, eu já resolvi isso há muito tempo. É um problema social, político, é um problema histórico no Brasil, o desaparecimento. Assim como as mulheres serem subjugadas, maltratadas, ameaçadas, humilhadas. Porque nós estamos sendo humilhadas, gente. Esse bolsonarismo humilhou as mulheres. O golpe contra a Dilma foi um golpe contra as mulheres. As mulheres têm que perceber isso. Independentemente de eu gostar ou não gostar da Dilma, não é essa a questão. É uma mulher, sim, uma mulher de esquerda, que foi guerrilheira. Ela tem essa história. E essa história foi um motivo pelo qual ela vai ser alvo do ataque fascista, do golpe de Estado. Usaram o fato de termos uma mulher à frente do Estado para dar um golpe, para fazer retroceder qualquer iniciativa democrática. Aí, entra uma coisa sobre a qual eu refleti muito na época: quando a Dilma foi candidata, ela foi proibida de falar da palavra *aborto*. Não sei se você se lembra. Inclusive, o Serra, que era o outro candidato, dizia que ela era aborteira, assassina, terrorista. Ele fez muita acusação em rede social. Ela conseguiu furar esse bloqueio, graças a nós feministas, quem botamos a cara pra bater. Quando se fala de aborto, somos só nós. Todo mundo se diz a favor dos direitos humanos, mas parece que o aborto não está dentro dos direitos humanos. Como não? Aí, quando a Dilma fez o "*kit gay*", que era uma demanda do movimento – não é nem a Dilma que fez, ele ficou pronto no governo dela – ele foi caçado. É um negócio, assim, tão *perigoso*, que você nunca viu, né?, o *kit gay*. Eu não vi. Quer dizer, a homofobia prevaleceu. A misoginia prevaleceu

na campanha. Um dos primeiros atos da Dilma foi caçar [o kit]. O Estado gastou dinheiro para dar uma educação sexual, uma educação cidadã para a população, para enfrentar o preconceito, a discriminação, isso ia fortalecer muito a democracia, mas foi cassado. O Lula não teve coragem de fazer a Comissão da Verdade e jogou no colo da Dilma. A Dilma fez, ainda que precariamente, uma Comissão da Verdade, mas fez. A Dilma tem mais coragem que o Lula, porque, a gente sabe que os militares fazem o cerco. Estão fazendo agora, com o Lula. Mas a Dilma enfrentou, e pagou caro por isso. Como diz a Márcia Tiburi, ela sofreu um estupro político. Que coisa, gente, as cenas que montaram... Aí, ela vai para o segundo governo e os fundamentalistas... o *Fora, Cunha*, como é que ele se chama? O Eduardo Cunha. Esses são bandidos comprovadamente, são criminosos. Ele obrigou a tirar a palavra gênero do Plano Nacional de Educação. Eu me lembro de ter conversando com os partidos, com o PT. Por isso, eu acho que os partidos são limitados. A esquerda falou: *Não, mas a gente continua trabalhando esse nome...* Eu falei: *Não é um nome, é a capacidade de nomear uma realidade.* Você não enfrenta a violência histórica contra o povo, contra as mulheres, contra os negros sem dar nomes às situações. Tiraram gênero [do PNE]. Ninguém reagiu contra o golpe parlamentar, não militar, de 2016. Nós fizemos nossa musiquinha: *Falta gênero na educação*, para o Carnaval daquele ano.

Luciana: O relato que você faz das dificuldades que as mulheres enfrentavam nos movimentos políticos no tempo da ditadura militar parece que não foram superadas nem no campo da esquerda, hoje, não é? A gente enfrenta muitas críticas...

Amelinha: Falam que é pauta dos costumes. Nós não somos pauta dos costumes, nós somos uma pauta estrutural! A sociedade precisa enfrentar essa estrutura patriarcal, romper com isso. Nós não podemos ficar alimentando mentalidades patriarcais o resto da vida. Nós não somos "de costume", não. A gente se

acostuma com qualquer coisa, porque isso faz parte do ser humano, a gente se acostuma com as piores porcarias, nós temos essa capacidade extraordinária de conviver nas piores situações. Eu sou exemplo disso. Mas a questão é estrutural. Patriarcalismo, racismo, sexismo, está tudo casado. Como diria a Heleieth Saffioti, que eu considero a grande mestra de nossa época, dizia que sexismo e machismo são irmãos gêmeos. Não tem como você trabalhar com um sem trabalhar com o outro. Gênero não é uma categoria com a qual se trabalha isoladamente. Gênero sempre existiu. O ser humano – nós estamos aqui no mais primitivo – olha para você e diz: *Ah, você é diferente de mim. Vamos dar um nome pra isso? Ah, você é mulher. Eu sou homem.* Essas diferenças biológicas, que são as primeiras a serem percebidas, vão desenvolvendo aquela ideia de que você tem certas características e eu tenho outras. *Ah, você amamenta, você fica grávida, eu não fico, eu não amamento.* Gênero é processo histórico, é uma categoria histórica da humanidade. Não foi, como eles falam, “comunista que inventou gay”. Não tem importância que você seja de um jeito e eu seja de outro. Qual o problema? Agora, quando se está sob uma ordem patriarcal — como a Heleieth vai falar: *gênero sob a ordem patriarcal* — aí o valor feminino passa a ser desvalorizado. Valor feminino não vale; valor masculino é ressaltado, destacado. Essa é a questão de gênero, que precisa ser enfrentada por nós. Conhecer essa história nos ajuda muito. Se é uma construção cultural, social, você pode trazer mudanças. Até o biológico você pode mudar, quanto mais o social, cultural. Não é porque você é mulher, que você é obrigada a lavar roupa todo dia, a cozinhar. Homem também pode. Não são os hormônios masculino ou feminino que vão determinar que pessoa pode lavar roupa, varrer um chão, lavar um vaso sanitário, fazer uma limpeza das janelas, das portas. Isso é uma barreira criada. Essa desigualdade de gênero vai estabelecer uma divisão sexual e racial do trabalho, que vai determinar sua vida. Sua vida em família, na igreja, na universidade, aqui na rua, na economia, no trabalho, em todo lugar, e te prejudicando. As mulheres são muito prejudicadas. Estou lendo esse livro da Heloísa Teixeira, que é interessante, ela traz o Stanislaw Ponte Preta, que foi um

jornalista de esquerda e humorista. Ele começou a escrever sobre os absurdos da ditadura, fazer piada, e escreveu um livro em dois volumes: o *Febeapá – Festival de besteiras que assolam o país*. O número um saiu em 1966, quando se começou a usar minissaia. A minissaia foi bolada como moda, na França, por um costureiro (não me lembro agora o nome), e todo mundo gostou. No Rio de Janeiro, capital do Brasil, com aquela beleza que é a zona sul, referência mundial, as mulheres começaram a usar minissaia. Então, apareceram um deputado e um delegado em Minas Gerais... Naquela época, consideravam Minas Gerais um estado conservador, atrasado, cheio de coronéis. Depois que eu andei pelo mundo, eu tenho minhas dúvidas, porque eu percebi que o mundo inteiro está assim, mas Minas Gerais levava a fama. Aí, o delegado disse que se esse costureiro aparecesse em Belo Horizonte, ia mandar prender ele. Porque ele não poderia ficar suspendendo a saia das mulheres e abaixando o decote. Um deputado estadual, na Assembleia Legislativa do Estado de Minas, faz o discurso *ninguém vai levantar a saia da mulher mineira!* Para você ver. Os fascistas, esses extremistas da direita, eles odeiam as mulheres. Ficam perseguindo. *A mulher não pode usar assim, não pode usar*. Outros não querem quem usa véu, outros que tirem o véu, outros que tirem a calça. Uma das mulheres sobre quem eu conto a história é a Chiquinha Gonzaga. Chiquinha Gonzaga travou uma luta enorme. Ela foi uma das primeiras mulheres a usar calça comprida. *Também não pode, por que calça comprida? Calça comprida é coisa de homem. Não é pra mulher*. A minissaia eu não sei para quem que é. Ninguém estava propondo para um homem usar minissaia. Então, tudo o que se refere ao corpo, à vestimenta, às manifestações das mulheres é alvo de críticas, de controle. Principalmente as mulheres que são feministas, que são críticas, elas são consideradas nervosas, histéricas, descontroladas. Você vê a Dilma, diziam que ela *não tinha condições emocionais de governar o país*. Esse era o grande defeito dela. Não, ela estava protestando contra os absurdos que estavam impingindo a ela! Eu vi, nesse momento, tirarem dinheiro da educação. Foi um golpe e ninguém falava isso. Você vai ver alguma feminista *arcaica*, como

eu, falando disso, mais ninguém. Porque foi duro elegê-la, mas foi fácil tirá-la do poder. As mulheres são um alvo. Nós, mulheres, somos as mais atacadas sem ter consciência disso. Eu queria escrever a esse respeito: você vai pegar a história do Brasil, as negras foram estupradas, as indígenas foram estupradas e mortas, as brancas vêm para cá porque um bispo um dia olhou para o Brasil, suas capitânias hereditárias, e viu que perto dele só tinha preto. E resolveu trazer mulheres brancas para cá, para embranquecer o Brasil. Se não, nenhuma mulher branca iria atravessar o Atlântico. A viagem era muito perigosa, né? E mulher dá azar, mulher fica menstruada, essas coisas. Precisa tomar cuidado com elas, são perigosas, podem ser prostitutas, órfãs, degredadas, bandidas. Então, abrem a prisão, colocam as mulheres naquelas caravelas, e trazem pra cá para reproduzir crianças brancas. Se elas não quisessem ficar com um homem branco, mas com um homem preto, um homem indígena, elas eram mortas. Eles criam o feminicídio, que ainda não tinha esse nome, voltado para as mulheres brancas. O adultério feminino, é lógico, é crime. O dos homens, não tem problema. E com direito de matar as mulheres, isso você vai ver no Código Penal até de 1831, ou seja, 300 anos. As mulheres da elite só vêm para o Brasil em 1808, quando D. João VI foge de Napoleão. Antes disso, só vinham mulheres pobres. A própria D. Leopoldina, eu li isso mais recentemente... aliás, a leitura faz tanta falta, né? Vamos fazer uma campanha, vamos escrever um livro! Eu falo pras meninas: *Escrevam livro, gente*. Depois a gente rala para viabilizar a edição, para distribuir, que é outro drama, mas vamos escrever. O Paulo Rezzutti, que é um historiador, afirma que D. Leopoldina foi morta por D. Pedro I, que praticava violência doméstica constantemente. Ele era um estúpido, ignorante, o patriarcado em carne e osso. Ela estava grávida e ele dá um chute na barriga dela. Esse chute vai matar o feto que está dentro dela e, até eles descobrirem, ela tem uma septicemia e morre. É um feminicídio. Eu não gosto de falar da criança, para mim, feto não é um ser humano, mas seria um infanticídio também, pelo raciocínio dos fundamentalistas. A gente precisa conhecer toda essa história. Eu fui vendo que, no processo de preparação do

golpe militar — que é o que mais me toca, porque eu vivi isso, eu sou testemunha dessa época —, nós vamos ver o seguinte, que em 1945, quando termina a ditadura Vargas, vem uma democracia, mas um general é eleito, Marechal Eurico Dutra, que é outro fascista. Nossa, o Brasil não tem jeito, né? Você sai de uma ditadura, vem um general! Bom, mas foi eleito, e os comunistas apoiaram. Por isso que eu falo, partido tem que usar com muita moderação. Não vai com muita sede ao poço, senão você morre afogada. Eles aceitaram, fizeram aliança com Getúlio, e o Getúlio matou a nossa Olga Benário. Entregou ela para os nazistas, grávida. A Anita Leocádia nasceu num campo de concentração. Eu não vou esquecer disso, acho que a gente não pode esquecer. Aí, o partido comunista é legalizado. Os comunistas apoiam Vargas para legalizar o partido. Grande merda! Mas são eleitos, e vão fazer a Constituição de 1946. Aliás, você viu o tanto que eu já falei aqui, precisava de um livro só sobre isso. Não tem uma mulher na Constituinte, só homem. Homens até interessantes, não vou falar que não tem, tem o Jorge Amado, o Maurício Grabois. Mas, nenhuma mulher. Tem um artigo 5º, que fala dos direitos fundamentais, *homens e mulheres*, na Constituição de 1988, que só foi redigido assim graças a nós feministas. Está lá: *homens e mulheres são iguais em direitos e deveres*. Isso não estava escrito na Constituição de 1946. Aliás, nem lembraram de falar sobre a igualdade de direitos entre os sexos. Escreveram que o racismo é crime, mas não escreveram que o sexismo é crime também. Porque não tinha mulher lá pra lembrar disso. E eles não estavam preocupados em incluir as mulheres. As mulheres aproveitam uma certa liberdade conquistada e criam uma Federação das Mulheres do Brasil. Uma organização de mulheres comunistas, democratas, progressistas, que vão fazer um jornal. Criam o *Jornal Momento Feminino*. Tem uma famosa jornalista... Celina? Puxa, agora esqueci o nome dela. Além de escrever receita culinária, essas coisas todas, tem umas mulheres que resolvem dar aula na favela, de alfabetização. Quando vem o governo Juscelino, em 1957, a Liga das Senhoras Católicas pede pra fechar essa federação, porque essas mulheres não estavam alfabetizando, mas “comunistizando” os favelados. Os

comunistas, que já tinham feito aliança com Getúlio, fizeram aliança com o Juscelino Kubitschek, eles vão fazendo as alianças deles, fizeram com o Sarney, com tudo quanto é porcaria, para se manterem no poder. [Os comunistas] nem reagiram: *Não tem importância, fecha a federação*. Até que também fecharam o Partido. Pouquinho depois, a CIA, o serviço de inteligência dos Estados Unidos, decide investir na organização das mulheres da direita. *Porque nós vamos precisar delas em algum momento da história, não se esqueçam*. O que está fazendo essa Michele Bolsonaro? Os idiotas aqui da esquerda não percebem, ou não querem perceber. Aí, eles vão formar um monte de organizações chamadas *Organizações Femininas de Mulheres*. Nada de feminista, que "ista" é perigoso: *comunista, feminista*. Essas mulheres organizadas quem vão fazer a Marcha. As mulheres progressistas estavam desorganizadas, porque o partido nunca deu espaço para discutir questões que diziam respeito às mulheres.

Eu lembro que um dia eu fui discutir o aborto. O aborto é uma coisa muito séria para nós mulheres, porque você não sabe para onde vai quando precisa fazer. Agora, ainda tem algum recurso a mais, mas antes não tinha nada. E o partido fala assim: *Vocês tinham que estar discutindo a classe operária, não aborto. Aborto é coisa de mulher burguesa*. Por quê? Só mulher burguesa fica grávida? Não, nós ficamos grávidas também e nos deparamos com uma gravidez indesejada. Isso foi determinante para eu ser expulsa do partido.

Luciana: Você teve um papel muito importante na garantia desse direito na Constituinte de 1988.

Amelinha: É, eu participei. Em 1987, eu fui lá defender a Emenda Popular n. 65. Eu falo sobre isso num outro livro. É muito importante, sim. Eu fui representando muitas mulheres que colheram as assinaturas. Colher 30 mil assinaturas, naquela época, não é como você colher no zap. É você discutir com cada pessoa, explicar o que que é o direito; direito não é obrigação – porque muita gente entende assim. Agora

eu sou obrigada a abortar? Eu respondia: Não, de jeito nenhum. É se você quiser, se você tiver a necessidade. Você tem esse direito garantido com assistência médica, assistência à saúde. E você fazer essa discussão demora, foi duro.

Luciana: Hoje é um direito que está sendo colocado em xeque.

Amelinha: É. Então, o que acontece? Quando eles precisam das mulheres, vão chamar para a marcha. As mulheres da extrema-direita estão organizadas, as mulheres da esquerda, não. Porque *importante é a luta de classes*, como se a luta de classes fosse uma coisa mecânica, que não houvesse divisão sexual do trabalho, racismo, sexismo, nada.

Luciana: Como se nós mulheres quem estivéssemos inaugurando essa divisão.

Amelinha: Não, nós que inventamos esse negócio de divisão do trabalho, porque a luta de classes é um negócio a-histórico. Eu defendo a luta de classes? Não, ela existe. Se eu sou de uma classe pobre, tem uma contradição com a classe rica. Não tem nem como não enxergar isso. Isso se chama luta de classe, então, defendo a luta de classes. Agora, isso não pode ser visto de uma forma tão mecânica. Tem uma mulher que eu tinha vontade de conhecer, mas eu nunca tive tempo, e a vida corre muito, a Letícia Sparks, uma mulher negra. Eu li só um trequinho de uma entrevista que ela deu para [o jornal virtual] Ópera Mundi, falando que o proletariado brasileiro é feminino e negro. E é mesmo! Não dá pra você falar de *luta proletária* como se fosse um homem branco lutando. Então, eu faço esse estudo da história buscando a informação de onde é que estão as mulheres. O que que elas estão fazendo? Como elas estão? É difícil saber, porque não tem registro. Então, o que eu descobrir, eu tenho que escrever, para ver se facilita para as outras mais à frente. Eu escrevi a história de quinze mulheres. Descobri que Chiquinha Gonzaga foi uma das primeiras mulheres a contratar uma

pessoa trans, ela levou para o teatro dela. A Chiquinha, para sobreviver, foi muito profissional, teve que ser, vender as partituras dela de casa em casa, se apresentar. Ela criou a Sociedade Brasileira de Artistas, para defesa dos artistas, porque não tinha direito nenhum. Direitos autorais, quem primeiro lançou a ideia foi a Chiquinha, porque ela precisava! Muita gente fazia, mas não estava precisando. Ela precisava, então vai batalhar. E ela contrata uma pessoa trans.

Luciana: Encerrando a entrevista, eu gostaria de te fazer uma pergunta de diagnóstico e prognóstico político. Estamos vivendo um momento particularmente complicado, de acirramento do cerco da extrema direita, que você aponta bem ao longo da sua entrevista, de apropriação da luta das mulheres no sentido de fortalecer uma pauta conservadora, e atacar os direitos sexuais e reprodutivos, colocando esse ataque a serviço do fascismo, de um encolhimento dos direitos, de ataque aos direitos sociais, redução da cidadania, redução do Estado, intensificando as desigualdades. No seu cotidiano de militância, quais bandeiras ou quais estratégias você acha que a gente deveria priorizar nesse contexto para fazer frente a esse recrudescimento?

Amelinha: Nós estamos precisando de tanta coisa, que é até difícil de priorizar. Mas, eu vejo que nós mulheres estamos com a nossa sobrevivência ameaçada hoje no Brasil, com o emprego precarizado, sem moradia, com a alimentação num preço altíssimo, incompatível com o nosso salário. Para termos uma boa alimentação, nós precisamos comer carnes, frutas e legumes. Com esse alagamento do Rio Grande do Sul, as mudanças climáticas, o agronegócio mandando no Brasil, a gente que se lasque. Quer dizer, nós não temos dinheiro para comprar fruta, verdura, legumes. Ou a gente compra o arroz e feijão ou a gente compra isso. Isso na melhor das hipóteses, porque nós estamos comendo muita porcaria. Então, nós temos que enfrentar as mudanças climáticas, porque, o Rio Grande do Sul, pra mim, é vítima do agronegócio. Eu ainda não vi uma explicação do aquecimento global que

aborde também a questão da utilização do solo, da terra. Plantação de soja é prejuízo para todos nós, porque traz desequilíbrio ecológico. Eles querem desqualificar nossas pautas, chamando-as de *identitárias* ou de *costumes*, nós não podemos entrar nisso. Nós temos que enfrentar politicamente, ideologicamente, pautas que são estruturantes e estruturadoras da sociedade. Nós [mulheres] somos mais da metade da população mundial. Vamos dizer que sejamos metade, essa metade que sustenta a grande maioria da população, com o nosso trabalho invisível, não reconhecido. Quer dizer, se não enfrentarmos a divisão sexual e racial do trabalho fica difícil de a gente resolver. O Lula fez uma lei da igualdade salarial para inglês ver. Você passou a receber igual os homens? Não, ninguém! Eles dão desculpa de que nós precisamos de creche, precisamos de lavanderia pública, de refeitório, restaurante popular, que isso tudo está no nosso salário. Ora, todo mundo precisa de lavanderia pública! Todo mundo precisa de restaurante popular! Todo mundo precisa de creche, que o filho não é só da mãe! A gente sempre falou isso. O filho não é só da mãe. Então, sinto muito, isso é um problema social, são questões que toda sociedade precisa enfrentar. Então, nós estamos nesse impasse, porque eles estão colocando tudo nas nossas costas. E, ao mesmo tempo, mostrando que as mulheres deles *apanham*, *mas elas apanham caladas*... Porque, a Michelle Bolsonaro não apanha? Não teve aquela história dela sofrer violência doméstica? Mas é calada, então, ela é a grande estrela. Está cheio de mulher da extrema-direita, inclusive, falando da importância da luta das mulheres. Elas estão fazendo propaganda. Esse ano é ano de eleições municipais, as pautas das mulheres são muito importantes, mas estão distorcendo nossas pautas. E nós, feministas de esquerda, não estamos conseguindo reagir. Então, precisamos nos rearticular, reorganizar, rearranjar as nossas ações para poder ter um canal mais firme. Tem uma parte que fica no governo, mas não faz nada. Cá entre nós: o Ministério das Mulheres... não é porque elas sejam incompetentes, ou porque elas não queiram fazer. É porque não tem verba! Hoje em dia, quem manda é o Congresso fascista. Quem tem emenda parlamentar? É o Congresso. As emendas parlamentares têm

orçamento maior que o Ministério das Mulheres, dos Povos Originários, dos Direitos Humanos, da Igualdade Racial. Dá pra entender? Quem está mandando? A gente tem que ter essa discussão política, ver que isso está ancorado no avanço do neoliberalismo, no estado mínimo. O estado militar-policial atende toda a segurança da burguesia, da elite e o resto que se dane. Eu acho que a médio prazo eles pensam em se mudar para Marte, para a Lua, né? Eles não estão fazendo umas experiências? Quem fica, morre. Porque o Estado não é democrático e de direito. Desculpa, mas, não é! Se a gente pensar que ele é, nós vamos quebrar a cara. Porque ele é policial-militar. Nós temos que ir pelas brechas. A Constituição é democrática aqui, então vamos pegar aqui. Agora, a gente tem que fazer isso de uma forma mais articulada. As mulheres são muito corajosas. Na marcha das lésbicas, a última de que eu participei, elas vão lá e declaram, com a cara e a coragem, que são bissexuais, ou que só gostam de mulheres, a outra é mãe solteira, preta, trans. Assim, as mulheres põem seu corpo na luta. Isso é muito bom, é excelente. Tem umas que viraram deputadas, vereadoras, outras são candidatas. Tinha muita mulher candidata. Mas está faltando uma reinterpretação política do mundo, dessa correlação de forças. Isso, o partido antes fazia muito bem. Aquela condição de fazer uma análise da conjuntura internacional, nacional, local. Eu aprendi isso no partido. Hoje, não tem. No movimento não tem; no partido, também não. Quando se fala em conjuntura, é eleitoral. Quem é que vai ganhar agora, quem que vai ganhar em 2026, quem é que vai sair candidato. Estão acabando com as nossas lideranças, as poucas que sobraram. Eu vejo o próprio Boulos. Ele não foi eleito para deputado federal? Não podia, nesses dois anos, estar exercendo um mandato? Enfrentando o fascismo dentro do parlamento? Isso ajuda a politizar a sociedade. Ficou quietinho, agora vai fazer propaganda eleitoral. Ele faz campanha eleitoral escondido, porque não é para ter, porque essa campanha eleitoral é uma farsa! Todo mundo sabe que o prefeito está fazendo campanha eleitoral o tempo todo, mas *ele é prefeito*. Então, o outro que faça como deputado federal, mas que vá, dê a cara pra bater. Não pode,

porque o PT está controlando ele, se não, radicaliza, aí a gente perde apoio. Aí, vai pegar apoio da Marta Suplicy. Isso também é uma forma de sequestrar nossas pautas. Nossas pautas foram sequestradas, destruídas, maltratadas esse tempo todo, inclusive pela esquerda. É triste. Nós somos a sobra da sobra na política. Eles só se lembram de nós na hora da eleição. O maior partido de esquerda, eu acho que é o PT, paga multa para não cumprir as cotas de candidaturas de mulheres. Ainda alegam que as mulheres não querem ser candidatas. Nós fazemos debate aqui todo ano eleitoral, com as mulheres candidatas. Elas não recebem verba nenhuma. Os homens já estão com a verba, já estão gastando. Elas, não. Aqui vinha uma mulher preta, candidata a deputada. Faltando vinte dias para a eleição, ela ainda não tinha recebido um tostão do partido, que é obrigatório! Tem fundo eleitoral para isso! Eu perguntei por que ela continuava no PT. Quer dizer, nós estamos meio amarradas. O movimento feminista poderia ser mais forte no Brasil. Antes do Bolsonaro ganhar a eleição, nós fizemos aquela passeata linda, do *Ele, não!* Foi uma coisa... a esquerda caiu matando.

Luciana: Foi.

Amelinha: Você se lembra disso, né?

Luciana: Sim. Como se nós fossemos culpadas pela derrota da esquerda.

Amelinha: É, nós quem somos culpadas, eles, não! Quando o Bolsonaro ganhasse a eleição, nós tínhamos que fazer aquela passeata de novo, lembrando: Nós falamos "*ele, não*", e nós continuamos nessa postura: "*Ele, não*". Nós somos oposição! O movimento feminista brasileiro é oposição ao Bolsonaro! Vamos dar a cara para bater! Nós tínhamos que ter falado isso, porque aí ficávamos na ofensiva. Porque ele veio fechando os serviços de aborto legal, fazendo e acontecendo. *Mulher tem que ganhar menos, porque mulher fica grávida.* Ele falou isso. O

Bolsonaro falou. *Eu não estupro mulher feia*, falou para a Maria do Rosário, deputada. Nós tínhamos que ter saído dizendo: *Nós respeitamos o resultado eleitoral, mas a partir do dia 1º, tomou posse, nós somos oposição!* Nós não fizemos isso. As feministas, lá nos Estados Unidos, o Trump ganhou, elas fizeram aquela marcha, que aliás se espalhou pelo mundo. Nos Estados Unidos é fácil ganhar eleição, porque [votar] não é obrigatório, e cada vez menos eleitores votam, então fica fascista votando em fascista. Aqui no Brasil é mais complicado. Eu não gosto muito desse processo eleitoral, mas, nós temos que nos preparar para ele. Eu já falei com todo mundo aqui, eu sou a favor de todas feministas candidatas: as pretas, as lésbicas, as trans, todo mundo. Se eu puder, eu vou lá no lançamento da candidatura. Porque não é fácil. Estou muito velha. Mas, se eu puder, eu vou. Assino manifesto, põe lá meu nome. Pode pôr, estou apoiando. Por que eu defendo as mulheres feministas? Primeiro, porque eu sou feminista e sou mulher. Segundo, porque eu sou contra os fascistas. O principal alvo dos fascistas, acho que ninguém entendeu isso, são as mulheres. Ninguém entendeu isso. E, quando nós falamos “mulher”, nós quem abrimos porta para tudo quanto foi movimento. Nós, as mulheres feministas. E nós estamos trancadas, encostadas na parede. Eu me vejo assim, um monte de policiais encostando, porque para todo lado tem polícia. Polícia cercando os pretos, LGBTQIA+. *Vai lá e fala! A revolução não será feita se não houver mulheres na liderança.* Nós lutamos contra a maré, porque a maré fascista vem com tudo. Até nessa rua aqui.

Tem um lado bom. As mulheres têm muito mais consciência, historicamente falando. Acho que nós nunca tivemos tanta consciência de que nós temos direitos, nós somos cidadãs. Ninguém vai parar essa luta. Com muita dificuldade, nós adquirimos essa consciência. Eu vejo pelas manifestações, aquelas jovens, mulheres pretas, mulher da favela, elas vão lá e falam, pegam o microfone. *É isso aí!* Precisamos repetir para acumular força. Bastante.

Luciana: Amelinha, muito obrigada pela disponibilidade.

LITERATURAS INFANTIS E A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CENTRO DA CRUZADA ANTIGÊNERO

CHILDREN'S LITERATURE AND CHILDHOOD
EDUCATION AT THE CENTER OF THE ANTI-GENDER
CRUSADE

LA LITERATURA INFANTIL Y LA EDUCACIÓN INFANTIL
EN EL CENTRO DE LA CRUZADA ANTIGÉNERO

POR Priscila Bispo de Lacerda¹

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-7960-8639>

Daniela Finco²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5731-1091>

Resumo

Este artigo aborda a questão das ofensivas conservadoras antigênero na educação das crianças, a partir de episódios polêmicos envolvendo a tentativa de censura de livros de literatura infantil no contexto de escolas da região metropolitana de São Paulo. Os casos analisados representam o cenário social, político e cultural que vivenciamos nos últimos anos, revelando a marcante e incisiva presença de ativismo religioso que encontra na "ideologia de gênero" um artefato de persuasão. Como referencial teórico, este estudo se apoia em pesquisas

sobre a literatura infantil e diversidade de gênero, que apontam para os estereótipos de gênero presentes nesses artefatos culturais produzidos para crianças e problematizam as mensagens voltadas para as normatizações de gênero. As reflexões sobre tais ameaças e denúncias revelam uma possibilidade de tirar da invisibilidade essa problemática.

Palavras-chave: literatura infantil; Educação Infantil; "ideologia de gênero".

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp Guarulhos. Graduada em Ciências Sociais e Pedagogia com especialização em Psicopedagogia. Docente da Educação Básica na Prefeitura de Guarulhos com experiência na área de alfabetização e diversidade. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Gênero, Educação da Pequena Infância, Cultura e Sociedade da Unifesp. (lacerda.priscila@unifesp.br)

² Professora associada do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp Guarulhos. Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - USP. Líder do Grupo de Pesquisa Grupo de Pesquisa Gênero, Educação da Pequena Infância, Cultura e Sociedade da Unifesp. (dfinco@unifesp.com.br)

Abstract

This article addresses the issue of conservative anti-gender offensives in children's education, based on controversial episodes involving the attempt to censor children's literature books in the context of schools in the metropolitan region of São Paulo. The cases analyzed represent the social, political and cultural scenario that we have experienced in recent years, revealing the striking and incisive presence of religious activism that finds in "gender ideology" an artifact of persuasion. Its theoretical reference is research on children's literature and gender diversity, which points to the gender stereotypes present in these cultural artifacts produced for children and problematizes messages focused on gender norms. Reflections on such threats and denunciations reveal a possibility of removing this problem from invisibility.

Keywords: *children's literature; Early childhood education; "gender ideology".*

Resumen

Este artículo aborda la cuestión de las ofensivas conservadoras antigénero en la educación infantil, a partir de episodios controvertidos relacionados con el intento de censura de libros de literatura infantil en el contexto de las escuelas de la región metropolitana de São Paulo. Los casos analizados representan el escenario social, político y cultural que hemos vivido en los últimos años, revelando la presencia llamativa e incisiva del activismo religioso que encuentra en la "Ideología de Género" un artefacto de persuasión. Su referente teórico es la investigación sobre literatura infantil y diversidad de género, que señala los estereotipos de género presentes en estos artefactos culturales producidos para niños y problematiza mensajes centrados en las normas de género. Las reflexiones sobre tales amenazas y denuncias revelan una posibilidad de sacar este problema de la invisibilidad.

Keywords: *literatura infantil, Educación Infantil, "ideología de género"*

Introdução

A proposta deste artigo nasce da necessidade de refletir sobre episódios polêmicos envolvendo tentativas de censura de livros de literatura infantil, no contexto de escolas de Educação Infantil da região metropolitana de São Paulo. Aborda a questão da "ideologia de gênero", as ameaças e as ofensivas conservadoras na educação das crianças pequenas. Os casos analisados representam o preocupante cenário político e social que vivenciamos nos últimos anos, a partir de reflexões sobre a presença das ameaças antigénero na Educação. Além disso, possibilitam discutir sobre os processos de socialização por meio das produções literárias como instâncias culturais, permitindo a análise dos

mecanismos de controle social presentes no atual contexto sociocultural e educativo.

Se, por um lado, os avanços na indústria cultural apontam como a expansão da produção de literaturas infantis vem, atualmente, contribuindo para a quebra dos estereótipos de gênero, trazendo outras referências de gênero para as crianças (Chaves; Finco, 2023), por outro, a força de um movimento reacionário busca proibir o uso desses artefatos culturais produzidos para as crianças. O complexo cenário no qual está envolvido o debate de gênero na educação e na sociedade exige refletir sobre as ideias que as ofensivas antigênero vêm impondo para a educação. Acontecimentos recentes, que tomam forma e afetam de maneira significativa a vida social e política da sociedade brasileira, chegam fortemente na escola apresentando limitações para o trabalho docente e o desenvolvimento das crianças nos espaços educativos.

O artigo traz, na primeira parte, contribuições de pesquisas recentes que apontam para o crescimento de movimentos que disseminam a necessidade de se combater a “ideologia de gênero”, além de estudos que evidenciam uma tentativa de confusão, distorção, deturpação, que busca alterar o conceito de gênero e o uso do termo, (Miguel, 2016; Miskolci e Campana, 2017; Leite, 2019; Junqueira, 2019, 2022; Gava, 2023), acarretando em diversos desafios para o campo de pesquisa, assim como para a docência. Apresenta como os movimentos com base em ideias conservadoras constroem rótulos estigmatizantes, com *slogans* forjados para operar como arma retórica e incitar mobilizações em favor de um projeto de sociedade regressivo, antidemocrático e antilaico (Junqueira, 2019).

O debate aborda como as ameaças do movimento antigênero intensificaram os discursos de grupos conservadores que repudiam a ideia da inclusão de discussões sobre a diversidade de gênero em pautas educativas, consistindo em uma ofensiva transnacional caracterizada por muitos como uma cruzada antigênero. Considerando o cenário cultural e político brasileiro em que

vivemos nos últimos anos, no qual foi questionada a relevância do debate sobre diversidade e gênero na educação, a segunda parte deste artigo dialoga com estudos brasileiros que sinalizam como o gênero vem sendo usado para a disseminação de pânico moral, em relação à educação das crianças e jovens, por aqueles que se expressam por partidos nacionalistas, sexistas, racistas, conservadores, neoliberais, aumentando os discursos públicos antigênero, com base em valores morais fortemente enraizadas com apelos religiosos.

Por fim, a última parte deste artigo traz episódios relacionados às tentativas de censura de literatura infantil e a ação docente com a temática de gênero, envolvendo três livros infantis, que foram acusados de "ideologia de gênero", como possibilidades de reflexão e fomento ao debate, sendo eles: "O amor é Lilás", de Marina Franco (2020), "Menina não entra", de Telma Guimarães Castro Andrade (2006), e "Ceci quer um bebê", de Thierry Lenain (2004), tratando dos processos de perseguições, acusações e tentativas de censura de materiais educativos que envolvem um preocupante cenário político, cultural e educacional antigênero.

Os procedimentos metodológicos têm como base uma pesquisa bibliográfica e o desenvolvimento da produção dos dados a partir de fontes com temáticas voltadas às censuras de gênero, publicadas em artigos eletrônicos e pela imprensa midiática. Nesse percurso, a possibilidade de estabelecer relações entre os campos de Estudos de Gênero e os Estudos Culturais permitiu mobilizar questionamento sobre a socialização da infância, cultura, gênero e sexualidade. Essa interlocução possibilitou construir interpretações e explorar os processos de produção de sentidos, assim como apreender os discursos e as intenções, as formas de produção e difusão de significados, aprofundando nosso olhar sobre as complexas relações sociais de gênero na contemporaneidade. Tais referenciais favorecem um exame crítico sobre os obstáculos que temos enfrentado atualmente em relação à implementação de mudanças pedagógicas progressistas (Kellner; Share, 2008).

Nessa linha, o debate tem como referencial teórico pesquisas sobre a literatura infantil e diversidade de gênero, que apontam para os estereótipos de gênero presentes em livros infantis no contexto educativo para crianças. Essas pesquisas analisam e problematizam as mensagens voltadas para a normatização de gênero. O debate também dialoga com estudos que destacam a literatura infantil como uma ferramenta privilegiada para discutir as transformações nos papéis sociais, por meio dos saberes que ela transmite, de forma mais livre dos estereótipos (Finco; Seveso, 2018, Chaves; Finco, 2023). Pensar na literatura infantil a partir dos Estudos Culturais traz um olhar para os processos educativos como instâncias que veiculam e produzem modos de ser e de se relacionar no mundo.

Artefatos culturais que se voltam diretamente para os corpos dos sujeitos, funcionando como mecanismos de representação e constituidores de identidades, permitem refletir sobre o processo de educação das crianças e a forma como expressam as diferenças, reproduzindo ou tensionando as dicotomias de gênero:

As simbologias presentes nos artefatos culturais carregam consigo valores e concepções culturais necessárias para serem investigadas. A discussão nos provoca examinar as instâncias de reiteração da heteronormatividade, como um conjunto de normas, regras, procedimentos que regula e normaliza não apenas as identidades de gênero, mas também as identidades sexuais, estabelecendo maneiras usuais de ser, modos de comportamento, procedimentos determinados e atitudes (Finco; Roveri, 2021, p. 121).

O debate se mostra urgente e necessário para refletir sobre diferentes questões envolvendo as relações de poder, gênero na política, na educação das crianças e nas produções culturais e literárias para a desconstrução dos estereótipos de gênero. Procura, também, trazer subsídios para a construção de políticas públicas e de práticas pedagógicas que respeitem as diferenças e construção das identidades plurais, desde a pequena infância.

“Ideologia de gênero”: ideias, discursos e slogans

Pudemos observar, nos últimos anos, o crescimento de ideias e discursos que envolvem a "ideologia de gênero", relacionadas de maneira não correspondente ao que academicamente se constitui, a partir de 1980, no campo de estudos de gênero e afins (Junqueira, 2019). Os estudos feministas tinham, como objetivo inicial, tornar visível as desigualdades sociais ocultas da história, tendo como consequência a invisibilidade das mulheres enquanto sujeitos sociais e políticos. O campo de estudos feministas e a utilização do conceito gênero favoreceu a construção de novos contornos, destacando pesquisas sobre as mudanças e revisitando os espaços que as mulheres ocuparam ao longo dos tempos (Louro, 1997). Nesse contexto, a produção acadêmica destacou a definição de gênero e sua importância como ferramenta analítica e política.

Joan Scott, em seu importante texto sobre o tema, intitulado "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", de 1995, expõe duas ideias para definir o termo gênero, primeiro como algo que constitui as relações sociais, tendo nas diferenças entre o sexo masculino e o sexo feminino o seu fundamento, e ainda como uma maneira de viabilizar as relações de poder. O termo foi criado com a ideia de debater sobre ambos os sexos, o feminino e o masculino, e as relações construídas e estabelecidas de maneira recíproca, obtendo um reconhecimento político do gênero como campo de pesquisa. O termo, desse modo, faz parte dos esforços das feministas contemporâneas com vistas a reivindicar um certo terreno de definição, destacando, assim, uma limitação das teorias existentes para explicar as desigualdades entre as mulheres e os homens.

O conceito permite muitas oportunidades de reflexão, e os desafios destacam o poderoso conceito e ferramenta de pesquisa, gênero como construção social, um dispositivo de poder, posicionamento, hierarquias, alteridades. As reflexões nos alertam, ainda, para o debate ligado às desigualdades de gênero e sexualidade, chamando a atenção para essas

questões, nas quais não estão em jogo apenas questões teóricas, mas também políticas e culturais (Finco; Barreiro; Abbatecola, 2024)

As discussões mais recentes e a invenção do termo “ideologia de gênero”, por parte dos reacionários antigênero, chama nossa atenção para a compreensão do cenário atual, no qual discursos conservadores ganham força na tentativa de retroceder em conquistas no campo da diversidade e dos Direitos Humanos. Fundamentalistas, em especial aqueles vinculados a diferentes denominações religiosas, vêm utilizando de forma distorcida o conceito, sendo traduzido como algo que traz dúvidas quanto à ordem divina da premissa do feminino e do masculino, como determinações biológicas (Carreira, 2019). A forma atual do conservadorismo latino-americano vinculada às matrizes do neoconservadorismo religioso está relacionada a uma temporalidade marcada pelos avanços dos movimentos feminista e LGBTQ+ em consonância com as coalizões políticas formadas por grupos cristãos e setores não religiosos da direita (Biolli; Machado; Vaggione, 2020). Esta onda, que marca uma grande instabilidade política, aponta o fortalecimento do conservadorismo religioso e do neoliberalismo, apresentando uma pauta em comum que ignora as políticas em Direitos Humanos e os tratados internacionais que garantem direitos nos campos da diversidade de gênero e sexualidade.

Para contextualizar esse debate, estudos recentes nos apresentam um panorama histórico da matriz do termo “ideologia de gênero” e sua utilização ao longo de anos percorridos, desde suas menções iniciais, em discursos e documentos eclesiais, até a chegada em contextos atuais. Segundo Junqueira (2022), o termo “ideologia de gênero” aparece em 1998, em um documento eclesiástico, e, de acordo com o autor, esferas ultraconservadoras da Santa Sé, em articulação com atores do mundo católico e outras forças políticas, uniram-se na construção do que ele chamou “retórica antigênero”, trazendo à tona o termo com intuito de investir na mobilização da ordem moral e no revigoramento de concepções tradicionalistas.

A percepção da ameaça antigênero havia ganhado notoriedade e deixado de estar em alerta somente na cúpula católica, principalmente a partir das conferências internacionais sobre população e desenvolvimento, no Cairo, em 1994, e sobre as mulheres, em Pequim, em 1995. Esta última caracterizou-se por substituir o termo “mulher” pelo conceito de gênero. Essas conferências foram patrocinadas pela Organização das Nações Unidas, ONU, e tinham a igualdade de gênero como um objetivo importante a ser conquistado (Carreira, 2016). Instituiu-se, a partir dessas Conferências Internacionais, uma contra-ofensiva católica no combate a essa “perspectiva de gênero” e que posteriormente teve o apoio de todo o conservadorismo religioso, dando início a um verdadeiro ataque, afirmando que o termo gênero não era mais do que uma ferramenta ideológica de dominação e, assim, desarticulando e desconfigurando as ideias e discursos feministas (Miskolci; Campana, 2017).

As primeiras disputas travadas em torno da utilização do termo gênero, em conferências e documentos, se deram entre o movimento feminista e a Igreja Católica, endossado posteriormente por líderes evangélicos, que associaram o movimento à “cultura da morte” e à homossexualidade (Machado, 2018) a partir de um discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”, com investidas contrárias a agenda feminista. Nessa linha, um importante marco que estabeleceu uma agenda comum contra o que denomina “ideologia de gênero” foi o documento de Aparecida, que foi a V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) de 2007, apresentado primeiramente pelo cardeal Ratzinger e logo retomado em outros documentos oficiais da Igreja. Nesse contexto, a batalha contra a “ideologia de gênero” era declarada em toda a América Latina (Miskolci; Campana, 2017).

Para a Igreja Católica, a luta contra a “ideologia de gênero” acabou por se tornar uma base prioritária de ação política em sintonia com diversas organizações não governamentais denominadas de “pró-vida”, com um caráter religioso conservador. E ainda além da Igreja Católica e entidades, as organizações

evangélicas apresentaram-se à “causa” e em vários países da América Latina impactaram na tarefa de impedir o avanço dos direitos sexuais e reprodutivos. O pano de fundo da América Latina trazia solo fértil para as discussões e os embates, visto que na região assistiu-se a avanços em alguns países em pautas caras para o feminismo e os movimentos LGBTQ+, como a descriminalização do aborto, o reconhecimento de casais do mesmo sexo ou a inclusão do debate de gênero e da educação sexual nas escolas (Miskolci; Campana, 2017).

O fundamentalismo religioso ganhou aos poucos espaço e força na política brasileira, fato marcado pela aposta e investimento de igrejas neopentecostais na eleição de pastores. Esse fundamentalismo pode ser definido pela ideia de que existe uma única verdade, que elimina qualquer possibilidade de debate. Dessa forma, com os avanços desse movimento no campo das políticas no Brasil, o sintagma 'ideologia de gênero' ganha força em um projeto político que tem como principais forças o fundamentalismo religioso, que, na forma de parlamentares, se une a diferentes forças conservadoras no Congresso Nacional, além de pastores com forte atuação política e presença marcante nas redes sociais (Miguel, 2016). Estes utilizam discursos antigênero e, conseqüentemente, promovem a disseminação de falsas ideias, contrárias às propostas de igualdade entre os sexos e ao respeito à diversidade.

A discussão sobre gênero e o desvirtuamento de seu significado se mostram apenas como um lado do discurso político educacional da bancada conservadora no Brasil, coexistindo com uma ideia que combina família, natureza e criação divina como partes complementares de um todo, excluindo aquilo que não pertence a essa combinação (Miguel, 2016). Os embates sobre a “ideologia de gênero” se intensificaram até chegar às discussões travadas em torno do Plano Nacional de Educação, com as proibições das menções do termo gênero, tendo como base o questionamento de um campo de estudos e produção de conhecimento, vulgarmente tratada como ideologia.

Com a ascensão do governo Bolsonaro, em 2019, com seus discursos reacionários proferidos e disseminados contra a inclusão de gênero nas pautas educativas, tiveram como *slogan* discursos religiosos e pautas distorcidas, apresentando gênero como uma ameaça para as instituições de educação, escoltadas pelo discurso de proteção à família e às crianças. Assistimos ao campo das políticas e às questões educacionais tomadas por um pânico moral, com a construção de um medo sem precedentes, envolvendo as influências da “doutrinação de gênero” nas escolas, o que colocaria, supostamente, as crianças em risco.

Nesse cenário, crianças e adolescentes aparecem como vítimas de uma “ideologia” que supostamente os obriga a agir contra os princípios morais que devem ser protegidos e seguidos. A escola e, conseqüentemente, professoras e professores, acabam se tornando alvo de uma perseguição em busca da preservação do engessamento das relações construídas, tendo como base e verdade absoluta a heteronormatividade e o sexismo. No entanto, se torna controversa a ideia de que as crianças e adolescentes são colocados de um lado em um lugar de fragilidade completa, que requer serem protegidos de uma “doutrinação ideológica”, e de outro lado devem ser os delatores de professoras e professores no exercício de suas funções:

Um aspecto interessante a ser refletido é que as mesmas crianças e adolescentes que seriam incapazes de reagir a um processo de “sexualização precoce”, as mesmas “vítimas da ideologia de gênero” são aqueles e aquelas que estão sendo estimulados a serem agentes, protagonistas na denúncia de seus “professores doutrinadores”. Se, por um lado, eles são tomados como puro objeto de violação e controle, de outro, podem ser sujeitos na mudança da ação educativa voltada a eles (Leite, 2019, p. 135).

Pesquisas trouxeram importantes contribuições, tratando das análises desses discursos, permitindo refletir sobre o cenário político brasileiro atual, considerando que têm grande valor nos meios que são distribuídos. Discursos, muitas vezes excessivos, que se utilizam de questões morais fortemente enraizadas na sociedade

brasileira, com apelos religiosos, acabam se tornando difusores de ideias que nem sempre são verdadeiras, mas que se consolidam como verdades para uma grande parcela da sociedade. Discursos que os empreendedores morais se apropriaram, como os de proteção das nossas crianças e adolescentes, da família tradicional e cristã, e contra a “ideologia de gênero” e a doutrinação nas escolas, resultando em muitos retrocessos em relação às conquistas de pautas sociais e políticas que vinham sendo idealizadas e concretizadas.

Tais discursos buscam a tentativa de rebiologização da diferença sexual, de renaturalização das relações e papéis sociais de gênero que acabam por inibir e dificultar a percepção da realidade das hierarquias construídas sobre os sexos. Consequentemente, tornam difícil a compreensão de que a convivência social molda as relações de poder, reforçando as desigualdades entre mulheres e homens. O que os detratores do conceito de gênero chamam de “ideologia de gênero” é, na verdade, uma busca por inclusão, Direitos Humanos e democracia: uma educação que valoriza a diversidade, não reproduz o binarismo sexual nem o preconceito nas práticas educativas, especialmente no trato diário com as questões que permeiam o cotidiano educativo das crianças.

Quando essas pautas ultrapassam as questões religiosas e criam barreiras para avanços nas discussões educacionais, as consequências assistidas podem ser vistas no âmbito macrossocial, estabelecendo um ambiente de insegurança e desconfiança em instituições educacionais, elegendo professoras e professores como inimigos a serem combatidos e impondo auto censuras prévias de conteúdos e estratégias na apresentação de temas vistos como polêmicos no ambiente educativo, instigando assim perseguições no âmbito das escolas.

Escola no centro da cruzada antigênero: perseguições e acusações

A escola se tornou um local estrategicamente favorável para ameaças antigênero, que tentam impedir que a educação caminhe no sentido do diálogo

e da formação crítica, visto que a escola e o trabalho docente têm sido ameaçados. Os discursos envolvendo falsas informações, ideias distorcidas, ameaças moralmente amedrontadoras, parecem dar à escola, hoje, um status de local perigoso, onde as crianças e adolescentes possivelmente seriam doutrinados a fazerem escolhas de vida contrárias às regras da heteronormatividade impostas por uma sociedade que espera o desempenho de papéis adequados que prezam pela família tradicional e cristã.

A educação, com vistas à igualdade de direitos e à diversidade sexual, se estabelece como um eixo central de disputas, reverberando diretamente no cotidiano profissional de professoras e professores. Dessa forma, a partir do aumento de discursos abertamente conservadores, observa-se medidas que são propostas para impedir que docentes expressem opiniões consideradas impróprias, reiterando sobre a suposta doutrinação ideológica a qual a escola vem sendo acusada. Estratégias de distorção, de desinformação em massa da população, de estímulo à perseguição e notificação extrajudicial sofridas pelas escolas revelam como é urgente a necessidade de realizar um debate mais aberto sobre a questão. As perseguições sistemáticas de professoras e professores, estudantes e ativistas com base em proposições de iniciativas antigênero revelam um projeto de ataque à agenda de gênero:

Percebeu que a violência seria sistemática e capilar, pautada: pela desregulamentação de direitos sociais, ambientais e trabalhistas de forma estratégica, simultânea e acelerada, fragilizando a capacidade de reação da sociedade civil organizada diante do "tsunami" vertiginoso do desmonte; pela reconfiguração de políticas públicas na perspectiva de esvaziamento do enfrentamento das desigualdades, de contenção de conflitos sociais e de promoção do autoritarismo, com a crescente militarização e aparelhamento da estrutura pela aliança entre grupos ultraconservadores e ultraliberais; pelo estímulo à violência política difusa na sociedade por meio da desinformação, do pânico moral e do chamado à perseguição ou mesmo à eliminação de adversários políticos transformados em inimigos internos via o crescente ativismo organizado de extrema-direita em uma cidadania antidemocrática nos territórios e de uma comunicação direta entre a presidência e a sociedade através de redes sociais, prescindindo em grande parte da mídia (Carreira, 2022, p. 14-15).

É necessário estar alerta para o fato de que esses discursos têm como base a propagação do ódio por meio de uma onda de informações falsas criando pânico moral, intensificado pela difusão rápida pela mídia (Arruda; Finco, 2023) evidenciando a marcante e incisiva presença de ativismo religioso que encontra na "ideologia de gênero" um artefato de persuasão. Fortalecem-se os grupos radicais interessados em promover uma agenda política e moralmente regressiva para anular avanços em relação a gênero, sexo e sexualidade e reafirmar disposições tradicionais não negociáveis. Existe uma ligação muito forte entre os discursos que fortalecem a chamada "ideologia de gênero", as políticas públicas e a religião. Apesar do contexto educacional laico de nosso país, essa relação está presente no cotidiano das escolas brasileiras.

Nesse sentido, o fortalecimento público desse discurso conservador permitiu que ganhasse notoriedade um movimento que acusa as escolas de "doutrinação ideológica" e propõe medidas para censurar professoras e professores em sala de aula, tendo como principal organização o Movimento Escola sem Partido – MESP, que promove acusações, perseguições e processos extrajudiciais envolvendo professoras/es e escolas. Fundado em 2014, esse movimento ganhou maior notoriedade em 2010, quando suas ideias passaram a fazer parte dos debates sobre educação no Brasil, e foram consumidas pela direita brasileira. O foco inicial do movimento MESP era a pretensa "doutrinação marxista" nas escolas, com as bandeiras prioritárias ligadas ao programa econômico da direita (o Estado mínimo, a desregulamentação, a flexibilização da legislação trabalhista), não à moral sexual, à família ou aos costumes (Miguel, 2016).

Dessa forma, voltam o olhar para a centralidade dada à educação nessa cruzada antigênero e do papel docente diante desse cenário, com um olhar crítico e uma atenção prioritária aos reflexos e discursos desses movimentos reacionários, ressaltando o papel das escolas como um lugar preparado para questionar e desconstruir tais discursos, alertando para a importância de propostas inclusivas, antidiscriminatórias, que têm como premissas a valorização da

laicidade, a promoção da diversidade e garantia do caráter público e cidadão da formação escolar (Junqueira, 2022).

No bojo dessa cruzada antigênero, com as perseguições e ameaças contra professoras e professores, destacamos neste artigo algumas tentativas de censura utilizadas para alarmar e inibir o trabalho pedagógico. A tentativa de proibição de materiais pedagógicos, como livros literários infantis, se configura como uma pauta a ser enfrentada na busca de embasamento e na construção de conhecimento crítico e de gênero, para a educação das crianças.

Tentativas de censuras de literaturas infantis e a educação das crianças

Com base no entendimento da escola como o centro da cruzada antigênero e a relevância da literatura infantil nas práticas pedagógicas, este artigo apresenta alguns episódios polêmicos envolvendo livros de literatura infantil no contexto da Educação Infantil, nas redes de educação da região metropolitana de São Paulo, como forma de problematizar os desafios encontrados nesse cenário de disputas. São casos que representam o momento político e social que estamos vivenciando nos últimos anos e suscitam reflexões sobre a presença das ameaças antigênero na Educação, discorrendo sobre denúncias de escolas como a possibilidade de debater e tirar a invisibilidade de tal problemática.

As literaturas infantis se apresentam como uma ferramenta interessante para análise e estudo das relações de gênero. A leitura de livros que apresentam diferentes formas de pertencimento pode ser muito útil para ampliar as diferentes possibilidades relacionadas ao gênero, proporcionando a reflexão sobre estereótipos de gênero e oferecendo estratégias pedagógicas que contribuem para a meta de igualdade de gênero desde a infância (Finco; Seveso, 2018).

Porém, no Brasil, atualmente, as literaturas infantis destinadas a problematizar e desconstruir as representações estereotipadas de gênero e a promover a

igualdade entre homens e mulheres, em nossa sociedade, acabam sendo ameaçadas demonstrando os entraves que temos ainda para se tratar o assunto. Os conflitos envolvendo as literaturas infantis relacionadas à questão de gênero apresentam argumentos de que esses livros contêm conteúdos que ferem os valores da família tradicional e que temas ligados à “ideologia de gênero” não deveriam ser discutidos na esfera pública, especialmente em instituições educativas.

Para agravar o contexto, pesquisas brasileiras alertam para o engendramento da infância, por meio dos livros infantis, e as possíveis consequências em meninos e meninas revelam ainda a presença e manutenção dos estereótipos de gênero e atitudes de submissão das mulheres em relação à dominação masculina nas literaturas infantis. Denunciam como os estereótipos de gênero tradicionais ainda estão muito presentes nas obras contemporâneas destinadas às crianças, trazendo conteúdos tradicionalmente estereotipados em relação às questões de gênero (Botton; Neves; Strey, 2015).

Para aprofundar esse debate, trazemos alguns episódios polêmicos que representam essas perseguições nas escolas e ataques às práticas envolvendo livros infantis que sofreram censura em escolas da rede pública de educação da região metropolitana de São Paulo, por abordarem com as crianças questões como preconceito e a igualdade entre homens e mulheres, os estereótipos de gênero e relacionadas à sexualidade. Os livros são: “O amor é Lilás” de Marina Franco (2020); “Menina não entra” de Telma Guimarães Castro Andrade (2006) e “Ceci quer um bebê”, de Thierry Lenain (2004).

O primeiro episódio de tentativa de censura apresentado envolveu o livro de literatura infantil “O amor é Lilás” escrito por Marina Franco (2020) e ilustrado por Felipe Ferri, que oferece um modo diverso de ver e admirar as diferentes cores, com seus significados e qualidades. O livro apresenta uma história divertida e sensível que pode ser explorada de várias maneiras no trabalho com meninas e meninos na Educação Infantil, a partir da temática das preferências das cores:

Imaginem um mundo de uma cor só. Um mundo cor de rosa. Roupas rosa, o quarto todo rosa, os cadernos, os brinquedos. Tudo cor de rosa. Até o desenho preferido é a Pantera cor-de-rosa! Era assim a vida de Rosinha. Ela só gostava da cor rosa e não se permitia conhecer e gostar de outras cores. Até conhecer o menino arco-íris, isto mesmo, um menino que existia por causa de todas as cores do mundo. O menino arco-íris pediu permissão a Rosinha para tentar fazê-la mudar de ideia e a chamou para um passeio. Voando lá no alto, Rosinha viu o azul do céu, olhando para baixo o verde azulado das águas. Se encantou com o amarelo radiante do Sol. Conheceu o cinza dos dias nublados que fazia a gente querer olhar pra dentro da gente. Em um campo de lavandas conheceu o lilás, foi lá que Rosinha, sentindo o cheiro de lavanda, disse “O amor é lilás”. Na feira encontrou sabores intensos, muita vida e a cor laranja que é também o nome de uma fruta. Depois do passeio, Rosinha estava pronta para amar todas as cores do universo (Síntese das autoras).

Figura 1. Capa do livro: “O amor é Lilás” (Franco, 2020)



Fonte: Editora Miolo Mole

O livro faz parte das ações curriculares para Educação Infantil, em consonância com um programa municipal voltado para o incentivo ao gosto pela leitura, distribuído pela rede de educação com o intuito de ser trabalhado nas pré-escolas e, também, disponibilizado para as crianças levarem para casa. Porém, uma das escolas do município em questão foi surpreendida com uma carta de um

pai que, de maneira acusatória, dizia estar *"indignado com o conteúdo de ideologia de gênero na Educação Infantil"*, questionando as cores da ilustração do livro, no qual *"o cabelo do menino tem as cores da identificação do movimento LGBT+"*. Alegava *"não concordar com o estímulo, uma vez que crianças ainda estão em processo de desenvolvimento"*. Dizendo ainda que *"o conteúdo fere os princípios da nossa família tradicional e cristã"*.

O caso nos aponta como a escola se tornou um dos principais alvos de uma ofensiva reacionária, que a colocou no centro do debate público e apresenta alguns dos desafios concernentes às garantias ao direito à educação, que acabam substituídos por abordagens voltadas a desacreditar a liberdade docente e a abalar o caráter público e laico da instituição escolar.

Outros dois livros foram apontados como inadequados pelo conteúdo que questionava tanto os papéis pré-estabelecidos e adequados para meninos e meninas, quanto a abordagem da sexualidade para crianças. Um dos livros, *"Menina não entra"* (Andrade, 2006), conta a história de alguns amigos que resolvem formar um time de futebol e, por não encontrarem um menino para completar o time, têm a ideia de convidar uma menina, Fernanda, para jogar. A personagem convidada logo mostra suas habilidades fazendo as pessoas perceberem que estavam equivocadas e que o preconceito não leva à vitória alguma, dentro e fora de campo. A participação da garota garantiu a vitória no jogo, levando-a ser a capitã do time, que muda seu nome para *"Todo Mundo Futebol Clube"*. A história de uma maneira divertida convida as crianças para a desconstrução dos estigmas sociais que demarcam o que é coisa de menina e o que é coisa de menino.

Figura 2. Capa do livro: “Menina não entra” (ANDRADE, 2006).



Fonte: Editora do Brasil

O livro apresenta uma problemática que busca, de maneira simples e divertida, desconstruir um estereótipo estabelecido de que apenas meninos podem jogar futebol, tolhendo, assim, a liberdade de meninos e meninas para escolherem aquilo que desejam fazer com base na vontade própria e não no que é pré-determinado para seu sexo. Assim, o episódio com o livro “Menina não entra” demonstra, mais uma vez, os entraves que a temática de gênero enfrenta na abordagem para crianças no âmbito da educação.

O outro caso que expressa situação semelhante às trazidas anteriormente ocorreu também em 2015, e foi com o livro “Ceci quer um bebê” (Lenain, 2004). A história apresenta Ceci, uma menina que, ao saber que ganharia um irmãozinho, também decide querer um bebê e, para isso, cria a fantasia de, com seu amigo Max, engravidar. Envolve questões como a curiosidade das crianças sobre de onde vêm e como são gerados os bebês, algo natural e com o qual quase todos os pais serão questionados em algum momento.

O título Ceci quer um bebê foi o segundo título publicado pela Companhia das Letrinhas, em 2004. Na história, Ceci quer ter um bebê e pede a Max, como prova de amor, que eles façam um bebê. É interessante observar a

ideia que as personagens têm do que é “fazer um bebê”. Ceci e Max deitam na cama e dão um abraço bem forte por alguns minutos, isso tendo fechado bem a porta do quarto. É interessante observar como essa última informação é apresentada no texto: embora o narrador seja onisciente, ele explica entre parênteses um pensamento de Max: (Para fazer um bebê, a porta do quarto tem que estar bem fechada). As ideias apresentadas pelos personagens são perfeitamente plausíveis para o que crianças reais podem vir a inferir a respeito do sexo. Sem alusões fantasiosas à cegonha, por exemplo, ou metáforas da sementinha etc.; a questão é tratada indo direto ao ponto, tendo como prerrogativa que os bebês são feitos da estreita união dos corpos dos pais (Pereira, 2018, p. 92).

Figura 3. Capa do livro: “Ceci quer um bebê” (LENAIN, 2004)



Fonte: Editora Companhia das Letrinhas

O episódio com o livro “Ceci quer um bebê” expõe mais um caso a respeito de como a literatura infantil é censurada ao tentar atuar de forma resistente à naturalização dos valores tradicionais. A história aborda a curiosidade das crianças em relação à reprodução humana, ao nascimento dos bebês, e tenta, de maneira criativa, estabelecer as conexões construídas pelas crianças em relação ao tema, buscando dar subsídios a elas para a elaboração das próprias ideias e argumentos. O livro trata, desse modo, de questões de gênero que são inseridas nas instituições educativas pelas próprias crianças. No entanto, o que se percebe é que, diante do contexto de ameaças, as abordagens dessas temáticas acabam sendo desvalorizadas e ignoradas, mantidas como tabus.

É necessário questionar os motivos pelos quais tais temas sofrem censura para o trabalho na Educação Infantil e por que os livros repudiados incitam medo nas famílias e causam muitas polêmicas. Em reportagem³, publicada em 2015, sobre polêmicas envolvendo livros escolares para as crianças, que discutem questões como preconceito e a igualdade entre homens e mulheres, algumas falas ganharam destaque como a de um vereador que, na data em questão, era presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara:

“É uma situação que pode levar as crianças a se desviarem da vida que é o correto homem e mulher, casamento e seguir a sua vida em frente. Não já querer ter uma tendência à homossexualidade. Como eu disse, nós não somos contra os homossexuais. Não somos homofóbicos. O que nós queremos é que a família cuide dessa parte. E não o município ou o estado” (Presidente da Comissão de Direitos Humanos da cidade, 2015).

As disputas travadas no campo educacional em relação à abordagem de gênero se intensificou e o alcance dos episódios de censura e de acusações, que vemos noticiado publicamente, encontram na “ideologia de gênero” a justificativa necessária para questionar políticas públicas (GAVA, 2023). Casos como esses nos fazem pensar a censura existente na literatura infantil, observando que a sexualidade e gênero são temas que incomodam os setores mais conservadores da nossa sociedade.

Os temas discutidos nas literaturas que tangem a censura, como os casos dos livros apresentados, abrem espaço para a reflexão de diversos temas relacionados ao viver em sociedade nos tempos atuais, considerando que discorrer sobre a pós-verdade se faz necessário ao vermos principalmente os livros, que abordam sexualidade e gênero, sendo alvos de mentiras e incompreensão pelo grande público (Pereira, 2018). O cenário nos apresenta uma realidade que abarca recuos e limitações nas conquistas às possibilidades que se apresentam o campo

³ Reportagem publicada no Jornal Bom Dia Brasil “Distribuição de livros sobre educação sexual gera polêmica em Guarulhos.” Disponível em: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2015/06/distribuicao-de-livros-sobre-educacao-sexual-gera-polemica-em-guarulhos.html#:~:text=Uma%20pol%C3%AAmica%3A%20a%20prefeitura%20de,%C3%89%20o%20a ssunto%20na%20cidade>. Acesso em: 20 de jul. 2024.

educacional na perspectiva de educação e gênero, como uma forma de contra-reação a processos de mudança social que desafiaram a ordem simbólico-cultural tradicional e que buscam consolidar hierarquias e papéis de gênero em nossa sociedade.

Os episódios de censura descritos, que se multiplicaram ao longo dos últimos anos, apontam para a intenção do movimento antigênero de desvirtuar ideias e deslegitimar o papel da escola e suas ferramentas pedagógicas, de questionar o binarismo e as discriminações de gênero, baseadas no determinismo biológico de gênero que permeia a nossa sociedade. Escoltadas pelo discurso de proteção à família e às crianças, promovem o entendimento de que gênero desvirtuaria e defenderia a sexualização das crianças, o estímulo à homossexualidade e a destruição da família. Dificultam o papel da formação docente de construir questionamentos sobre os estereótipos de gêneros e os papéis sexuais que resultam na incorporação e execução de masculinidades e feminilidades, vistas como naturais. Porém, não podemos deixar de alertar que, onde se tentou proibir o ensino desses temas, a justiça considerou inconstitucional qualquer forma de censura e manteve garantidas tanto a liberdade de ensinar de professoras e professores, quanto a liberdade de aprender das crianças Vianna; Bortolini, 2020).

Em resposta ao cenário conservador antigênero, a proposta do Manual de Defesa contra a Censura nas Escolas (2018) se apresenta como uma ferramenta importante de combate a esses episódios aos quais se fez referência, no presente relatório, e que vem permeando o cotidiano escolar brasileiro. O Manual foi lançado pela primeira vez ao final de 2018 por um conjunto de organizações da sociedade civil, em resposta ao violento fenômeno ultraconservador na educação, com destaque aos ataques aos princípios constitucionais da liberdade de ensino e do pluralismo de concepções pedagógicas e às normas educacionais e, ainda, à interdição do debate sobre igualdade de gênero, raça e sexualidade nas escolas, além das coerções e agressões sofridas por profissionais da educação. O Manual apresenta avanços em questões fulcrais na luta por uma educação

democrática, como as decisões do Supremo Tribunal Federal - STF que, entre outras coisas, afirmam a laicidade do Estado e o dever de promover, via políticas públicas de educação, o combate a todas as formas de discriminação por gênero e sexualidade.

Diante desse contexto, refletimos sobre a importância de construção de ferramentas de contra-poder, que precisam desconstruir as práticas normativas que procuram silenciar temáticas que atravessam os corpos e as vidas infantis, a fim de garantir os direitos e a dignidade das crianças, ressaltando a importância da promoção da defesa dos direitos democráticos. Não tratar as questões de gênero na educação das crianças protege aqueles que negociam com as violências, isto é, os agressores. Desse modo, são assuntos fundamentais para a infância, que não podem ser silenciados, porque beneficiam um pacto de silêncio de abusos e violência contra as crianças (Bonfanti; Gomes, 2018).

Não podemos deixar de destacar que a literatura infantil, além do papel no desenvolvimento cognitivo da criança, também contribui como dispositivo que favorece a introdução das ideias e opiniões presentes nas histórias. Nessa perspectiva, com as histórias contadas, as crianças podem estabelecer relação com a própria vida, com o próprio modo de conviver com as/os outras/os e agir ampliando a visão de mundo, de diversidade e da vida em sociedade. Tomar consciência de informações estereotipadas pode promover um maior respeito à diversidade, daí a necessidade de que as histórias contadas às crianças possibilitem a ampliação de informações e de conhecimento, na direção de sanarem suas dúvidas e curiosidades, do autoconhecimento e da construção do respeito às diferenças.

As práticas de formação docentes podem ser instrumentos de resistência para uma sociedade imersa no autoritarismo, na disseminação de falsas ideais e na luta por uma educação voltada para a perspectiva da diversidade de gênero. Nesse sentido, pensar nos desafios do ambiente educativo na infância, considerando as abordagens de diversidade e gênero, se torna necessária,

principalmente quando se busca a compreensão das relações sociais baseadas no respeito coletivo e considerando a diminuição das desigualdades de gênero (Fernandes; Finco, 2022).

Destaca-se, desse modo, a necessidade de jogar luz ao debate, com o intuito de desconstruir ideias, discursos e práticas que questionem as relações desiguais de poder, agregando esforços para a defesa da educação democrática e um olhar crítico para práticas implementadas contra ideologias, teorias, políticas e regras que atentam contra os princípios de inclusão, equidade, igualdade de oportunidades, respeito e valorização das diferenças de gênero.

Considerações finais

O Brasil passou nos últimos anos por um conservadorismo extremo, confrontando moralidade em relação a gênero e sexualidade. As discussões sobre diversidade de gênero na escola estão sofrendo ataques permanentes. A ofensiva antigênero com seu discurso, que naturaliza e essencializa as diferenças de gênero, se adentra para o espaço da educação das crianças, mostrando o quanto a escola acaba sendo um campo de construção ideológica. Os resultados trazem a atenção para a infância no centro do discurso educacional, destaca um dos elementos-chave para pensar a relação entre educação, gênero e infância. As reflexões apontam para a necessidade de aprofundar os debates, para superar as contradições entre as propostas de inclusão do gênero e as ações que garantam a devida implementação das exigências para a educação da infância.

A complexidade dos fenômenos culturais, políticos e sociais se entrelaçam e apontam que ainda existem muitos obstáculos a superar. Contextualizar os desafios de incluir a perspectiva de gênero no âmbito educacional envolve uma luta legítima de mudança na maneira de educar meninas e meninos, que envolve o reconhecimento das novas configurações familiares; o respeito ao próximo; a luta pela igualdade e não discriminação de pessoas por raça, gênero, sexualidade; a

implantação de um projeto de educação humana e igualitária, não se resumindo à ideia que vem sendo criminosamente disseminada.

Presenciamos nas tentativas de censura de livros um projeto que está ligado diretamente a uma onda conservadora, que utiliza a religião e os valores morais para determinar o que se considera correto ou incorreto. Questões religiosas estão na base desse movimento como uma frente principal de combate aos discursos de gênero e sexualidade, preconizando uma política ancorada no fundamentalismo religioso, para justificar a censura. O cerceamento de práticas educativas que buscam combater a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero representa uma grave ameaça aos direitos humanos. A tentativa de proibir o uso desses livros não é um caso excepcional; ela se insere em uma estrutura mais ampla de controle social, pautada na centralidade da família como núcleo social, no qual homens e mulheres desempenham papéis preestabelecidos e fixos, baseados na heterossexualidade.

Ao refletirmos sobre tais tentativas de censura, percebemos sua inconstitucionalidade, assim como sua invalidade jurídica. Elas consistem em valores simbólicos utilizados como instrumentos de coerção e ameaça ao trabalho com essas temáticas. Fica o convite para aprofundar as reflexões sobre os discursos antigênero, que envolvem distorção e perseguição às escolas, problematizando como mobilizam diversos grupos sociais para a manutenção da ordem vigente, fundamentada em uma moralidade social, política e individual.

Referências

ARRUDA, Julio Cesar de; FINCO, Daniela. Fake News e os desafios do trabalho docente frente às questões de gênero e sexualidade na creche. *IX Congresso Nacional de Educação: Educação para a sociedade: Ciência, Tecnologia e Sustentabilidade*, João Pessoa - PB, 2023.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BONFANTI, Ana Letícia; GOMES, Aguinaldo Rodrigues. A quem protegemos quando não falamos de gênero na escola? Salvador, *Revista Periódicus*, v. 1, n. 9, maio/outubro de 2018, p. 105-121. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/25681>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BOTTON, Andressa; NEVES STREY, Marlene. O gendramento da infância através dos livros infantis: possíveis consequências em meninos e meninas. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 915-932, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2015v33n3p915>. Acesso em: 20 jul. 2024.

CARREIRA, Denise. O Informe Brasil – gênero e educação: da Conae às Diretrizes Nacionais. In.: CARREIRA, Denise et al. *Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais*. São Paulo: Ação Educativa; Cladem; Ecos; Geledés; FCC, 2016, p. 25-54.

CARREIRA, Denise. Gênero na BNCC: dos ataques fundamentalistas à resistência política. In: CÁSSIO, Fernando; CATELLI JR, Roberto. *Educação é a base? 23 educadores discutem a BNCC*. São Paulo: Ação Educativa, 2019.

CARREIRA, Denise. Tempos terríveis: Memória e produção de resistências no governo Bolsonaro In: CARREIRA, Denise; LOPES, Bárbara. (Orgs.) *Gênero e educação: ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelo direito à educação*. São Paulo: Ação Educativa, 2022, p. 14-37.

CHAVES, Rosa Silvia; L., FINCO, Daniela. *Representações da menina negra na literatura infantil contemporânea: possibilidades para inverter as chaves do racismo e do sexismo na infância*. In: Anais do VI Seminário Internacional Desfazendo Gênero. Vitória da Conquista, BA: O Sexo da Palavra - Projetos Editoriais, 2023.

FERNANDES, Noeli Aparecida; FINCO, Daniela. Diálogos Necessários de Gênero: olhares e culturas que se entrecruzam na Educação Infantil. *Interacções*, Portugal v. 18, p. 233-257, 2022. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/26981>. Acesso em: 05 jul. 2024.

FINCO, Daniela; BARREIROS, Douglas P.; ABBATECOLA, Emanuela. Educação em disputa: gênero, cruzadas e formas de resistência. *Olh@res - Revista Eletrônica do Departamento de Educação da Unifesp*, v. 12, p. 1-13-13, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/16610>. Acesso em: 10 jul. 2024.

FINCO, Daniela; ROVERI, Fernanda. Questões de gênero na produção cultural para crianças In: ACCORSI, Fernanda Amorim; BALISCEI, João Paulo; TAKARA, Samilo

(Org.). *Como pode uma pedagogia viver fora da escola?* Estudos sobre pedagogias culturais. Londrina: Syntagma Editores, 2021, pp. 119-164.

FINCO, Daniela; SEVESO, Gabriella. Estereótipos de gênero e sexismo linguístico presentes nos livros no contexto educativo para crianças. *Zero-A-Seis*. Florianópolis, v. 20, p. 206-220, 2018.

FINCO, Daniela; ROVERI, Fernanda Theodoro. Corpos fora do lugar: tensionando as expectativas de gênero na infância das meninas a partir do cinema. *TEXTURA - ULBRA*, v. 25, p. 148-162, 2023.

FRANCO, Marina. *O amor é lilás*. São Paulo: Editora Maria Mole, 2020.

GAVA, Thais Cristina Montaldi. *O ovo de Serpente: o discurso antigênero como elemento na disputa pela função social da educação escolar*. (Tese de doutorado) Faculdade de Educação da Universidade Federal de São Paulo, 2023.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A 'ideologia de gênero' existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: CÁSSIO, Fernando. *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo, 2019.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *A invenção da "ideologia de gênero": um projeto reacionário de poder*. Brasília: Letras Livres, 2022.

KELLNER, Douglas; SHARE, Jeff. Educação para a leitura crítica da mídia, democracia radical e a reconstrução da educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 29, n. 104, pp. 687-715, out. 2008.

LEITE, Vanessa. "Em defesa das crianças e da família": Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos "conservadores" em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Revista Latinoamericana de Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 32 - ago. 2019, pp.119-142.

LENAIN, Thierry. *Ceci quer um bebê*. São Paulo: Cia das letrinhas, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

MACHADO, Maria das Dores. O discurso cristão sobre ideologia de gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 26(2) 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/47463>. Acesso em: 20 jul. 2024.

MANUAL de defesa contra censuras nas escolas. Disponível em <https://manualdedefesadasescolas.org.br/>. Acesso em: 23 maio 2023.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordação no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, vol. 7, n.15, 2016, pp. 590-621. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/25163>. Acesso em: 23 jul. 2024.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 32, n.3, setembro/dezembro 2017, p.723- 745.

PEREIRA, Beatriz Rosa. *A temática da sexualidade na produção editorial para crianças brasileiras: muitos desafios e um estudo de caso* (Trabalho de Conclusão de Curso) Departamento de Jornalismo e Editoração da Universidade de São Paulo, 2018.

PENNA, Fernando de Araujo Penna. “Escola sem Partido” como ameaça à Educação Democrática: fabricando o ódio aos professores e destruindo o potencial educacional da escola. *Fronteiras - Revista Catarinense de História*, n. 37, p. 143-155, jul.-dez./2021.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de. Em nome da moral e dos bons costumes: censura a livros com temática de gênero no Brasil do século XXI. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 267-295, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/71150>. Acesso em: 23 jul. 2024.

VIANNA, Claudia; BORTOLINI, Alexandre. Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 46, e221756, 2020.

SABERES LOCALIZADOS DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DA LEI MARIA DA PENHA

*SITUATED KNOWLEDGE OF WOMEN IN SITUATIONS OF VIOLENCE: AN
INTERSECTIONAL ANALYSIS OF THE MARIA DA PENHA LAW*

POR Luciana de Freitas¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0076-0603>

Resumo

O trabalho baseia-se em um recorte de pesquisa de doutorado e busca discutir a necessidade de uma abordagem interseccional da violência contra mulheres, notadamente por meio das ações viabilizadas pela Lei Maria da Penha. Para isso, foi utilizado o método bibliográfico, além de pesquisa de campo realizada em uma Vara de Violência Doméstica contra a mulher, da qual foram extraídas duas demandas de medidas protetivas para análise. Para interpretação das narrativas, foram empregados aportes teóricos que abordam uma genealogia negra e sul-americana, ampliando a compreensão de interseccionalidade. Como resultado, conclui-se que as políticas de enfrentamento à violência de gênero devem atentar-se às categorias sociais,

de opressões e privilégios, em que estão inseridas, considerando a temática junto a outras forças simultâneas.

Palavras-chave: gênero; interseccionalidade; violência contra mulheres.

Abstract

The work is based on a segment of doctoral research, aiming to discuss the need for an intersectional approach to violence against women, particularly through the actions enabled by the Maria da Penha Law. A bibliographic method will be used, in addition to field research conducted in a Domestic Violence Court, from which two protective order cases were selected for analysis. For interpreting the narratives, theoretical contributions that address a black and South American genealogy were employed, broadening the understanding of intersectionality. As a result, I conclude that policies addressing gender-

¹ Doutoranda em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), com bolsa pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Pós-graduada em Processo Penal pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM) em parceria com o Instituto de Direito Penal Económico e Europeu (IDPEE), da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Pós-graduada em Ciências Criminais pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo (FDRP-USP). Membro do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Aprisionamentos e Liberdades (NEPAL).

based violence must consider the social categories of oppression and privilege in which they are embedded, examining the issue alongside other simultaneous forces.

Keywords: *gender; intersectionality; violence against women.*

Introdução

O presente trabalho baseia-se em um recorte de pesquisa de doutorado que tem como propósito analisar os caminhos trilhados pelas Medidas Protetivas de Urgência (MPU) que foram encaminhadas para acompanhamento policial por meio da Patrulha Maria da Penha, na cidade de Ribeirão Preto, interior do Estado de São Paulo.

A pesquisa original tem por objetivo mapear as Medidas encaminhadas à Patrulha Maria da Penha, e busca discutir possíveis categorias no encaminhamento desses casos e sua repercussão na efetivação dessa ferramenta como instrumento de combate à violência de gênero. Foi empregada a metodologia empírica-indutiva de abordagem qualitativa, a partir da cartografia deleuziana, com objetivo de mapear não apenas a trajetória das medidas Protetivas de Urgência, mas as linhas de força que atravessam e afetam sua constituição e eficácia.

Foi realizada uma primeira etapa referente à revisão bibliográfica e uma segunda relacionada à observação das dinâmicas que envolvem os espaços policial e judicial, especialmente quanto à adoção de medidas protetivas de urgência para mulheres em situação de violência, tanto na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, como nas polícias responsáveis pelo monitoramento das medidas concedidas. Ademais, foi utilizada, de maneira complementar, a análise de documentos correspondentes ao campo frequentado, como boletins de ocorrência, requerimentos, inquéritos policiais, processos e decisões judiciais.

Neste estudo, a análise concentra-se na necessidade de uma abordagem interseccional, racializada e regionalizada da violência contra mulheres, notadamente por meio das ações viabilizadas pela Lei Maria da Penha. Para tanto, foram analisadas duas narrativas extraídas do campo de pesquisa que exploram violências silenciadas pelo sistema de justiça, com base em aportes teóricos que abordam uma genealogia negra e sulamericana, ampliando a compreensão de interseccionalidade.

Nos últimos anos, a legislação nacional relacionada à coibição da violência doméstica e familiar contra a mulher sofreu importantes atualizações. Por exemplo, em 2018 (Brasil, 2018), foi tipificado² o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência (MPU's), aplicando a pena de detenção de três meses a dois anos, sendo que apenas a autoridade judicial poderia conceder fiança em caso de prisão em flagrante.

No ano de 2019 (Brasil, 2019), a alteração veio com a determinação para que as medidas protetivas de urgência e o afastamento do agressor do lar fossem registrados em banco de dados do Conselho Nacional de Justiça. Em abril de 2020 (Brasil, 2020), foi ampliado o alcance das protetivas de urgência, como o comparecimento, pelo agressor, a programas de reeducação e acompanhamento psicossocial individual ou em grupo.

Já em 2023 (Brasil, 2023), foi sancionada a lei que autorizou a possibilidade de concessão das medidas protetivas de urgência em cognição sumária³, a partir

² A tipificação criminal é o ato do legislador de transformar uma conduta humana em um dispositivo legal, individualizando o fato com uma pena associada. Assim, para que uma conduta seja considerada um crime, é necessário haver a sua correspondência com um tipo penal em específico.

³ A cognição sumária, no âmbito jurídico, refere-se a uma análise preliminar e superficial dos fatos e fundamentos de uma causa, normalmente realizada pelo juiz para decidir sobre medidas provisórias ou urgentes, sem examinar profundamente o mérito da questão e sem a necessidade de revolvimento de provas. Quando configurada uma situação de violência doméstica, a medida protetiva de urgência pode ser concedida, inclusive, pela(o) própria(o) Delegada(o) de Polícia que recebe a ocorrência, antes mesmo do seu encaminhamento ao Judiciário.

do momento em que é feito o pedido pela mulher na própria delegacia, sem a necessidade de qualquer instrumentalidade processual.

O processo de concepção da Lei nº 11.340/2006, conhecida por Lei Maria da Penha (LMP), representa o fruto de uma longa trajetória de luta feminista, por meio da articulação entre organizações não governamentais (ONG's) com movimentos de mulheres, parlamentares, juristas e diversos aliados (Basterd, 2011), instaurando uma mudança paradigmática na realidade jurídica nacional para o enfrentamento do tema (Campos, 2011).

Um dos aspectos centrais da LMP, e que, não por acaso, passou por diversas alterações nos últimos anos, refere-se às medidas protetivas de urgência. Previstas entre os artigos 18 a 24 da Lei, as MPU's foram criadas objetivando a configuração de um mecanismo rápido, de fácil acesso e de proteção imediata às mulheres. Referem-se, assim, a uma ordem judicial que busca proteger alguém que está em situação de risco ou ameaça, como em casos de violência doméstica.

No entanto, o excesso de burocracia, assim como o tradicionalismo jurídico e institucional, além de uma leitura machista sobre os episódios de violência, tem se configurado como obstáculos determinantes para o (não) cumprimento daquilo que é previsto na LMP. Desse modo, sua execução prática é mediada por interações subjetivas e que preenchem, por exemplo, o contexto das medidas protetivas de urgência.

Atualmente, quando falamos em Medidas Protetivas de Urgência (MPU), destacam-se alguns programas de patrulhamento específicos realizados com o intuito de aperfeiçoar o acompanhamento das mulheres em situação de violência que detêm esse tipo de proteção, a partir de uma maior articulação com outros órgãos de segurança pública e assistência social. Tratam-se das chamadas Patrulhas Maria da Penha⁴.

⁴ As patrulhas são implementadas por meio da legislação municipal, sendo a primeira lançada em 2012, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. As equipes são formadas por policiais militares ou pela Guarda Civil Municipal, com a participação de profissionais homens e

Contudo, a questão abordada neste trabalho diz respeito a quais as mulheres se dirigem essas ferramentas? Muitos estudos feministas tendem a priorizar uma abordagem unidimensional de gênero, sem considerar a interseccionalidade com outras categorias sociais. Desse modo, a presente análise busca refletir sobre possíveis implicações e reflexos decorrentes de uma abordagem universal ao tratamento da violência de gênero, utilizando-se, como fundo, a aplicação da Lei Maria da Penha e das medidas protetivas nela prevista.

Pouso sobre o campo

A cartografia, concebida por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), é uma metodologia que se concentra em acompanhar processos em desenvolvimento, ao invés de simplesmente representar um objeto. Virgínia Kastrup (2015, p. 40-47) sugere que esse método implica na criação de dados que requerem da pesquisadora uma atenção focada nas forças que constituem esses processos, o que ela divide em quatro tipos: rastreamento, toque, aproximação e reconhecimento atento.

Para Kastrup, o rastreamento é um tipo de “varredura do campo”, na qual a atenção é mantida de maneira ampla e sem foco definido, pois ainda não se sabe qual será o objeto de interesse específico no campo, que tende a surgir de maneira inesperada. O toque é um momento de destaque, quando algo chama a atenção da pesquisadora, destacando-se no cenário homogêneo observado. O próximo passo é a aproximação, quando a pesquisadora foca sua análise no elemento identificado. Finalmente, o reconhecimento atento representa o movimento pelo campo de maneira não linear, ajustando a atenção conforme o campo se transforma continuamente.

mulheres, que passaram por uma capacitação específica para realizar o acompanhamento sobre as medidas protetivas de urgência concedidas.

Durante a realização do estudo para este artigo, o projeto encontrava-se na fase inicial de rastreamento do campo, na qual foi examinado e mapeado o território ligado às medidas protetivas de urgência em uma cidade metropolitana do interior do estado de São Paulo. O foco da pesquisa é o processamento dessas medidas na Vara Judicial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. A cartografia foi o método principal, complementado pela sensibilidade etnográfica e pela análise de documentos, buscando mapear não apenas o caminho das medidas protetivas, mas também as forças que influenciam sua efetividade no combate à violência de gênero.

Após a obtenção da autorização do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, iniciou-se a frequência semanal ao cartório judicial a partir de agosto de 2023, com acesso ao sistema SAJ (Sistema de Automação do Judiciário), que permitiu consultar todas as medidas protetivas de urgência registradas na Vara especializada.

Em média, a Vara recebe cerca de dez solicitações diárias, totalizando aproximadamente trezentas por mês. Dada a limitação para análise aprofundada de cada processo, foi construído inicialmente um banco de dados com informações de quinhentos casos, registrando detalhes como: número do processo, nome das partes envolvidas, cor autodeclarada da vítima, bairro do ocorrido, data do boletim de ocorrência, tipificação penal, origem do pedido e se o formulário de risco foi preenchido.

Ao registrar esses dados, padrões específicos começaram a surgir, especialmente nas observações adicionais incluídas. Com base nisso, a análise foi aprofundada em cinquenta processos selecionados com base na variedade de abordagens das medidas protetivas solicitadas, buscando compreender as diferentes manifestações dos processos jurídicos.

Das cinquenta narrativas, duas foram escolhidas para o presente artigo, com objetivo de evidenciar como diferentes marcadores sociais de diferença, como raça e classe, influenciam as experiências dos indivíduos. A seleção das histórias

não se limita a ilustrar desigualdades estruturais, mas visa expor como essas categorias impactam diretamente a vida das pessoas envolvidas. A abordagem interdisciplinar foi essencial para realizar uma análise completa dos dados.

Os casos selecionados buscam explorar tanto as condições materiais quanto os processos culturais que afetam a vivência de mulheres em situação de violência. As narrativas revelam como as trajetórias dessas mulheres estão entrelaçadas com questões como disputas patrimoniais e discriminação racial, mostrando que as pessoas afetadas por estruturas opressivas também possuem agência em sua própria trajetória.

Saberes interseccionais e localizados

Os processos de solicitação de medidas protetivas de urgência por mulheres em situação de violência são atravessados por diferentes relações de poder e demarcados por diversas estruturas, evidenciando a pertinência e a necessidade de utilizar uma perspectiva plural e multidimensional para dar conta das dinâmicas que cercam o sistema.

A título de ilustração, segundo pesquisa divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Avançada (IPEA), em setembro de 2021, o total de mulheres negras vítimas de homicídios subiu de 2.419 vítimas, em 2009, para 2.468, em 2019. Já o número de mulheres não negras mortas caiu de 1.636, em 2009, para 1.196, em 2019, de modo que, atualmente, o risco de uma mulher negra ser vítima de homicídio, em 2019, foi 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra; ou seja, a implantação da Lei Maria da Penha, e seus institutos de proteção, não produziu os mesmos efeitos entre as mulheres negras e não negras no país.

Ainda como exemplo, conforme pesquisa divulgada em 2023 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, denominada “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, o perfil étnico racial indica maior prevalência de violência entre mulheres negras (29,9%) do que entre brancas (26,3%), sendo que mulheres negras

apresentaram níveis de vitimização muito mais elevados do que de mulheres brancas, nos casos de violência física severa, como espancamento (negras com 6,3% e brancas com 3,6%) e ameaça com faca ou arma de fogo (negras com 6,2% e brancas com 3,8%).

Diante desse contexto, diversos estudos têm reafirmado o entendimento de estabelecer uma conexão entre políticas de proteção à violência de gênero com teorias e práticas dos feminismos não hegemônicos e de sujeitos racializados, utilizando-se de uma abordagem interseccional. As propostas desses feminismos situam-se como uma forma de oposição a um feminismo que se coloca como referência normativa, branco, cis e hétero.

Ao tratar sobre interseccionalidade, Fabiana Severi, Cinthia Catoia e Inara Firmino (2020, p. 4) colocam diversas possibilidades em que categorias sociais da diferença podem resultar na construção de sistemas de opressão responsáveis pela manutenção de determinados grupos no poder em detrimento de outros, incluindo-se, além do gênero, também a raça, etnia, classe social, casta, religião, origem nacional, deficiência e orientação sexual. Segundo as pesquisadoras, “estas estruturas de dominação não são estanques e/ou apartadas, mas, ao contrário, elas interagem constantemente de modo a sustentar complexas organizações hierárquicas de poder” (Severi; Catoia; Firmino, 2020, p.4).

Sob a mesma perspectiva, Sueli Carneiro (2003, p. 1) traz a espacialidade geográfica latino-americana como fator interseccional relevante, ao passo em que reconhece que a “violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial”.

Lélia González (2020-a, p.25) coloca em evidência como o racismo e o sexismo são fatores estruturantes no “funcionamento do modo de produção capitalista em determinadas formações socioeconômicas como a brasileira”, edificadas a partir de um desenvolvimento desigual e combinado, próprios de

países de dependência neocolonial, nos quais se desenrolam dinâmicas internas com diferentes processos de acumulação capitalistas.

A autora (2020-b, p. 135) ainda pontua que, no quadro das profundas desigualdades raciais existentes no continente latino-americano, se articula a discriminação em dobro para com as mulheres não brancas da região: as amefricanas e as ameríndias, de forma que duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente.

María Lugones, filósofa feminista e ativista argentina, também reconhecida por suas contribuições ao pensamento feminista decolonial e interseccional, complementa:

Entender os traços historicamente específicos da organização do gênero em seu sistema moderno/colonial (dimorfismo biológico, a organização patriarcal e heterossexual das relações sociais) é central para entendermos como essa organização acontece de maneira diferente quando acrescida de termos raciais (Lugones, 2020, p. 62).

Por fim, Carla Akotirene chama atenção ao “modismo acadêmico da interseccionalidade” (2019, p. 16), ressaltando a importância de descolonizar perspectivas hegemônicas sobre o conceito e adotar o Atlântico como divisor de opressões cruzadas pela história e migração forçada de africanas e africanos.

O entendimento acima vai ao encontro da teórica Donna Haraway, quando trabalha o conceito de “saberes localizados” ou “perspectivas parciais” (2009, p. 8). Para explicar tais elementos, ela utiliza a metáfora da visão, argumentando que os instrumentos de visualização da cultura multinacional e pós-moderna compuseram significados de descorporificação; ou seja, a partir do momento que essa visão busca universalizar todas as particularidades de mundo, ela passa a negar cada uma delas, tratando-se de uma ilusão.

É nesse contexto que a autora afirma que a objetividade feminista se refere à localização limitada e ao conhecimento localizado, em vez da separação entre

sujeito e objeto. Dessa forma, destaca a responsabilidade sobre aquilo que se aprende a ver. Qualquer forma de conhecimento não localizável, portanto, seria irresponsável, uma vez que é impossível de o sujeito prestar contas sobre o que foi visto e descrito.

Assim, quando apontamos o sujeito “mulher” sem localizá-la quanto a diferentes outras categorias possíveis de identificação, como espaço geográfico, raça, sexualidade, dentre diversas outras, estamos tratando de uma visão irresponsável e limitada sobre a sua existência.

Nesse ponto, a autora destaca que aqueles que detêm as posições de dominadores, notadamente homens brancos, cis, héteros e ocidentais, são seres não marcados pela sua identidade e incorpóreos – e o mesmo também ocorre com as mulheres brancas, cis, héteros e ocidentais, dentro do movimento feminista. No entanto, a autora ressalta que a identidade por si só não é capaz de produzir ciência, mas sim o posicionamento crítico a partir dessa identidade. Então, conclui que a única posição a partir da qual a objetividade não tem a possibilidade de ser posta em prática é a do ponto de vista desse homem – ou mulher – neutro que produz, apropria e ordena toda a diferença.

É o que também pode ser observado quando uma política de gênero é implementada, assim como a Lei Maria da Penha e as Medidas Protetivas de Urgência, sem se atentar às perspectivas reais e parciais dos corpos que irão se utilizar dessa ferramenta, como se o mesmo instrumento servisse como um molde universal a todas as mulheres em situação de violência. Daí a diferença nos resultados aplicados a mulheres brancas e negras.

E o mesmo ocorre em relação às Patrulhas que acompanham tais medidas. Como exemplo, em minha atuação como advogada no município onde resido, enquanto participante de um grupo de militância que contribuiu na assistência jurídica em casos de violência doméstica presentes em uma das comunidades locais, localizada na periferia da cidade, verifiquei que eram raras as situações em que as mulheres em situação de violência tinham consciência acerca da

possibilidade de solicitar medida protetiva judicial, e ainda menos de que essa proteção poderia ser monitorada.

Em continuidade, Haraway (2009, p. 33) ainda coloca que não interessa a parcialidade dos corpos por si mesma, mas sim pelas possibilidades de conexões que essa subjetividade oferece, o que muito dialoga com as possíveis intersecções de visões parciais e incompletas, de diferentes vozes em uma posição coletiva de sujeito que promete uma visão de meios de corporificação. Seria algo próximo do que nós temos hoje como lugar de fala, mas no caso, “lugar de visão”.

Ainda sobre a interseccionalidade dos estudos de gênero, destaca-se também o pensamento desenvolvido por bell hooks. Para a autora:

Em termos gerais, as feministas privilegiadas têm sido incapazes de falar com e pelos diversos grupos de mulheres, porque não compreendem plenamente a inter-relação entre opressão de sexo, raça e classe ou se recusam a levar a sério essa inter-relação. As análises feministas sobre a sina da mulher tendem a se concentrar exclusivamente no gênero e não proporcionam uma base sólida sobre a qual construir a teoria feminista. Elas refletem a tendência, predominante nas mentes patriarcais ocidentais, a mistificar a realidade da mulher, insistindo em que o gênero é o único determinante do destino da mulher (hooks, 2015, p.204).

Tais propostas, portanto, dialogam com a necessidade de se construir uma prática política que milite em oposição à violência doméstica contra a mulher, considerando as articulações dos sistemas de dominação e opressão que influem e demarcam as relações de gênero. Ao mesmo tempo, busca-se um diálogo mais estreito com a teoria feminista interseccional e atenta aos saberes localizados e parciais dessas mulheres.

Violências silenciadas

Embora a exploração do campo de pesquisa ainda não tenha finalizado até a conclusão deste artigo, foram selecionadas duas narrativas que destacaram a

invisibilização de violências vivenciadas por mulheres pretas e/ou pardas quando requeridas medidas protetivas de urgência em face de seus agressores.

As histórias foram selecionadas de acordo com critérios considerados relevantes na identificação de padrões nas dinâmicas de dominação, como a violência patrimonial por seus ex-companheiros e conflitos relacionados à ameaça e perseguição pelo inconformismo do término do relacionamento. Em quaisquer dos casos, serão utilizados nomes fictícios para proteção das partes.

Rosa

Rosa estava separada há seis anos de seu ex-marido. Viveram maritalmente por quase dez anos em um relacionamento abusivo e controlador, do qual advieram dois filhos. Ainda hoje, porém, seu ex-companheiro age de forma possessiva e agressiva, sendo que na última ocasião em que se encontraram ele quebrou diversos aparelhos da sua casa, incluindo o celular da vítima.

Já na Delegacia de Defesa da Mulher, Rosa solicitou, como medidas protetivas, a proibição de aproximação, contato e de frequentar lugares em comum, além da fixação de alimentos provisórios e a guarda de seus filhos.

Na decisão, foram concedidas as medidas relacionadas à aproximação e contato com a vítima, além da obrigação de o ofensor manter seu endereço atualizado. A guarda e os alimentos, no entanto, foram indeferidos, sob o argumento de que, na circunstância apresentada, se verificava a ausência de cautelaridade para sua concessão, uma vez que as partes já estavam separadas há seis anos e, por sua vez, deveriam ingressar na vara de família competente para aquela demanda. No mais, nada foi mencionado acerca do celular ou dos outros aparelhos danificados.

O caso destaca o aspecto patrimonial da violência sofrida, que, no entanto, não foi reconhecido juridicamente na decisão que concedeu as medidas solicitadas. Na narrativa apresentada, para além do aparelho celular danificado

pelo agressor, e que sequer chegou a ser inserindo na demanda encaminhada pela Delegacia especializada, foi indeferida, ao menos em um primeiro momento, a prestação alimentícia devida aos filhos advindos do relacionamento.

Em que pese haja a possibilidade de ajuizamento da demanda específica na vara judicial competente, pela ofendida, se mostra, desde já, um distanciamento e burocratização da prestação jurisdicional ofertada pelo Estado a uma mulher parda, mãe de duas crianças, residente em um bairro periférico da cidade.

O impacto patrimonial tem um peso significativo na vida das mulheres economicamente mais vulneráveis; a perda de eletrodomésticos ou aparelhos essenciais, como o celular, seja por venda ou destruição, afeta sua sobrevivência básica e, muitas vezes, sua própria fonte de renda.

Ademais, é importante lembrar que as mulheres negras ainda ocupam os piores lugares nos indicadores sociais e econômicos no país, o que contribui para que a violência patrimonial agrave uma dinâmica já perversa de privilégio e abandono. Como aponta pesquisa realizada pelo IPEA (2013, p. 118), comparando-se o total das rendas das pessoas no Brasil, entre os anos de 1999 e 2009, a renda das mulheres negras não chega nem à metade daquela auferida pelos homens brancos e corresponde a cerca de 56% dos rendimentos das mulheres brancas.

A ausência do reconhecimento de violências patrimoniais, portanto, contribui para uma invisibilização institucional de um tipo de agressão tão grave quanto a física e a psicológica, afetando desproporcionalmente mulheres negras e economicamente vulneráveis.

Joana

Namoraram por aproximadamente onze anos, até que Joana pôs fim ao relacionamento por conta de agressões físicas e psicológicas que sofria frequentemente.

Seu ex-companheiro, contudo, não aceita a separação, ameaçando e perseguindo a vítima por meio de insistentes ligações e rondas sorrateiras em volta da sua casa. Na última ocasião, como relatado, ele pulou o muro de Joana e forçou a entrada de sua casa, ameaçando-a de que, caso ela não reatasse a relação, ele a mataria junto de qualquer pessoa com quem a vítima se relacionasse.

Como a ocorrência foi registrada já no final da tarde de uma sexta-feira, o caso foi encaminhado ao juízo plantonista responsável por atender as notícias de violência doméstica aquele final de semana.

Embora o Ministério Público tenha se manifestado favoravelmente à concessão das medidas para proibição de aproximação, de contato e de frequentar lugares em comum, as medidas foram, ao menos inicialmente, indeferidas, sob o argumento da necessidade de resistir à “tentação de se banalizar a aplicação das medidas de proteção à mulher”, que devem ser exercidas apenas em casos, cuja gravidade mesma as justifique”. Ainda, fundamentou que, no caso apresentado, a ocorrência não havia sido assinada por testemunhas, impossibilitando a adoção de medidas baseando-se somente na palavra da ex-companheira do averiguado.

A palavra da vítima, em casos de violência doméstica, desempenha um papel crucial no processo judicial e na proteção imediata da vítima. Em muitos casos, a violência doméstica ocorre em ambientes privados, longe dos olhos de testemunhas e sem evidências físicas visíveis. Por essa razão, o testemunho da vítima pode ser a principal e, muitas vezes, a única prova disponível para que a justiça possa agir.

Além disso, a valorização da palavra da vítima está intrinsecamente ligada ao reconhecimento das dinâmicas de poder e controle que caracterizam a

violência doméstica. A narrativa da vítima não apenas descreve os eventos de abuso, mas também revela padrões de comportamento coercitivo, manipulação emocional e dependência econômica que, muitas vezes, estão presentes em tais relações.

Por consequência, a relevância da palavra da vítima em casos de violência doméstica adquire uma dimensão adicional quando analisada sob a lente da interseccionalidade, especialmente em relação à raça. Mulheres negras, por exemplo, enfrentam barreiras únicas e agravadas ao buscar justiça e proteção contra a violência de gênero.

A desvalorização do relato da mulher negra não só perpetua a violência, mas também invisibiliza a experiência dessas mulheres, que frequentemente enfrentam uma interseção de opressões relacionadas à raça, gênero e classe, reforçando estereótipos raciais e sociais já desmistificados por autoras como Sueli Carneiro (2011) e Lélia González (1988), de que as mulheres negras são frequentemente vistas através de lentes que as tratam como menos vulneráveis ou mais resilientes.

Essa percepção enviesada resulta na aplicação inadequada ou insuficiente de medidas protetivas e na revitimização dessas mulheres pelo sistema que deveria protegê-las. Portanto, é fundamental que o sistema judicial e os profissionais envolvidos reconheçam e desafiem esses preconceitos. Isso não só fortalece a resposta à violência doméstica, mas também contribui para um sistema de justiça mais inclusivo e sensível às complexidades da identidade racial.

Considerações finais

Pesquisar em um campo ocupado especificamente ao atendimento à mulher em situação de violência oferece uma crítica ao universalismo de trabalhos que ignoram as relações entre o gênero e outras estruturas de poder, evidenciando a pertinência e a necessidade de utilizar uma perspectiva

multidimensional para dar conta das dinâmicas que cercam o sistema, analisando a maneira como essas forças se sobrepõem em diferentes formas de opressão.

A análise das mudanças recentes na legislação de combate à violência doméstica no Brasil, especialmente no contexto da Lei Maria da Penha, revela a importância de uma abordagem interseccional e regionalizada. As medidas protetivas de urgência, embora essenciais, enfrentam desafios significativos devido a uma resistência do tradicionalismo jurídico e de suas entidades na aplicação da ferramenta de forma plural e multifatorial.

Os dados destacados por institutos de pesquisa gritam a disparidade na eficácia da Lei Maria da Penha entre mulheres negras e brancas, sublinhando a necessidade de políticas públicas que considerem as complexas interações de gênero, raça, classe e outros fatores sociais. Autoras como Fabiana Severi, Sueli Carneiro, Lélia González e Donna Haraway fornecem uma base teórica potente para entender essas interseções e a importância de saberes localizados.

A análise dos casos de Rosa e Joana ilustra a complexidade e os desafios enfrentados pelas mulheres racializadas em situações de violência doméstica. Rosa enfrenta a invisibilização da violência patrimonial sofrida. Joana, por sua vez, viu seu pedido de medidas protetivas inicialmente negado diante da desvalorização da sua palavra, sob a justificativa de uma possível "banalização" da proteção às mulheres, apesar das graves ameaças e perseguições que sofreu.

Reconhecer as experiências específicas de mulheres negras e pobres, que enfrentam múltiplas formas de opressão, é fundamental para corrigir as desigualdades e assegurar que todas as vítimas de violência doméstica recebam a proteção e a justiça que merecem. A integração de uma perspectiva interseccional no tratamento desses casos pode ajudar a revelar as dinâmicas complexas de poder e controle presentes em relações abusivas, proporcionando um entendimento mais profundo e uma abordagem mais eficaz na proteção das vítimas.

A construção de políticas de enfrentamento à violência de gênero deve incorporar perspectivas interseccionais que reconheçam e abordem as diversas opressões e privilégios que afetam as mulheres. Isso exige um diálogo contínuo com as teorias feministas não hegemônicas e uma atenção especial aos saberes locais e parciais das mulheres afetadas. Só assim será possível desenvolver estratégias mais eficazes e justas para combater a violência doméstica e familiar no Brasil.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019, 152p. Feminismos Plurais. Coordenação de Djamila Ribeiro. Pesquisa empírica no Direito: uma contribuição antropológica. Recife: Paper apresentado no 7º Encontro da ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política, 4-7 ago.

AZEVEDO, Rodrigo Ghringhelli. Aplicação de medidas protetivas para mulheres em situação de violência nas cidades de Porto Alegre (RS), Belo Horizonte (MG) e Recife (PE). In: PARESCHI, Ana Carolina Cambreses; ENGEL, Cíntia Liara; BAPTISTA, Gustavo Camilo (Org.). *Direitos humanos, grupos vulneráveis e segurança pública*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016.

BASTERD, Leila Linhares. Lei Maria da Penha: uma experiência bem-sucedida de advocacy feminista. In CAMPOS, Carmen Hein (Org.). *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p.13-37.

BRASIL. *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Lei Maria da Penha. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 02 maio 2024.

_____. *Lei nº 13.641/2018, de 3 de abril de 2018*. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13641.htm. Acesso em: 02 maio 2024.

_____. *Lei nº 13.827, de 13 de maio de 2019*. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para autorizar, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou a seus dependentes, e para determinar o registro da medida protetiva de urgência em banco de dados

mantido pelo Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13827.htm. Acesso em: 02 de maio 2024.

_____. *Lei nº 13.984, de 3 de abril de 2020*. Altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer como medidas protetivas de urgência frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13984.htm. Acesso em: 03 maio de 2024.

_____. *Lei nº 14.550, de 19 de abril de 2023*. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre as medidas protetivas de urgência e estabelecer que a causa ou a motivação dos atos de violência e a condição do ofensor ou da ofendida não excluem a aplicação da Lei. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14550.htm. Acesso em: 04 maio 2024.

CAMPOS, Carmen Hein de. CARVALHO, Salo de. Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. In: CAMPOS, C. H. (Org.) *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 143-169.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA Empreendimentos Sociais & TAKANO Cidadania (Orgs.). *Racismos Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 49-58.

_____. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.

FÓRUM, Brasileiro de Segurança Pública. *Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. 4ª Edição, São Paulo, 2023.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Org. Flávia Rios e Márcia Lima, Zahar, 2020-a, p. 25-44.

_____. Por um feminismo afro-latino-americano. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Org. Flávia Rios e Márcia Lima, Zahar, 2020-b, p. 126-143 (b).

_____. A mulher negra e o feminismo: o caso do Brasil. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: ANPOCS, 1988. p. 223-244.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Campinas: *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51046>. Acesso em: 05 jun. 2024.

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Brasil: *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16, p. 193-210, jan./abr. 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n16/0103-3352-rbcpol-16-00193.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2024.

IPEA – Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. *Atlas da Violência 2021*. Número 8, setembro de 2021. Brasília: Ipea, 2021.

_____. *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Org. Mariana Mazzini Marcondes (et al.). Brasília: Ipea, 2013.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais*. Org. Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

SEVERI, Fabiana Cristina; CATOIA, Cinthia de Cassia; FIRMINO, Inara Flora Cipriano. Caso “Alyne Pimentel”: violência de gênero e interseccionalidades. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, 2020.

REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO NOS FILMES JURASSIC PARK E AMMONITE

GENDER AND GENRE REPRESENTATIONS IN THE FILMS JURASSIC PARK AND AMMONITE

POR Erich Lie Ginach¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9582-6427>

Ilka de Oliveira Mota²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6637-4310>

Anna Paula Quadros Soares³

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-8034-1181>

Resumo

Este artigo analisa representações de gêneros sociais e cinematográficos em filmes contemporâneos com personagens paleontólogas: o americano Jurassic Park – O parque dos dinossauros (1993) e o britânico Ammonite (2020). Ambos têm em comum a posição crítica em relação ao gênero masculino e a certos aspectos dos gêneros fílmicos. Porém, enquanto Jurassic Park confronta os papéis dados aos gêneros sem mostrar as relações de classe implicadas – posição feminista liberal –, Ammonite focaliza a opressão da mulher e mostra que está ligada à diferença de classe social – posição feminista marxista. A análise se apoia no referencial teórico da análise de discurso materialista, nos estudos feministas-marxistas de Silvia Federici e em observações de

Bordwell e Thompson sobre gêneros cinematográficos.

Palavras-chave: representação; gênero social; gênero fílmico.

Abstract

This paper analyzes representations of genders and genres in contemporary films featuring characters of paleontologists: the American movie Jurassic Park (1993) and the British one Ammonite (2020). Both have in common a critical stance towards the male gender and certain aspects of film genres. However, while Jurassic Park confronts the roles given to genders without showing the class relations implied – a liberal feminist position –, Ammonite focuses on the oppression of women and shows that it is linked to the difference in

¹ Mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas e doutorando em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo.

² Professora associada IV da Universidade Federal de São Carlos, campus Lagoa do Sino, e professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Estadual de Mato Grosso, campus Cáceres. Tem mestrado em Linguística, doutorado e pós-doutorado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas e faz pós-doutorado em Linguística na Universidade Estadual de Mato Grosso, campus Cáceres.

³ Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de São Carlos, campus Lagoa do Sino.

social class – a Marxist feminist position. The analysis is based on the theoretical framework of materialist discourse analysis, on feminist-Marxist studies by Silvia

Federici and on Bordwell and Thompson's observations on film genre.

Keywords: representation; gender; film genre.

Introdução

Ainda que representem gêneros bem distintos – *Jurassic Park* – *O parque dos dinossauros* (1993) mescla ficção científica e aventura e *Ammonite* (2020) é uma cinebiografia romanceada –, ambos os filmes têm em comum personagens paleontólogas e representações críticas dos gêneros, tanto os sociais como os cinematográficos⁴. O presente artigo busca analisar essas representações tendo como suporte três referências teóricas: a análise materialista do discurso; o trabalho da pensadora feminista-marxista Silvia Federici; observações de Bordwell e Thompson sobre gêneros cinematográficos.

Segundo os princípios da análise materialista do discurso – que trabalha no entremeio da Linguística, do Marxismo e da Psicanálise –, o Simbólico ou a Língua se inscreve na História para produzir discurso (Orlandi, 1999) que é, portanto, uma representação histórica, necessariamente ideológica. Nas palavras de Althusser (1992, p. 85), a “ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”. Essa relação envolve as formações imaginárias, as imagens que os indivíduos têm de si mesmos, do que dizem, dos seus interlocutores e de como devem se relacionar uns com os outros em determinado contexto e formação social (Pêcheux, 1997).

⁴ A origem deste artigo está no Trabalho de Conclusão de Curso de Anna Paula Quadros Soares *Representações da Paleontologia e do paleontólogo nas mídias cinematográficas ocidentais*, apresentado ao Centro de Ciências da Natureza da Universidade Federal de São Carlos em dezembro de 2023. Percebemos que os materiais permitiam outra análise, apresentada aqui.

O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não “brota” do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder. A imagem que temos de um professor, por exemplo, não cai do céu. Ela se constitui nesse confronto do simbólico com o político, em processos que ligam discursos e instituições. Desse modo é que acreditamos que um sujeito na posição de professor de esquerda fale “x” enquanto um de direita fale “y”. O que nem sempre é verdade. Por isso a análise é importante (Orlandi, 1999, p. 42).

Os gêneros masculino e feminino correspondem a imaginários históricos. Eles são vistos de formas distintas e espera-se deles determinadas imagens e comportamentos: “homem é e faz x”, “mulher, y” e assim por diante. Federici observa que a cultura ocidental tem

[...] uma predisposição quase ontológica para enfocar o gênero a partir de oposições binárias. Descobrimos que as hierarquias sexuais quase sempre estão a serviço de um projeto de dominação que só pode se sustentar por meio da divisão, constantemente renovada, daqueles a quem se procura governar (Federici, 2017, p. 18).

Em nossa sociedade, o projeto de dominação que se beneficia da oposição dos gêneros é o capitalista. Ele explora as mulheres com base nessa divisão. A mulher, naturalizada como gênero inferior, não recebe pelos trabalhos reprodutivo e formativo – a reprodução biológica e o cuidado e educação dos filhos – e recebe salários mais baixos por seu trabalho formal. O imaginário dominante é o de que é natural a mulher ter filhos, educá-los e fazer tarefas domésticas por simples amor (Federici, 2019). Para combater esse imaginário, “[...] o gênero não deveria ser tratado como uma realidade puramente cultural, mas como uma especificação das relações de classe” (Federici, 2017, p. 31).

Como todo produto histórico e social, o imaginário de gênero não é sempre o mesmo, variando no tempo e no espaço. No livro *Calibã e a bruxa*, Federici (2017) mostra que houve na Idade Média um movimento de emancipação feminina que acabou se perdendo. Nos últimos cem anos, o imaginário do feminino passou por transformações significativas graças a sucessivas ondas feministas que varreram o

Ocidente capitalista e os países periféricos sob a sua influência, além das nações que viveram revoluções socialistas e também alteraram a imagem da mulher e o seu lugar na sociedade. O próprio conceito de identidade de gênero, antes chamada de "sexo", formou-se nesse período. Mais recentemente, surgiu o conceito de gênero não-binário, irreduzível à oposição masculino/feminino.

Federici (2019, p. 239) afirma que, "Em meados dos anos 1970, os movimentos feministas haviam se transformado em uma força social poderosa, que desafiava não só as relações desiguais de gênero, mas também toda a estrutura social 'patriarcal', exigindo uma mudança social radical". Temendo essa movimentação potencialmente revolucionária, A ONU (Organização das Nações Unidas), órgão central do sistema capitalista, propõe uma série de políticas para tentar direcionar o movimento de modo menos explosivo. O capitalismo passou a defender mais e melhores posições para as mulheres, mas obviamente sem alterar a formação social. Essas políticas compensatórias tiveram grande efeito na sociedade e na cultura e as obras aqui analisadas foram afetadas por elas.

No campo do cinema, toda obra se filia a um gênero estético, um imaginário narrativo com conteúdos e formas mais ou menos determinados: drama, comédia, ação, romance, ficção científica, biografia etc. Bordwell e Thompson (2013) dizem que todos os espectadores têm uma noção de gênero cinematográfico, mesmo que desconheçam o termo. As convenções de gênero conferem identidade aos filmes.

Nós antecipamos uma investigação em um filme de mistério; vinganças são comuns nos faroestes; um musical encontrará maneiras de fornecer situações de canto e dança. Os filmes de gangster, normalmente, se concentram no surgimento e na decadência de um gangster conforme ele luta contra a polícia e os rivais. Esperamos que um filme biográfico [biopic] trace os episódios mais importantes da vida da personagem principal. Em um suspense policial, determinadas personagens são convencionais: o informante esperto, o parceiro comediante, o capitão exasperado que se desespera para que o esquadrão siga o procedimento (Bordwell e Thompson, 2013, p. 502).

O gênero indica para o criador como o seu filme deve se apresentar e para

o espectador, o que ele pode esperar de uma determinada obra. Entretanto, Bordwell e Thompson reconhecem que nem sempre os filmes correspondem às expectativas: “[...] existem limites para a precisão com a qual o conceito de gênero pode ser aplicado. Por isso, todas as categorias possuem exemplos inegáveis e casos mais questionáveis.” (Bordwell e Thompson, 2013, p. 500-1). Os deslocamentos acontecem a todo instante. Os filmes podem subverter mais ou menos as convenções de gêneros, já que os sujeitos e os imaginários variam historicamente. Por outro lado, formas e sentidos antigos resistem e permanecem entre os novos.

Jurassic Park – O Parque dos Dinossauros

Em *Jurassic Park – O Parque dos Dinossauros* (*Jurassic Park*, 1993), dirigido por Steven Spielberg, os paleontólogos Dr. Alan Grant (Sam Neill) e Dra. Ellie Sattler (Laura Dern) e o matemático Ian Malcolm (Jeff Goldblum) são convidados pelo empresário John Hammond (Richard Attenborough) para serem os primeiros visitantes e avaliadores do seu parque de dinossauros numa ilha da Costa Rica. O empreendimento só se tornou possível porque cientistas conseguiram trazer os animais de volta à vida usando DNA preservado em mosquitos fósseis. Os netos de John, a menina Lex (Ariana Richards) e o menino Tim (Joseph Mazzello), juntam-se ao grupo de visitantes e saem em passeio pelo parque em carros elétricos. A situação se torna caótica quando, por ação humana corrupta, o sistema elétrico para de funcionar e os dinossauros perigosos escapam (Soares, 2023).

Durante o passeio pelo parque ocorre o seguinte diálogo entre o matemático Ian e a paleontóloga Ellie:

IAN – Deus cria dinossauros. Deus destrói dinossauros. Deus cria o Homem. Homem destrói Deus. Homem cria dinossauros.

ELLIE – Dinossauros comem o homem. A mulher herda a Terra.
(*Jurassic Park*, 45min3s-45min39s)

Ian usa a

palavra “Homem” para se referir à espécie humana. Ellie espertamente se aproveita do seu duplo sentido (espécie humana e gênero masculino) para ironizar o fim do gênero masculino: “Dinossauros comem o homem. A mulher herda a Terra”. Esse jogo é possível porque, como diz Pêcheux (1990), toda língua é capaz de poesia, de jogo com os sentidos. Jogando com os sentidos, Ellie põe em cena um imaginário novo em que o gênero historicamente apagado ou diminuído, a mulher, toma o lugar do gênero que se considera superior, mas acaba gerando a própria extinção. De fato, o parque vai se revelar um grande problema com origem na ambição desmedida de um homem, John Hammond.

Pouco depois dessa cena, os paleontólogos e as crianças, não seguindo o combinado, saem dos carros para explorar o ambiente e encontram um dinossauro herbívoro passando mal. Alan e Ellie o tocam e Alan até o abraça, lembrando que era sua espécie de dinossauro preferida quando criança (sequência de fotogramas 1). Ellie também dirige palavras carinhosas ao animal, que chama de “lindinha”, mas, em seguida, examina sua língua e olho e conversa com o guarda do parque a respeito. Após algumas perguntas, ela, que é uma paleobotânica, especialista em plantas fósseis, diagnostica uma intoxicação alimentar do dinossauro, que teria comido uma planta que não costumava consumir quando existia naturalmente no passado. Ellie é, assim, a primeira personagem a identificar um dos lados negativos do parque.

Sequência de fotogramas 1: encontro com o dinossauro doente no filme *Jurassic Park*



Fonte: *Jurassic Park*, 49min53s-54min16s.

Enquanto o homem se relaciona com o dinossauro de forma emotiva e até infantil, a mulher mostra que não tem apenas emoções, é uma cientista, mulher racional capaz de identificar um sério problema ecológico do parque. A representação do gênero feminino é positiva e mais rica do que a do masculino.

Mais tarde, quando o parque já vive o caos completo e Alan e as crianças estão perdidas, Ellie, em reunião com os outros homens, se prontifica a ligar manualmente o sistema elétrico, tarefa muito perigosa. É quando John e Ellie travam esse diálogo:

JOHN – Acho que eu é quem deveria ir.

ELLIE – Por quê?

JOHN – Bem, eu sou um... e você é...

ELLIE – Olha, podemos discutir sexismo e situações de sobrevivência quando eu voltar. [...] (*Jurassic Park*, 1h37min-1h37min32s)

Essa passagem é exemplar sobre as “formações imaginárias” (Pêcheux, 1997), as imagens que os sujeitos fazem de si, do outro e do que eles devem dizer e fazer numa determinada conjuntura histórica. A imagem que John faz de si é a dominante na cultura, a de que ele, como homem, é quem deveria executar a tarefa perigosa. Contudo, ao falar, ele se constrange e não consegue dizer as palavras “homem” e “mulher”: “Bem, eu sou um... e você é...” Ellie, mulher contemporânea consciente das suas capacidades e direitos, nomeia essa forma de preconceito: “sexismo”. O que determina a hesitação de John e a firmeza de Ellie é a igualdade *imaginária*, não necessariamente real, entre homens e mulheres no fim do século XX, discurso assumido pelo filme.

Em seguida, numa ação heroica, Ellie consegue ligar a energia, comprovando que também é capaz de lidar com situações perigosas. O que ela diz e faz vale não só para a narrativa em que está inserida, mas também para a sociedade, incluindo filmes tradicionais do gênero aventura nos quais, muitas vezes, a mulher aguardava ser salva pelo herói homem.

Por sua vez, o paleontólogo Alan entra no filme como um personagem que não gosta de crianças e não as trata bem. Numa de suas escavações, é bastante duro com um menino que compara um dinossauro a um peru. Alan diz que o animal poderia estripá-lo e exige respeito da criança. Em seguida, Ellie pergunta a Alan se não quer ter filhos e ele diz que crianças são barulhentas, bagunceiras, custam caro e bebês fedem (*Jurassic Park*, 7min54s-9min42s). Ao chegar no parque dos dinossauros, o paleontólogo se recusa a ficar no mesmo carro do neto de John porque o menino o conhece e faz muitas perguntas sobre dinossauros, o que o irrita (*Jurassic Park*, 39min48s-40min36s).

Mais tarde, porém, Alan salva as crianças do ataque do grande dinossauro carnívoro e começa a desenvolver afeto por elas. Ele as acalma antes de dormirem na copa de uma árvore e, ao serem acordados por um dinossauro herbívoro que vem comer perto, diz a elas que não precisam ter medo (*Jurassic Park*, 1h22min35s-1h24min58s e 1h28min43s-1h30min18s). Quando Tim, o menino, recebe uma forte descarga elétrica na cerca do parque e para de respirar, Alan salva sua vida com respiração boca a boca (*Jurassic Park*, 1h45min45s-1h46min9s). No fim do filme, voltando para casa, as crianças dormem nos seus braços e Alan sorri. Ellie os vê assim e se emociona (*Jurassic Park*, 1h59min19s-2h) (sequência de fotogramas 2).

Sequência de fotogramas 2: Ellie observa Alan e as crianças na cena final do filme *Jurassic Park*



Fonte: *Jurassic Park*, 1h59min19s-2h.

Na relação do personagem Alan com as crianças, o cuidado e o carinho também cabem nas práticas e no imaginário do gênero masculino. A personagem Ellie mal cuida das crianças. Há um deslocamento da imagem da mulher como cuidadora principal ou única, imagem construída por séculos em que as mulheres eram as únicas incumbidas – e sem remuneração – dessa tarefa (Federici, 2019). Por outro lado, Ellie desempenha tarefas tradicionalmente atribuídas ao gênero masculino na sociedade e suas narrativas.

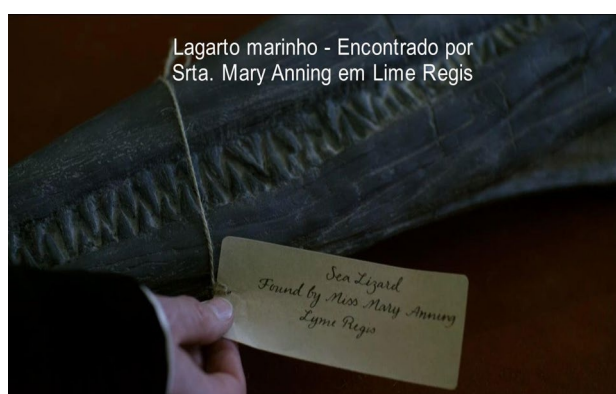
Esses recortes revelam novos imaginários dos gêneros masculino e feminino, produtos das lutas pela igualdade dos gêneros no século XX, entre elas a do forte movimento feminista dos anos 1970 (Federici, 2019). Também se apresenta a crítica ecológica, surgida na mesma década, articulada à crítica da falta de escrúpulos do criador do parque, um *homem* que põe suas ambições acima de tudo. As novas representações e discursos presentes em *Jurassic Park* se contrapõem ao e criticam o imaginário antigo, que distinguia papéis exclusivamente masculinos e femininos e no qual o gênero masculino podia dominar de forma tóxica, agressiva, como o Alan rude avesso a crianças do começo do filme. O questionamento dos papéis dos gêneros sociais se cruza com a representação do gênero fílmico, que, se seguisse um script mais tradicional, poderia atribuir à mulher atividades de cuidado e ao homem, ações perigosas.

Contudo, a obra não se aprofunda na crítica, não mostra como as representações e práticas do passado se articulam às formas de dominação e exploração da mulher pela sociedade capitalista. Fica na posição conhecida como feminismo liberal: defende a igualdade de direitos e deveres entre os gêneros sem tocar nas diferenças de classe social que também as constituem.

Ammonite

Ammonite (2020), dirigido por Francis Lee, é um retrato ficcionalizado de Mary Anning (1799-1847), mulher cientista inglesa de poucos recursos interpretada pela atriz Kate Winslet. A personagem mora só com sua mãe e sobrevive da venda de artesanato e fósseis. Mary marcou a história da Paleontologia com os fósseis importantes que descobriu na chamada Costa Jurássica de Lyme Regis, Inglaterra. Entretanto, o reconhecimento do seu trabalho foi tardio por causa do machismo reinante no contexto em que ela viveu e trabalhou. O título é a forma inglesa da palavra amonite ou amonoide, um tipo de molusco fóssil muito comum na área onde Mary fazia suas coletas (Soares, 2023).

A primeira cena do filme (sequência de fotogramas 3) mostra uma faxineira limpando o chão do Museu Britânico, em Londres, quando um cientista, cujo rosto não é mostrado, entra conduzindo outros homens (rostos também ocultos) que carregam um fóssil para exibição. Ele grita para que a mulher saia da frente. Vê o cartão indicando a descoberta do fóssil por Mary Anning, solta um “Hum” de desaprovação e põe no lugar uma placa onde se lê apenas o nome dele: “Apresentado por H. Hoste Henley”.

**Sequência de fotogramas 3: faxineira e cientista se cruzam na cena de abertura do filme
*Ammonite***

Fonte: *Ammonite*, 1min22s-2min23s.

Temos aí, expostas de modo quase didático, duas formas de opressão da mulher. A faxineira, mulher das classes subalternas, executa um trabalho braçal, considerado inferior, o que, para o cientista, justifica o tratamento rude dado a ela. A outra mulher, ausente de cena, mas presente por seu trabalho (Mary), também vem de um extrato social inferior, mas ousa ser cientista e é apagada pelo homem cientista. Em contrapartida, a narrativa oculta o rosto do homem, uma forma de apagá-lo simbolicamente. A cena mostra como a opressão de gênero se articula à de classe, aspecto para o qual Federici (2017, 2019) chama a atenção.

O trabalho de Mary é reconhecido, mas com limites, e os cientistas geralmente lhe oferecem pouco pelos materiais que coleta, o que configura uma exploração econômica tendo como base seu gênero e classe social. Apesar disso, ela não desiste, até porque precisa trabalhar. Porém, torna-se ressentida.

Mary recebe a visita de Roderick Murchison (James McArdle), um burguês londrino interessado no trabalho dela. A mulher lhe dirige poucas palavras e o trata com frieza, apesar de ele ser educado e elogiá-la. Roderick diz que ela tem boa reputação na Sociedade Geográfica de Londres e Mary comenta: “Com todos os homens reunidos” (*Ammonite*, 9min7s-12min37s). Com ironia, ela critica o domínio masculino naquela sociedade científica. Suas palavras são as únicas armas de que dispõe. Roderick lhe oferece uma boa quantia para hospedar por um tempo sua esposa Charlotte Murchison (Saoirse Ronan), que passa por uma crise.

Algumas cenas, especialmente a descrita na sequência, mostram que a crise vem de um conflito entre Roderick e Charlotte. Numa noite, na hora de dormir, ele se despe e a esposa o procura com desejo, mas ele recusa o sexo dizendo que não quer outro filho (*Ammonite*, 15min56s-16min40s). A fala de Roderick é exemplar sobre o papel reprodutivo atribuído naquela época à mulher, limitado à geração e criação de filhos, como bem mostra Federici (2019). O sexo como puro prazer não existia ou pelo menos não tinha a dimensão que tem hoje. Nos dias seguintes, Charlotte sofre com o afastamento do marido e se recusa a sair do quarto. Ele espera que a esposa se recupere, mas, como isso não acontece, tem então a ideia de deixá-la algumas semanas em Lyme, o que vai propiciar um romance entre Mary e Charlotte.

Já hospedada na casa de Mary, Charlotte se banha na água fria do mar e adoece, sendo muito bem cuidada pela anfitriã. Depois de uma lenta recuperação, Charlotte passa a ajudar Mary em suas tarefas domésticas e de coleta de fósseis. Certo dia, toma a iniciativa de beijar Mary. Além de satisfazer os desejos de ambas, o romance entre elas é uma espécie de doce vingança contra a sociedade patriarcal que as oprime e despreza. Elas, mulheres, se dão tudo o que a sociedade lhes nega: sexo, amor, atenção, companheirismo.

Quando Charlotte volta para Londres, Mary sente, mas permanece firme. Tempos depois, Charlotte a convida para visitá-la. Mary vai até ela e, ao chegar, descobre que a amante montou um quarto para que more em sua luxuosa casa

burguesa. Fiel ao seu trabalho em Lyme, Mary se revolta e recusa a oferta. Essa cena é muito interessante, pois mostra que, mesmo sendo mulher e partilhando com Mary algumas opressões, Charlotte se vale da sua situação burguesa para tentar manter a amante perto de si, independentemente da vontade da última. A condição de classe da mulher burguesa se projeta sobre a sua condição de gênero.

Há então um corte para a última cena, em que Mary visita o Museu Britânico. Ela caminha numa grande sala com muitos retratos apenas de homens. Num plano inteligente e belo, ela se posiciona bem na frente de um desses quadros, dando a impressão de que é ela a retratada (sequência de fotogramas 4). Cria-se assim uma imagem de reparação histórica que sintetiza o filme.

Sequência de fotogramas 4: Mary no Museu Britânico na cena final de *Ammonite*



Fonte: *Ammonite*, 1h50min-1h50min46s.

Ammonite explicita diferentes formas de exploração às quais a sociedade submetia – e ainda submete em algumas circunstâncias – as mulheres: exploração reprodutiva, laboral e intelectual. Essas opressões andam de mãos dadas com a representação dos homens burgueses como sujeitos rudes e aproveitadores, enquanto as mulheres aparecem como suas vítimas mais ou menos silenciosas. A única exceção talvez seja o médico, sempre muito gentil e respeitoso com Mary e Charlotte. Como *biopic*, filme do gênero biográfico, pode decepcionar o

espectador que espere uma narrativa fiel aos fatos, pois não se tem comprovação do romance lésbico e outros pontos.

No entanto, não existe obrigatoriedade e mesmo possibilidade de uma cinebiografia ser totalmente fiel aos fatos que retrata. Mesmo assim, o filme apresenta fatos históricos corretos e uma boa reconstituição de época. O fundamental para nossa análise é que, diferentemente de *Jurassic Park*, *Ammonite* mostra como a opressão da mulher se articula com a opressão de classe. Indo além da posição feminista liberal, o filme britânico corresponde à posição feminista materialista, de esquerda, assumida por Federici, entre outras autoras.

Considerações finais

Descontadas as diferenças de foco e ideológicas, ambas as obras abordam de modo crítico os imaginários dos gêneros masculino e feminino na cultura, especificamente a ocidental. Porém, *Jurassic Park* o faz de modo mais superficial, a partir da posição feminista liberal, enquanto *Ammonite* analisa e critica de maneira mais extensa e profunda a opressão sofrida pelas mulheres, a partir da posição do feminismo materialista ou marxista (Federici, 2017, 2019).

Jurassic Park põe a mulher em situação de igualdade de direitos e deveres com o homem, confrontando e criticando o imaginário de gênero ainda vigente de que há funções sociais típicas de homens e mulheres. Se, de um lado, mostra que o homem também pode fazer o trabalho reprodutivo (de cuidado e educação), historicamente atribuído apenas às mulheres (Federici, 2019), de outro, deixa claro que as mulheres também podem se formar, tornarem-se cientistas e executarem atividades perigosas. Nesse sentido, também quebra a expectativa de filmes do gênero aventura em que apenas ou predominantemente o homem enfrenta perigos. Em *Jurassic Park* há equilíbrio entre os feitos heroicos do homem e da mulher.

Já *Ammonite*, focado na crítica à sociedade machista, apresenta um quadro mais preciso daquela forma de dominação, mostrando suas conexões com a dominação de classe social, o que faz muita diferença. Equilibra o retrato sombrio daquela sociedade com o oásis do amor das duas mulheres e a visibilidade de Mary. Embora seja uma cinebiografia que faz uma boa reconstrução material e ideológica da primeira metade do século XIX, acrescenta fatos ficcionais como o romance de Mary e Charlotte, fugindo do estritamente biográfico.

Em comum, as mulheres de ambos os filmes se valem da ironia e do sarcasmo para resistir e combater as opressões que lhes são impostas. Mesmo que o sujeito a fazê-la esteja perdendo na história, a ironia é uma arma poderosa e o protege de certa forma. Contudo, as personagens femininas também se mostram fortes e capazes de ações que exigem coragem e resistência física, como coleta de fósseis (*Ammonite*) e enfrentamento de grandes perigos (*Jurassic Park*).

Ambos os filmes expressam no campo da cultura mais de um século de lutas para emancipação das mulheres. Nesse quadro, eles são importantes para se compreender as representações de identidade de gênero, ainda que correspondam a distintas posições ideológicas diante do problema.

Referências

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992, 107 p.

AMMONITE. Direção: Francis Lee. Produção: Iain Canning, Emile Sherman, Fodhla Cronin O'Reilly. Roteiro: Francis Lee. Intérpretes: Kate Winslet, Saoirse Ronan, Gemma Jones, James McArdle, Alec Secareanu, Fiona Shaw e outros. Londres: BBC Films; British Film Institute; See-Saw Films, 2020. Streaming (120 min.), color.

BORDWELL, David; THOMPSON, Kristin. A arte do cinema: uma introdução. Tradução de Roberta Gregoli. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora da USP, 2013, 765 p.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017, 464 p. Disponível em:

http://coletivosycorax.org/wp-content/uploads/2019/09/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB-1.pdf. Acesso em: 20 ago. 2024.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019, 388 p. Disponível em:

http://coletivosycorax.org/wp-content/uploads/2019/09/Opontozerodarevolucao_WEB.pdf. Acesso em: 20 ago. 2024.

JURASSIC Park – O parque dos dinossauros. Direção: Steven Spielberg. Produção: Kathleen Kennedy e Gerald R. Molen. Roteiro: Michael Crichton e David Koepp. Intérpretes: Sam Neill, Laura Dern, Jeff Goldblum, Richard Attenborough e outros. Los Angeles: Amblin Entertainment, 1993. Streaming (126 min.), color.

ORLANDI, Eni. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999, 100 p.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani e outros. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-161.

PÊCHEUX, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 1990, 68 p.

SOARES, Anna Paula Quadros. Representações da Paleontologia e do paleontólogo nas mídias cinematográficas ocidentais. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Biológicas) – Centro de Ciências da Natureza, Universidade Federal de São Carlos, Buri, 2023.

A “PERSONAGEM FEMININA FORTE”: REPRESENTAÇÃO E ESTEREÓTIPO DO FEMININO EM SÉRIES POLICIAIS BRASILEIRAS

THE “STRONG FEMALE CHARACTER”: REPRESENTATION AND STEREOTYPE OF FEMININITY IN BRAZILIAN POLICE SERIES

POR Aélton Alves de Melo Júnior¹
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9752-1261>

Resumo

Neste texto, verificamos a representação de mulheres policiais em séries de TV brasileiras em diálogo com o chamado estereótipo da “personagem feminina forte” – uma representação que atribui ao feminino códigos associados à “masculinidade hegemônica”. A base teórica adotada caminha junto aos estudos sobre representação social, circulação midiática e o conceito de “performances de gênero”. Como objetos de estudo selecionamos as séries *A Justiceira* (TV Globo, 1997), *Rotas do Ódio* (Universal TV, 2018) e *Bom Dia, Verônica* (Netflix, 2020), identificando nas protagonistas quais são suas imagens, posturas e motivações. Entre os resultados, identificamos a predominância de protagonistas brancas, a recorrência de vestimentas em tons escuros/neutros e, em destaque, a presença de narrativas que contrapõem razão e emoção – associada à distinção entre masculinidade e feminilidade.

Palavras-chave: séries policiais; personagem feminina forte; representação midiática.

Abstract

In this text, we examine the representation of female police officers in Brazilian TV series in dialogue with the so-called “strong female character” stereotype – a portrayal that attributes to women codes traditionally associated with “hegemonic masculinity.” The theoretical framework draws on studies of social representation, media circulation and the concept of “gender performance”. As case studies, we analyze the series *A Justiceira* (TV Globo, 1997), *Rotas do Ódio* (Universal TV, 2018), and *Bom Dia, Verônica* (Netflix, 2020), identifying in the protagonists their visual representations, behaviors, and motivations. Among the findings, we note the predominance of white female leads, the frequent use of dark/neutral-toned clothing, and, notably, the presence of narratives that contrast

¹ Doutorando em Mídia e Cotidiano pelo PPGMC/UFF e Mestre em Ciências Sociais pelo PPGCS/UFCG. (aeltonjunior@me.com / aeltonmelo@id.uff.br)

reason and emotion –associated with the distinction between masculinity and femininity.

Keywords: *police series; strong female character; media representation.*

Introdução

O termo “protagonista”, na narratologia, refere-se às personagens que estruturam a diegese. E embora o protagonista possa ser homem ou mulher (em ótica binária), há, na tradição narrativa de ficção policial, tendência a alocar o sujeito “homem” no protagonismo. Focando em séries televisivas desse gênero, autores como Rodriguez (2022) apontam que, quando há protagonismo masculino ocorre certa regularidade na circulação de simbologias e discursividades associadas ao que chamam de “masculinidade hegemônica”. Isto é, são recorrentes os protagonistas que trazem representações de homens viris, dotados de habilidades combativas, estrategistas, racionais, pragmáticos e justiceiros. Exemplos desse perfil são os protagonistas da emblemática *Twin Peaks* (1990-1991), considerada um marco na dramaturgia do final do século passado² ou as mais recentes e com nível dramático menos ousado *The Mentalist* (2008-2015) e *Força-Tarefa* (2009-2011), esta última uma produção brasileira.

Mas, como coloca Ricoeur (1994), processos narrativos sofrem rupturas, na qual sentidos discursivos e imagéticos são constantemente negociados conforme os contextos locais e temporais em que são produzidos. Concordando com o autor, neste texto, a proposta é justamente identificar impactos que o gênero policial sofre quando desloca o protagonismo masculino para o feminino. Isto é, apesar de não ignorar que a recorrência ao modelo que até há pouco era praticamente hegemônico persiste, nosso interesse é analisar e discutir esse novo enquadramento. O que mobiliza tal foco é justamente verificar se a hipótese da emersão dessa outra protagonista pode reconfigurar esse tipo de narrativa

² Criada pelo cineasta David Lynch e Mark Frost.

ficcional. Assim, trazendo na unidade de ação mulheres justiceiras, dotadas de força, astutas e ferinas, pretendemos observar se algumas representações do feminino policial podem alterar, substantivamente, dinâmicas de gênero e sexualidade na narrativa policíesca tradicional.

Tal tensão ou dúvida decorre de interrogações acionadas por diálogos com autoras que questionam o quanto o deslocamento do protagonismo masculino para o feminino ainda preservaria elementos associados à masculinidade hegemônica. Considerando essa e outras ponderações, para a investigação, partimos da percepção empírica de que personagens femininas policiais tendem a se enquadrar na representação estereotípica que se convencionou chamar de “personagem feminina forte” – uma representação que atribui à performatividade feminina (Butler, 2018) elementos sócio-histórico-culturais associados ao masculino hegemônico (Connel e Messerschmidt, 2013).

Seguindo essa trilha, nesse texto focamos as séries televisivas brasileiras *A Justiceira* (TV Globo, 1997), *Rotas do Ódio* (Universal TV, 2018) e *Bom dia, Verônica* (Netflix, 2020) – obras se destacam por serem as únicas do gênero policial dentro de um mapeamento de séries televisivas brasileiras com protagonismo feminino³. O objetivo é verificar quais são as características da representação estereotípica chamada de “personagem feminina forte”, tendo como base os estudos de mídia, de estereótipos, representações sociais e, finalmente, as performances de gênero. Na sequência, mapeamos definições do que seria a chamada “personagem feminina forte”, tendo como metodologia a busca por referências bibliográficas e falas de profissionais envolvidos com o audiovisual (roteiristas, atores, produtores de conteúdo online etc.). Acoplado ao mapeamento, observaremos como as definições do referido estereótipo aparecem quando há protagonismo feminino nessas séries policiais.

³ Nosso mapeamento de séries brasileiras (seriados, sitcons, minisséries etc.) com protagonismo feminino está disponível em: <https://filmow.com/listas/usuario/aeltonjunior/> Acesso em: 11 jun. 2024.

Em função dos propósitos deste texto, vamos centrar nossas análises apenas nos aspectos imagéticos e discursivos gerais dos perfis das personagens protagonistas no episódio piloto das séries. Justifica-se a escolha em função do primeiro episódio (piloto) ser responsável por situar o telespectador no universo da ficção, isto é, apresenta-se a unidade de ação, as motivações e os modos de ser das personagens (Pallottini, 1998).

Representações sociais, mídia e estereótipos

Valdir Morigi ao escrever sobre representações, sentidos e imaginários midiáticos explica, resgatando Émile Durkheim, que as “representações coletivas são as formas de pensamento que a sociedade elabora para expressar sua realidade” (Morigi, 2004, p.4). Logo, por meio dessas estruturas, os indivíduos em sociedade incorporam as representações como verdades. O autor ainda complementa, argumentando que as representações são dinâmicas assim como as sociedades industriais. Nesse cenário, os meios de comunicação de massa aparecem como motores da circulação intensiva de representações sociais. E, devido aos processos de mediatização⁴ – processos estes que podem ser resumidos como a difusão de sentidos pela mídia de massa colaborando na coordenação das experiências cotidianas (Saldanha, 2022) –, implica-se que a mídia (veículos e artefatos) desempenha um papel central na forma como as pessoas acessam, compartilham e interagem com informações consideradas parte do Comum (conhecimentos, costumes, bens culturais, recursos etc.) (Saldanha, 2022).

Para Stuart Hall “[...] é por meio da cultura e da linguagem [...] que a elaboração e a circulação de significados ocorrem” (Hall, 2016, p. 25). Desse modo, as representações são, continuamente, produzidas e compartilhadas por

⁴ Como lembra Tavares “o paradigma da mediatização se impôs como chave teórica essencial para compreender a ação contínua dos *media* na sociedade contemporânea ocidental (2023, p. 264), a despeito de ainda haver visões diferentes sobre o termo.

meio de “sistemas de representação” (escrita, imagens, sons, artefatos etc.). Aliás, quando o autor discute os processos de circulação de significados, está se referindo tanto aos “sistemas de representação” (as estruturas por meio das quais os significados são organizados, repassados e compreendidos) quanto aos “regimes de representação”, sendo que o termo “regime” destaca as relações de poder e controle sobre essa circulação. Ele também nos lembra que é a partir das práticas cotidianas que os sentidos culturais se consolidam. Assim, enquanto mercadoria imaterial, as imagens midiáticas atuam como pontes entre o indivíduo e o mundo, participando dos processos de interpretação da “realidade”. Complementando esse processo, é preciso ressaltar que “[...] o que é midiaticizado não é o que sai nos diários, na televisão ou no rádio: é o que é interpretado pela forma do signo, articulado em modelos e administrado pelo ‘código’” (Baudrillard *apud* Saldanha, 2022, p. 93).

Assim, o “real”, socialmente produzido pela mídia, é produto de uma série de interações e movimentos de sentidos. Ele é perpassado por diversos estilos, estéticas, discursos e culturas de diferentes campos de origem. Assim, no processo de construção e reconstrução, o acontecimento é submetido a um tratamento técnico-estético até atingir o modelo socialmente consumido na atualidade (Morigi, 2004, p. 9).

Concordando com essas colocações, temos a perspectiva de que as representações de mulheres protagonizando narrativas policiais podem colaborar na circulação e construção de simbologias e discursividades sobre as subjetividades femininas. Aliás, Grohmann explica que a ideia de “circulação” é uma forma de olhar para a comunicação: “não se trata de repetir um modelo funcionalista linear de comunicação (Sodré, 2014), mas de compreendê-la em sua faceta circular – com deslocamentos, arestas, rupturas, continuidades e conflitos” (Grohmann, 2020, p. 2); ou seja, os processos de circulação sofrem ruídos, mudanças de sentidos e negociações, processos estes que podemos notar no gênero narrativo aqui focado, criando, não raro, subdivisões:

Percebe-se nos detetives do romance de enigma a representação de um modelo heroico que se destaca pelas virtudes e bravura. Já os detetives do romance *noir* representarão valores culturalmente atribuídos ao masculino, tais como a força física e a virilidade. Em ambos há uma estabilidade em relação aos protótipos de masculinidade vigentes na época em que se inserem (Rodríguez, 2022, p. 118 – grifo do autor).

Além das representações sociais postas em circulação na mídia, encontra-se a problemática dos estereótipos sociais. Flávia Biroli (2011) argumenta que quando a mídia de massa difunde estereótipos está colaborando, em casos, para a naturalização de determinadas visões de mundo. Segundo ela, é viável entender os estereótipos “como dispositivos cognitivos que facilitam o acesso a novas situações e informações. Isso significa que equivalem a categorias que definem padrões de aproximação e de julgamento que orientam a leitura do novo a partir de referências prévias. (Biroli, 2011, p. 04). Vale aqui recuperar que, de início, quando falamos em estereótipos, tínhamos em vista os processos de redução e “naturalização” de características de grupos e sujeitos representados. Mas os estereótipos também podem funcionar como estratégias ideológicas, apresentando à sociedade modelos de ser, valores e visões de mundo (Castro, 2023).

Em outros termos, o que se quer realçar é que estereótipos de gênero na mídia de massa corriqueiramente colocam em circulação representações carregadas de construções sociais normativas e conservadoras, em especial, de grupos minorizados. Contudo, Biroli (2011) argumenta que os estereótipos não se resumem somente a modos deturpados de representação, uma vez que são, também, frutos de processos de validação. “Estereótipos e realidade alimentam-se um do outro, confirmando papéis, comportamentos e valores socialmente produzidos” (Biroli, 2011, p. 6). Para a autora, não há, necessariamente, conflito entre os estereótipos midiáticos e as vivências cotidianas porque estas são, de certo modo, “fontes” concretas para a elaboração e aceitação dos primeiros.

Por outro lado, quando há tensões entre ambos os lados, significa que nos processos de interações sociais concretas “as distorções tomam a forma de interpelações para que os indivíduos ajam de uma determinada forma ou enquadrem o próprio comportamento e os comportamentos dos outros nos esquemas fornecidos pelos padrões estereotípicos” (Biroli, 2011, p. 05). Sob essa lógica, a mídia de massa, ao pôr em circulação representações sociais estereotipadas, ajuda na internalização de imagens e discursos que podem impactar no comportamento social, caso os estereótipos venham a ser confirmados ou potencializados (Biroli, 2011; Hall, 2016). Essa potencialidade pode ser destacada pela frase “você não pode ser aquilo que não pode ver”, da ativista americana Marian Wright Edelman⁵, que nos revela a conexão entre identidade e visibilidade, ou melhor, revela as potencialidades das representatividades na mídia de massa e como elas podem impactar a construção social da “realidade”.

Considerando os conceitos sobre representação, estereótipos e mídia, nos aproximamos mais da nossa temática de pesquisa, que é o protagonismo feminino em séries policiais de TV. Nessa temática, partimos da compreensão de que “o gênero policial [...] é essencialmente masculino” (Rodriguez, 2022, p. 107), pois, tradicionalmente ocorre o protagonismo masculino com representações associadas à chamada “masculinidade hegemônica” – sujeitos viris, racionais, heroicos etc. Sabemos, porém, que toda forma narrativa é inseparável da experiência temporal (Ricoeur, 1994); portanto, o gênero policial está sujeito a transformações. Desde os textos clássicos de Edgar Allan Poe⁶, que inauguraram o gênero na literatura, as narrativas policiais têm se remodelado em diálogo com os contextos sócio-histórico-culturais em que são produzidas. Contudo, permanecem

⁵ Do original em inglês “you can't be what you can't see”, não localizamos uma origem precisa da frase, mas ela é sempre atribuída à Marian Wright Edelman, a primeira mulher negra admitida na ordem dos advogados do Mississippi e fundadora do instituto *Children's Defense Fund* (CDF).

⁶ “A partir de Edgar Poe e Conan Doyle, o romance policial começa a ser construído com os seus três elementos fundamentais, ainda hoje vigentes a despeito da originalidade e dos recursos pessoais dos novos autores: o enigma do crime, a estrutura psicológica do criminoso e a inteligência ao mesmo tempo poética e objetiva do detetive” (Lins, 1947, p. 17).

algumas estruturas narrativas que detonam o gênero policial, como a resolução de investigações criminais por um herói justiceiro em ambientes urbanos e violentos (Lins, 1947).

É, portanto, em consonância a esse caminho argumentativo que cerzimos a hipótese, quanto ao deslocamento do protagonismo masculino para o feminino, poder proporcionar (ou não) à narrativa policial uma chave de adaptação às conjunturas sociais contemporâneas. Afinal, esse protagonismo quebra com a expectativa do tradicional “herói policial” e, observando a trajetória de lutas e conquistas dos movimentos feministas⁷, permitem considerar relação de mútuo espelhamento entre as ocorrências sociais e produções midiáticas. Entretanto, considerando as permanências estruturais, mantém-se a interrogação: esse deslocamento preserva (ou não) simbologias associadas à masculinidade hegemônica?

O questionamento é impulsionado pelo conceito do estereótipo narrativo chamado de “personagem feminina forte”. Essa representação estereotípica atribui às mulheres características como força, poder e autonomia. Porém, tais aspectos reproduzem valores tradicionalmente associados ao masculino, em vez de ampliar as possibilidades das subjetividades femininas (Chocano, 2011). Corroborar, desse modo, com a manutenção da “masculinidade hegemônica”, que nada mais é do que a ascensão do poder masculino, difundido por meio dos produtos e processos culturais, das instituições sociais e ancorado no poder da persuasão (Connel; Messerschmidt, 2013) e que, assim, cristalizou imagens do homem como sexo forte, dominador e provedor, tendo como contraste a versão da mulher retratada como “fada do lar” ou objeto de desejo do “homem dominador” (Barreto Januário, 2014, p. 404).

⁷ Não é nossa intenção aqui, obviamente, discutir o atual estágio dos movimentos feministas e sua força e presença na sociedade atual. Mas, é impossível não fazer referência ao cenário contemporâneo em relação a esse tema. De todo modo, para ver mais, entre tantas e tantas indicações, sugerimos a coletânea organizada por Heloísa Buarque de Hollanda, *Explosão Feminista* (2018).

Ao abordar performatividade de gênero, Judith Butler (2018) reforça que o gênero não é uma essência fixa ou natural, mas um conjunto de atos que constroem identidades de gênero por meio da repetição de normas socialmente estabelecidas. Logo, a masculinidade hegemônica são atos interpretados como próprios de um gênero, bem como o que pode ser interpretado como feminino também são atos circunscritos no tempo.

Ocorre que a imagem da mulher, como se sabe, desde o final da segunda guerra mundial, passou por mudanças no mundo ocidental. O ingresso no mundo do trabalho redesenhou o gênero, acentuando as diferenças entre mulheres solteiras e casadas, em um processo iniciado no final do século passado e cada vez mais acentuado (Barreto Januário, 2014). Desdobrando essa realidade, há duas constatações: de um lado, concordamos que as representações sociais do feminino na mídia, estereotipadas ou não, colocam em circulação performances que indicam o que é “ser mulher”. No entanto, como vimos, toda narrativa é consoante a seu tempo e, por isso mesmo, os atos performáticos também não são fixos: eles se transformam. Logo, ao analisarmos o que seria uma “personagem feminina forte”, torna-se fundamental identificarmos quais atos performáticos estão sendo acionados.

O estereótipo da “personagem feminina forte” em séries brasileiras

São diversas as representações audiovisuais que estereotipam mulheres, como, por exemplo, os estereótipos reducionistas de obedientes donas de casa, mulheres objetos de desejo, mães benevolentes, mocinhas dóceis, entre outras que tendem a subjugar ou marginalizar o feminino. Porém, nota-se no cenário audiovisual das últimas décadas, a irrupção de representações femininas que tencionam reducionismos, que propõem problematizações e avanços em uma ótica progressista (Barreto Januário, 2014). Nesse cenário, surge o estereótipo que

tem sido denominado de “personagem feminina forte”. Mas, neste tópico, questionamos o que é a “força” da “personagem feminina forte”?

Mapeando definições, percebemos que, no Brasil, comenta-se com mais frequência sobre o referido estereótipo em portais de notícias, em falas de profissionais do audiovisual e de especialistas em roteiro (Melo Junior, 2024). No inglês, esse estereótipo pode ser encontrado como “*Strong Female Characters*” ou “*Strong Female Trope*”, que, em resumo, é definido como representações ficcionais de mulheres independentes, dotadas de força, racionais, astutas e ferinas.

A roteirista brasileira Manuela Cantuária (2024), na palestra “*Desconstruindo estereótipos femininos na ficção*”⁸, explica que a “personagem feminina forte” possui características que se afastam de performances normativas do feminino, se destacando por representar mulheres mais racionais (menos emocionais), e que possuem habilidades ditas “masculinas”, como força física e manuseio de armas de fogo. A perspectiva da roteirista dialoga com a análise da jornalista Thamilly de Freitas sobre o estereótipo da “mulher forte” no cinema. Em um texto publicado em 2019 no site *SentaAi*⁹, ela escreve que a representação da “mulher forte” costuma estar atrelada a características como insensibilidade, falta de emoção e um elevado grau de independência. Esse processo, segundo a autora, distancia a personagem do universo tradicionalmente associado ao feminino, de modo que ela se torne “[...] apta para ambientes predominantemente masculinos” (Freitas, 2019, n/p).

Podemos identificar algumas dessas características postas por Cantuária (2024) e Freitas (2019), presentes na protagonista da série *A Justiceira*¹⁰, exibida em 1997 na TV Globo, criada e dirigida por Daniel Filho, com texto de Doc Comparato, Aguinaldo Silva, Dennis Carvalho e outros, em apenas uma temporada de 12

⁸ Palestra ministrada durante a Conferência Rio2C na cidade do Rio de Janeiro em 2024. O evento é dedicado a profissionais de comunicação e audiovisual da América Latina.

⁹ Portal brasileiro dedicado a notícias e conteúdos sobre cultura pop.

¹⁰ Mais informações da série disponíveis em:

<https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/series/a-justiceira/noticia/a-justiceira.ghtml>

Acesso em 25 jun. 2024.

episódios. A protagonista da série é Diana (Malu Mader), uma policial habilidosa que se afasta do trabalho após matar acidentalmente um colega de profissão. No entanto, quando seu marido Rafael (Angelo Antônio) vende seu filho para uma organização criminosa a fim de quitar dívidas acumuladas, Diana se vê forçada a voltar à ativa policial para resgatar seu filho¹¹.

A série é permeada por cenas de perseguição e explosões, tendo como inspiração filmes de ação e séries policiais norte-americanas. Nesse contexto, a protagonista é apresentada como uma mulher habilidosa em lutas corpo-a-corpo, manuseio de armas de fogo e racionalidade estratégica. Branca, magra e de cabelos pretos lisos, no ambiente de trabalho ela veste ternos, camisetas em tons escuros ou neutros, jaquetas de couro ou calças jeans. É possível interpretarmos que sua imagem foi construída para representar uma mulher madura, séria e responsável, principalmente quando está tomando decisões. Porém, em contraste, nas cenas em ambientes domésticos, a narrativa explora mais suas vulnerabilidades, suas emoções e demonstrações de afeto, inclusive, nessas cenas, ela aparece trajando vestidos, saias, decotes e saltos (imagem 01).

Assim, é possível perceber, na representação da personagem, atos performáticos associados ao masculino, como o uso de vestimentas de trabalho que são similares às de seus colegas de profissão homens. No entanto, também há a presença de simbologias tradicionalmente compreendidas como femininas, como o uso de roupas tipicamente femininas no ambiente doméstico.

¹¹ Ao longo da série, Diana vai se tornando a justiceira de causas que vão além da sua motivação pessoal de resgatar o filho. No caso, ela também luta na defesa de grupos minorizados/marginalizados, como mulheres e a comunidade LGBTIAPN+.

Imagem 01: Diana em roupas para cenas de ação (linha 1) e ambiente doméstico (linha 2).



Fonte: capturas de tela do autor.

Alexanda Kollontai (2023) ao estudar sobre a mulher contemporânea, emancipada, que participa das dinâmicas político-sociais e laborais, argumenta que essa "nova mulher" precisou se adaptar às mudanças sociais se aproximando do que tradicionalmente é compreendido como "masculino", pois, "[...] as virtudes femininas – passividade, submissão, doçura - que lhe foram inculcadas durante séculos, tornam-se agora completamente supérfluas, inúteis e prejudiciais" (Kollontai, 2023, p. 17).

Até aqui, podemos associar que o sentido de "força" em uma "personagem feminina forte" não é necessariamente em relação à força física (corporal, muscular), mas está associada a ações discursivas e simbólicas, como habilidades, poder, atitude e vestimentas. Em síntese, são atos performáticos de gênero e expressados por corpos femininos.

[...] o gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero. Consequentemente, o gênero mostra ser performativo no interior do discurso herdado da metafísica da substância – isto é, constituinte da identidade que supostamente é. Nesse sentido, o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra (Butler, 2018, p. 44).

A roteirista Manuela Cantuária (2024) brinca dizendo que “é curioso, por que a gente nunca ouviu falar em personagem masculino forte”¹², revelando, assim, as nuances machistas que há na concepção desse estereótipo narrativo. Sua fala conversa com o incômodo da atriz Emilia Clarke ao termo “forte” para personagens femininas: “Se não é forte, é o quê? Você está me dizendo que há uma outra opção, uma opção fraca?”¹³. Já a atriz britânica Emily Blunt comenta que ao interpretar esse tipo de estereótipo: “você passa o tempo todo agindo de forma dura e dizendo coisas duras”¹⁴. Essas falas nos indicam que a ideia de uma “personagem feminina forte” tende a subjugar subjetividades tradicionais do feminino.

Ainda na trilha das narrativas seriadas policiais, temos a série *Rotas do Ódio*, exibida em 2018 pela Universal TV, em três temporadas dirigidas por Susanna Lira e com texto de Barry Schkolnick, Marco Borges e Bruno Passeri. A personagem protagonista é Carolina (Mayana Neiva), chefe da Delegacia de Repressão aos Crimes Raciais e Delitos de Intolerância. Junto à sua equipe, ela investiga os crimes da gangue neonazista “Falange Branca”, que ataca grupos minorizados, como homossexuais e pessoas negras¹⁵. No episódio piloto, a protagonista é apresentada como uma mulher séria, decidida, que se impõe e não demonstra emoções que denotam fragilidades (uma postura que consideramos necessária em sua profissão). Em cena, ela é “dura”, isto é, se vale de vocabulário quase ríspido e sempre olha diretamente para o interlocutor, atitudes que destacam sua imponência. Sua imagem é de uma mulher branca de cabelos médios, castanhos e ondulados, e sempre está vestindo roupas sociais em tons neutros (imagem 02).

¹² Fala gravada e transcrita da roteirista Manuela Cantuária, em palestra na Conferência Rio2C em 8 de junho de 2024.

¹³ Informação obtida em: <https://www.estrelando.com.br/nota/2018/05/16/emilia-clarke-repudia-termo-usado-para-se-referir-a-personagens-femininas-226844> Acesso em: 11 jun. 2024.

¹⁴ Trecho da fala de Emily Blunt em entrevista ao The Telegraph. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/tv/0/meet-english-behind-scenes-bbcs-violent-new-western-emily-blunt/> Acesso em: 11 jun. 2024.

¹⁵ A mesma situação ocorre em *A Justiciera*, na qual há proteção de grupos sociais minorizados/marginalizados.

Imagem 02: Carolina com postura de “durona” em diversas cenas.



Fonte: capturas de tela do autor.

Nesse episódio, conhecemos somente o lado profissional da protagonista, ou seja, não há cenas que aprofundam a personagem (suas emoções e motivações internas). Em crítica ao estereótipo da “personagem feminina forte”, questionamos: fora a personalidade compreendida como “forte”, o que mais as narrativas nos apresentam sobre essas mulheres? Suas complexidades humanas são exploradas? Em resposta, o texto do *The Writers Room Blog*¹⁶ (2023) nos explica que

[...] é comum vermos casos onde a personagem feminina pode tornar-se robótica e sem complexidade emocional, porque o medo dessa personagem não ser considerada “empoderada” o suficiente acaba fazendo com que os autores não explorem as fraquezas e, muito menos, a resiliência delas; ou seja, a capacidade dessas personagens de se levantarem após caírem. Assim, a sensação passada é que essas personagens não precisam evoluir, que os desafios lançados pela história não têm muita importância e, como consequência, o leitor não consegue

¹⁶ O blog é assinado pela jovem escritora Beatriz Costa. No espaço, ela compartilha seus aprendizados sobre técnicas de escrita, estudos sobre estereótipos sociais em narrativas audiovisuais, trazendo dicas que possam ajudar outros escritores. Disponível em: <https://thewritersroomblog.tumblr.com/> Acesso em: 18 fev. 2025.

se identificar com essas personagens e não consegue enxergá-las como humanas (The Writers Room Blog, 2023, n/p).

Podemos inferir que uma das características de uma “personagem feminina forte”, com base nas séries observadas, está nas vestimentas em tons escuros/neutros, posturas sisudas e com pouca demonstração de emoções/sentimentos (principalmente no ambiente de trabalho). Essas características também estão presentes na protagonista da série *Bom dia, Verônica*, lançada em 2020 pela Netflix, com três temporadas, roteiro assinado por Ilana Casoy e Raphael Montes e com direção de José Henrique Fonseca.

Em *Bom dia, Verônica* acompanhamos Verônica Torres (Tainá Muller), escrivã da Delegacia de Homicídios de São Paulo. Sua trama ganha fôlego quando ela decide ser mais do que uma escrivã, e começa a investigar uma complexa rede de crimes e abusos envolvendo o desaparecimento de mulheres. Na investigação, ela descobre que a autoria dos crimes é de Cláudio Brandão (Eduardo Moscovis), um policial bem respeitado, e sua esposa Janete (Camila Morgado), que vive um relacionamento abusivo com o marido. Na investigação, Verônica enfrenta diversos perigos enquanto tenta equilibrar sua vida pessoal como mãe e esposa com o que vive profissionalmente; ou seja, assim como na série *A Justiceira*, temos uma dualidade entre a mulher heroína no trabalho e a mulher emocional do ambiente doméstico. De cabelo escuro e tom de pele claro, Verônica, em seu ambiente de trabalho, costuma usar camisetas e calças em tons neutros e jaquetas (imagem 03). Apesar desta protagonista ter semblantes sérios, posturas firmes e decisivas, seu lado emotivo/sensível é explorado em atitudes empáticas com mulheres vítimas de violência e, especialmente, quando está em ambientes domésticos.

Imagem 03: cenas de Verônica em que vemos suas vestimentas sempre em cores



escuras/neutras.

Fonte: capturas de tela do autor.

Outra característica de uma “personagem feminina forte”, explica Cantuária (2024), está, paradoxalmente, na sexualização do corpo feminino, mesmo que, por várias vezes, elas performam simbologias associadas ao masculino hegemônico (imagem 04). Esse atributo está presente nas séries analisadas. Por exemplo, nas cenas que abrem o episódio piloto de *A Justiceira*, assistimos a protagonista nua sob o chuveiro e, em seguida, vestindo-se lentamente. As cenas são acompanhadas por uma trilha sonora que sugere sensualidade e o enquadramento da câmera é muito próximo, com closes que percorrem o corpo da personagem.

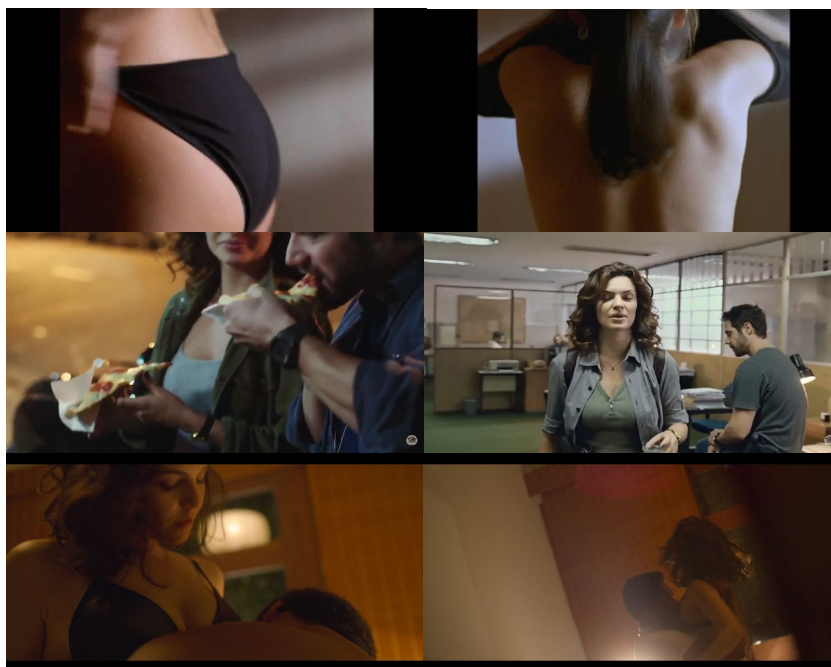
Em seguida, Diana é apresentada pronta para ir ao trabalho, vestida com calças e camisa pretas, impactando seu marido que tenta levá-la para a cama (ao que ela nega, dizendo não haver tempo). Uma das possíveis conclusões dessa sequência é observar que a personagem só entra em ação policial depois de cenas que atendem ao *male gaze* (olhar masculino). O termo deve-se a um dos textos clássicos dos estudos feministas de cinema, de Laura Mulvey (1983). Nele, a autora argumenta que no contexto do cinema hollywoodiano, as construções de imagens femininas são recorrentemente direcionadas ao prazer do olhar masculino, um fenômeno que ela denomina *male gaze*. Esse conceito refere-se à

maneira como as mulheres são projetadas, enquadradas e representadas na tela, de modo a atrair e satisfazer o olhar masculino – tanto do espectador quanto daqueles que produzem e escrevem as narrativas.

Num mundo estruturado por assimetrias sexuais, o prazer de olhar polarizou-se entre ativo/homem e passivo/mulher. O determinante olhar masculino projeta a sua fantasia na figura feminina, que é moldada em conformidade. No seu papel tradicionalmente exibicionista, as mulheres são simultaneamente olhadas e expostas, com a sua aparência codificada para provocar um forte impacto visual e erótico, de tal maneira que possam ser conotadas com a qualidade de serem olhadas. A mulher exibida como objeto sexual é o *leitmotif* do espetáculo erótico: das *pin-ups* a *strip-tease*, de *Ziegfeld* a *Busby Berkeley*, ela prende o olhar, representa para desejo masculino e é dele significado (Mulvey, 1983, p. 125 – grifos do autor).

Em *Rotas do Ódio*, notamos cenas diversas em que o corpo da personagem é destacado em vestimentas justas e decotes. Nota-se, inclusive, que os enquadramentos induzem o olhar para os seios da atriz. Já em *Bom Dia, Verônica* não há um apelo tão incisivo no corpo da personagem como nas outras séries. Ainda assim, a personagem é retratada como objeto de desejo em uma cena de sexo com o marido, que ocorre horas após ter testemunhado um impactante suicídio.

Imagem 04: Cenas de *A Justiceira* (linha 1), *Rotas do Ódio* (linha 2) e *Bom Dia, Verônica* (linha 3)



Fonte: capturas de tela do autor.

Carina Chocano (2011), corroborando com as definições aqui explanadas, fala que a “personagem feminina forte” são personagens femininas duras, frias, concisas, taciturnas, sem um determinado comportamento de gênero esperado do feminino. Porém, essa afirmação pode ser questionada, visto que nas breves análises das protagonistas observamos que, embora essas personagens incorporem características associadas à “masculinidade hegemônica” – alinhando-se ao conceito de “nova mulher” proposto por Kollontai (2023) –, nelas ainda se preserva resquícios tradicionalistas da representação feminina que, por sua vez, podem corroborar com o conceito de *male gaze* (olhar masculino). Isto é, elementos como docilidade emotiva em contextos domésticos e a sexualização do corpo, indicam que persistem formas de representar o feminino em convenções machistas e patriarcais.

Considerações finais

Em nosso estudo, analisamos as representações do feminino dentro do contexto dos processos de midiaticização, compreendendo a mídia de massa como um motor essencial na circulação de sentidos e na internalização de imagens. No caso de séries protagonizadas por mulheres em personagens policiais, buscamos observar a forma como essas representações são construídas, quais sentidos e imagens são postos em circulação sobre a mulher na contemporaneidade; ou seja, nossa preocupação voltou-se para a observação de quais performances de gênero são codificadas. Para tanto, escolhemos as séries brasileiras *A Justiceira* de 1997, *Rotas do Ódio* de 2018 e *Bom Dia, Verônica* de 2020. Considerando essas obras, notamos, ao fim da pesquisa, que não localizamos protagonismo policial de mulheres negras/pardas em séries brasileiras. Este torna-se um dado que é sintomático da falta de dinâmicas de representatividade na ficção televisiva nacional.

Quanto ao conceito-chave das análises empreendidas, isto é, o estereótipo da “personagem feminina forte”, tivemos relativas dificuldades em relação a uma bibliografia acadêmica consistente de autores nacionais, o que aponta para potencial lacuna a ser preenchida. Por outro lado, ao recorremos a uma busca ampla de falas e textos de profissionais de comunicação sobre o termo, foi possível tatear melhor as características que são postas como predominantes nesse tipo de representação, o que acabou se revelando um diálogo importante para as pretensões do texto.

Já com o conceito de “performance de gênero”, de Judith Butler (2018), foi possível entendermos que as personagens selecionadas não são apenas figuras inseridas no protagonismo policial, mas, enquanto encenações do feminino, elas são codificadas por normas sociais atravessadas por contextos sócio-histórico-culturais contemporâneos, ou seja, imbuídas em jogos de negociações de sentidos (progressistas e conservadores) que impactam as narrativas. Tanto que, nas

protagonistas das séries selecionadas há repetições na representação iconográfica da mulher policial: as protagonistas são mulheres brancas, de cabelo escuro, que vestem roupas em tons escuros e neutros. Já em suas performances de gênero, as personagens costumam ser "duronas", racionais e sempre são apresentadas como justiceiras de grupos sociais minorizados.

Considerando apenas o perfil das personagens na narrativa do episódio piloto, observamos certos "conservadorismos" na construção das protagonistas, especialmente no que diz respeito à expressão emocional dessas mulheres ocorrerem somente em ambientes domésticos. Como contraponto, também encontramos representações progressistas, em especial quando elas são apresentadas lutando por justiça, tomando decisões e sendo racionais em ambientes de trabalho. Nesse contexto, para que as personagens sejam percebidas como figuras "fortes", foram conferidas a essas protagonistas, características mais racionais e pragmáticas, enquanto suas emoções são contidas no lar. E, conforme pontuamos, esses elementos são típicos do estereótipo nomeado de "personagem feminina forte".

Por último, gostaríamos de ressaltar ser possível argumentar que a referida representação estereotípica pode reafirmar a dicotomia entre razão (força) e emoção (vulnerabilidade), historicamente vinculada à distinção entre masculinidade e feminilidade. Trata-se de mais um traço que, somado aos já apontados, faz emergir uma interrogação essencial: se para uma protagonista feminina é preciso acumular comportamentos tradicionalmente associados ao masculino para que seja classificada como "forte", será que não estamos, mais uma vez, diante de uma lógica que não necessariamente rompe com padrões normativos de gênero, mas, que os reafirma sob novas formas? A resposta, neste momento, reforça a ideia dessa representação estar menos vinculada a uma subversão do feminino, o que a localiza como sendo mais uma adaptação do protagonismo das mulheres a um modelo performativo e masculinizado de poder

e ação. Se concordamos com essa asserção, a hipótese de ruptura do gênero policial não nos parece adequada. Pelo menos nessas produções que analisamos.

Referências

BARRETO JANUÁRIO, Soraya Maria. De homem para homem: cultura, imagem e representações masculinas na Publicidade. *Redes.com - revista de estudos para el desarrollo social de la Comunicación*, n. 9, p. 397-429, 2014.

BIROLI, Flávia. *É assim, que assim seja: mídia, estereótipos e exercício de poder*. In: ANAIS do IV Encontro de Compólitica, Rio de Janeiro, 2011.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Editora José Olympio, 2018.

CANTUÁRIA, Manuela. Desconstruindo Estereótipos Femininos na Ficção. In: *Conferência Rio2C*, Rio de Janeiro - RJ, 08 jun., 2024. Evento disponível em: https://www.rio2c.com/programacao_rio2c/desconstruindo-estereotipos-femininos-na-ficcao/ Acesso em 11 jun. 2024.

CASTRO, Laise Lutz Condé de. “Feminismo” para as massas: representações femininas em seriados da Rede Globo de Televisão (1979 - 1982). Tese (Pós-Graduação em Artes, Cultura e Linguagens), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora - MG, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/15875> Acesso em: 21 jun. 2024.

CHOCANO, Carina. A Plague of Strong Female Characters. *The New York Times*, 1 jul. 2011. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2011/07/03/magazine/a-plague-of-strong-female-characters.html> Acesso em: 25 jun. 2024.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013. DOI: 10.1590/S0104-026X2013000100014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014>. Acesso em: 16 fev. 2025.

FREITAS, Thamilly. Os estereótipos da mulher forte no cinema. *SentaAi*, publicado em 20 mar. 2019. Disponível em: <http://sentaai.com/os-estereotipos-da-mulher-forte-no-cinema-e-na-tv/> Acesso em 11 jun. 2024.

GROHMANN, Rafael. O que é circulação na comunicação? Dimensões epistemológicas. *Revista FAMECOS*, [S. l.], v. 27, n. 1, p. e35881, 2020. DOI:

10.15448/1980-3729.2020.1.35881. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2020.1.35881> Acesso em: 25 fev. 2024.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LINS, Álvaro. *No mundo do romance policial*. São Paulo: Ministério da Educação e Saúde: Serviço de Documentação, 1947.

MELO JUNIOR, Aelton. Mapeando o que se chama de Personagem Feminina Forte?: representações, estereótipos e a série A Justiceira. In: *Anais 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2024. Disponível em: https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link_aceite/nacional/17/100620241240446702af7ccd4d4.pdf Acesso em: 15 fev. 2025.

MORIGI, Valdir José. Teoria social e comunicação: representações sociais, produção de sentidos e construção dos imaginários midiáticos. *E-Compós*, v. 1, 2004. DOI: 10.30962/ec.9. Disponível em: <https://e-compos.emnuvens.com.br/e-compos/article/view/9>. Acesso em: 30 jul. 2024.

MULVEY, Laura. Prazer Visual e Cinema Narrativo. In: XAVIER, Ismail (org.). *A experiência do cinema*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. (Coleção Arte e Cultura, n. 5).

PALLOTTINI, Renata. *Dramaturgia de televisão*. São Paulo: Moderna, 1998.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* (tomo 1). Campina, SP: Papitus, 1994.

RODRIGUEZ, Marta Maria Crespo. Da masculinidade detetivesca à instabilidade de Espinosa. In: *Fórum de Literatura Brasileira Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 14, nº 27, 2022.

SALDANHA, Patrícia. Midiatização latina: uma perspectiva crítica sobre os impactos sociais da comunicação digital no cenário popular, comunitário e cidadão. In: URANGA, W.; MELÉNDEZ-LABRADOR, S (Orgs). *Reivindicar el cambio: comunicación popular, comunitaria y ciudadanía en América Latina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Huvaití Ediciones, 2022, p. 79-96. Disponível em https://www.alaic.org/wpcontent/uploads/2022/09/reivindicar_el_cambio-GT8-ALAIC-2022-1.pdf. Acesso em: 2 set. 2023.

TAVARES, Denise. De volta ao paraíso. In Tavares, Denise; Rezende, Renata. *Protagonismo Midiático e Pandemia: atravessar ruínas, reencantar o mundo*. São Roque/SP: Gênio Editorial, p. 247-280.

VAMOS falar sobre a personagem feminina forte. *The Writers Room Blog*. 2023. Disponível em: <https://thewritersroomblog.tumblr.com/post/645108681851240448/vamos-falar-sobre-a-personagem-feminina-forte>. Acesso em: 11 jun. 2024.

EM BUSCA DE UM OBJETO: CERÂMICA, MULHERES, TRABALHO E EDUCAÇÃO

IN SEARCH OF AN OBJECT: CERAMICS,
WOMEN, WORK AND EDUCATION

POR Stéfany Vitores de Oliveira ¹

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4802-2841>

Daniela Avad²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9805-1708>

Resumo

O presente estudo apresenta um mapeamento sistemático para compreensão do que tem sido produzido sobre o que denominamos, no âmbito do presente texto, como tríade trabalho-arte-educação na cerâmica artesanal feita por mulheres. Esse mapeamento faz parte de pesquisa realizada em curso de pós-graduação stricto sensu em Educação. Ao delinear o objeto, buscamos compreender o que se tem pesquisado sobre essa temática nos últimos dez anos, a fim de aperfeiçoar e lapidar os caminhos do projeto de pesquisa. A busca se deu na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), e seus resultados são 11 teses e dissertações apresentadas em breve síntese nesse artigo.

Palavras-chave: cerâmica; mulheres; educação.

Abstract

This study presents a systematic mapping for understanding what has been produced regarding what we refer to as the triad of work-art-education, in the context of this text, in handmade pottery by women. This mapping is part of research conducted in a postgraduate degree program in Education. By outlining the object, we aim to understand what has been researched on this topic in the last ten years, in order to refine and enhance the paths of the research project. The search was conducted using the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations as locus, and its results shows 11 theses and dissertations briefly analyzed in this article.

Keywords: pottery; women; education.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, Brasil. (stefany.vitores@gmail.com)

² Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, Brasil. (avad.daniela@gmail.com)

Introdução

A lapidação de um projeto de pesquisa e os caminhos que enveredam uma dissertação e/ou tese se iniciam dentro de um campo já previamente trilhado por outras pesquisadoras. Diante disso, um mapeamento sistemático é uma dentre as possíveis ferramentas de organização e um ponto de partida útil para descobrir e delimitar escolhas dentro de um processo de pesquisa científica. Saber de antemão o que já foi produzido, quais ruas ladrilhadas, bibliografias, metodologias, teorias, hipóteses e conclusões permite que nossa investigação venha trazer novas reflexões sobre o objeto desde seu início.

O artigo aqui apresentado, ao abordar o processo de produção de cerâmica artesanal por mulheres, situa-se em uma encruzilhada que une aspectos da arte e do trabalho de mulheres, bem como os processos educativos que permeiam esse ofício.

Historicamente, o conceito de artesanato brasileiro esteve ligado à precariedade de produção trabalhista e às camadas subalternizadas da população. Contudo, o trabalho manual se manteve como uma possibilidade de subsistência frente às dificuldades de acesso e às contradições que compõem o mercado de trabalho formal. O termo artesanato, portanto, passa a conceituar as produções artísticas de indivíduos considerados à margem de um sistema de reconhecimento e de valorização artística; e, nesse contexto, surge a distinção entre arte e arte popular, ou cultura popular e cultura erudita/letrada (Lima, 2021).

Segundo a filósofa Marilena Chauí (2014), culturalmente, foi se solidificando uma dicotomia estigmatizante e excludente entre cultura popular e cultura letrada que representariam, respectivamente, o passado e o futuro, a tradição e a evolução, a imobilidade e o progresso. Essa distinção condicionada pelos marcadores dos sujeitos também é provocada pela indagação do sociólogo Néstor García Canclini: “O que é que define o artesanato: ser produzido por

indígenas ou camponeses, a sua elaboração manual e anônima, o seu caráter rudimentar ou a iconografia tradicional?" (Canclini, 1983, p.51). Em retomada, Chauí (2014) também ressalta que as classes subalternizadas não necessariamente se autodenominam "populares"; a distinção surge a partir de outras classes sociais em um esforço hierarquizante para determinar o que são as manifestações culturais do povo.

A cerâmica artesanal é produzida em diferentes territórios brasileiros, no cerne de etnias indígenas como as mulheres ceramistas Karajá (Resende, 2014); em terras quilombolas como a comunidade Itamatatua em Alcântara, Maranhão (Logrado, 2023); e nos centros urbanos, onde surge como uma possibilidade de resgate de fazeres manuais. Essa manutenção de um fazer tradicional – ainda que modificado – é sustentada por processos educativos próprios condicionados aos territórios que ocupam e por práticas forjadas nas singularidades dos atravessamentos dos sujeitos que as produzem. Portanto, o que se caracteriza socialmente como artesanato funciona conforme um sistema de divisão do trabalho influenciado por estigmas e estereótipos de gênero, raça e classe.

Tendo isso em vista, uma importante consideração ao se pensar na relação entre mulher, trabalho e produção de cerâmica está na depreciação da mesma como uma categoria inferior de expressão simbólica. A cerâmica artesanal é, historicamente, compreendida como um trabalho feminino, sendo relacionada a práticas do trabalho doméstico – uma vez que as peças produzidas por diversos povos estiveram ligadas ao cotidiano da vida doméstica e ritualística, contando com recipientes, vasilhas, panelas, copos, urnas e alguidares. De acordo com Elisabeth Souza-Lobo, o trabalho feminino está intrinsecamente ligado à desvalorização: "Estabelece-se uma relação entre desqualificação do trabalho - desqualificação da força de trabalho - feminização. Permanece a questão da designação natural das mulheres como trabalhadoras desqualificadas" (Souza-Lobo, 1991, p.147).

Para Helena Hirata (2015), a divisão sexual do trabalho é inerente à divisão sexual do poder e do saber. Às mulheres, majoritariamente, cabe a realização de trabalhos considerados femininos – geralmente, cargos depreciados socialmente e com baixa remuneração –, além de serem as principais responsáveis pelo trabalho doméstico. Assim, é tecida a complexa teia de desvalorização da cerâmica enquanto arte popular, ou artesanato, pois está condicionada historicamente, na América Latina, aos saberes produzidos nos territórios sociais onde se constituem mulheres, em especial as racializadas e pobres. A percepção desse *lócus* se dá a partir de abordagens que colocam a Educação como território de resistência, no qual se lança mão teorias feministas correspondentes às interseccionalidades, consubstancialidades e alquimia de categorias sociais, tais como classe, gênero, raça, orientação sexual e território (Auad; Roseno; Lahni, 2022).

Nessa perspectiva, a seguir, se apresenta o mapeamento sistemático, organizado por uma tabela, com trabalhos que foram resultados da consulta à BDTD, e uma breve síntese dessas pesquisas, apontando metodologias, referenciais teóricos e caminhos trilhados por autoras que nos precedem nesse campo e nessa temática.

Processo de mapeamento sistemático

O mapeamento sistemático é um instrumento inicial para a localização e delimitação de pesquisas acadêmicas. Esse processo permite, a partir da construção de um corpus bibliográfico, tomar conhecimento prévio do pensamento em determinado campo de pesquisa, com identificação e possibilidade de classificação de teses, dissertações, artigos, comunicações em anais de eventos, livros e capítulos de livros. Geralmente, as buscas acontecem a partir da combinação dos elementos: período de busca, com datas marco; estabelecimento de palavras-chave; e escolha do *locus* onde se dará a busca,

como em bibliotecas físicas e virtuais. Assumindo a combinação desses elementos ou, inicialmente, escolhendo apenas um deles, os mapeamentos possibilitam conhecer o campo no qual e a partir do qual está sendo realizada a pesquisa, de modo a identificar trabalhos existentes para estabelecer diálogo teórico entre eles e a pesquisa em desenvolvimento, bem como deparar possíveis lacunas, as quais permitem reorientar caminhos de investigação. Nesse sentido, é possível compreender possíveis congruências ou discordâncias que fazem parte do campo pesquisado (Falbo; Felizardo; Souza, 2017).

O mapeamento sistemático permite que nos localizemos no campo no qual a pesquisa nasce e para o qual se destina. Trata-se de recortar, a partir do objeto de pesquisa, um conjunto de produções, como teses e dissertações, de modo que o conhecimento do campo permita questionar e lapidar o objeto escolhido, assim como conduzir a uma melhor delimitação de objetivos e metodologias de pesquisa, além de ampliar e aprofundar os referenciais de pesquisa.

Ao focalizar o tema em questão – cerâmica artesanal feita por mulheres – adotamos, como procedimento, a leitura de resumos e de palavras-chave para tecer um conjunto de referências para compor a pesquisa, entendendo esta também como espaço de diálogo com o campo. Essa revisão de literatura fundamental traz a voz de autoras clássicas e contemporâneas para o diálogo no interior do estudo que o presente texto dá notícia, além de fornecer novos aportes teóricos e metodológicos para reflexão.

Execução e mapeamento

A busca se iniciou na BDTD, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, a partir da combinação das palavras-chave “cerâmica e mulheres” – a qual nos retornou 71 resultados. Destes, a partir da leitura de metadados, identificou-se que 32 abordavam de diferentes maneiras o ofício de mulheres ceramistas, em diferentes territórios brasileiros. Para restringir a busca por pesquisas recentes, delimitamos o recorte temporal a pesquisas feitas nos últimos dez anos com foco em

mulheres ceramistas e aspectos de seus trabalhos/arte/educação, tendo como retorno 11 teses e dissertações. Esses resultados encontram-se no quadro abaixo e estão organizados por ordem de aparição na BDTD.

Quadro 1: Mapeamento sistemático

Nº	Título da Tese, ou Dissertação ou Artigo	Autoria	Ano de Defesa/ Publicação	Universidade ou Periódico de Publicação	Palavras-Chave	Tipo
1	As mulheres ceramistas do mocambo: a arte de viver de artefatos ambientais	Kássia Vália de Oliveira Borges	2017	Universidade Federal do Amazonas	Mulheres, Cerâmica, Amazônia, Trabalho, Artefato ambiental.	Tese
2	Duas mulheres ceramistas entre o Japão e o Brasil: identidade, cultura e representação	Liliana Granja Pereira de Moraes	2014	Universidade de São Paulo	Cerâmica; Identidade cultural; Imigração japonesa; Mulheres; Relato de vida.	Dissertação
3	Cantinho da saudade: experiência museológica comunitária das mulheres ceramistas de Itamatatua, Alcântara, Maranhão	Yuri Sampaio Capellato Logrado	2023	Universidade Federal do Maranhão	Museologia Comunitária; Decolonialidade; Cerâmica; Quilombo de Itamatatua; Alcântara.	Dissertação
4	"Na minha veia não corre sangue, corre barro": histórias e memórias de mulheres trabalhadoras ceramistas do bairro Poti Velho, Teresina – PI (1960 – 2019)	Amanda Lima da Silva	2021	Universidade Federal do Maranhão	Mulheres ceramistas; Memória; Trabalho.	Dissertação
5	Desvios do barro: raízes culturais, feminismo e rituais nas poéticas de mulheres artistas da cena contemporânea latino-americana	Flavia Leme de Almeida	2018	Universidade Estadual Paulista	Cerâmica contemporânea; Ancestralidade; Feminismo; Rituais; Mulheres artistas latino-americanas.	Tese
6	As ceramistas Karajá e o processo de	Michelle Nogueira de	2014	Universidade Federal de Goiás	Karajá; Ritxoko/bonecas de cerâmica; Patrimônio cultural.	Dissertação

	registro de suas bonecas de cerâmica como patrimônio cultural do Brasil	Resende				
7	Lá no Alto, o barro é encantado: a cerâmica do Alto Vale do Ribeira - SP	Amanda Magrini	2019	Universidade Estadual Paulista	Cerâmica Artesanato Expressão popular Saberes tradicionais Alto Vale do Ribeira.	Dissertação
8	O barro espirra, respira e inspira: reflexões sobre o trabalho feminino na arte cerâmica de Icoaraci, Belém, Pará	Marzane Pinto de Souza	2023	Universidade Federal de São Carlos	Trabalho feminino; Gênero; Identidade; Memória; Arte cerâmica.	Tese
9	Patrimônio cultural do Amapá: o caso das louceiras do Maruanum em observância ao princípio da equidade intergeracional	Célia Souza da Costa	2014	Universidade Federal do Amapá	Amapá. Louceiras do Maruanum; Patrimônio cultural; Políticas Públicas; Princípio da equidade intergeracional.	Dissertação
10	Nhae'ũ e o Teko Porã : uma reflexão acerca da relação cosmoecológica de mulheres Mbyá guarani com o barro no sul do Brasil e o bem viver comunitário	Carolina Silveira Costa	2019	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Mulheres indígenas; Mbyá Guarani; Cosmoecologia; Decolonialidade.	Dissertação
11	Das sombras das árvores aos galpões de produção: mulheres em movimento na Comunidade Quilombola Buriti do Meio no sertão norte-mineiro.	Ana Carolina Radd Lima	2019	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Mulheres quilombolas; Comunidade; Trabalho; Artesanato; Populações tradicionais; Norte de Minas.	Tese

Fonte: Resultados encontrados na BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

A tese de Borges (2017) – listada em primeiro lugar no quadro anterior – tem como objeto o trabalho e o cotidiano da vida das mulheres ceramistas do distrito de Mocambo do Arari, cujo acesso se dá por meio fluvial por meio do Município de Parintins, no Estado do Amazonas. O estudo teve como objetivo analisar o trabalho das mulheres que sobrevivem e criam suas identidades a partir do barro,

investigando a forma como isso impacta suas vidas e as redes de sociabilidade que surgem a partir da associação do saber-fazer do barro. Além disso, a pesquisa reuniu dados e apresentou o histórico da cerâmica feita por mulheres neste e em outros territórios brasileiros.

Borges utilizou-se de uma abordagem etnográfica pautada no convívio com as ceramistas, em anotações, em observações e na realização de entrevistas. O critério de escolha das ceramistas entrevistadas correspondeu a selecionar as mulheres que haviam produzido a história da cerâmica local que reproduziam memória e cultura por meio de suas produções. "Foram realizadas entrevistas, privilegiando os relatos orais e a história de vida das mulheres mais idosas do local. A história de vida é uma tentativa de oferecer escuta e dar voz àquele cujo discurso foi calado ou teve pouca influência no discurso dominante" (Borges, 2017, p.23). As "histórias de vida" evidenciam o caráter coletivo das memórias, ainda que sejam primordialmente individuais. A autora recorre às contribuições de Halbwachs (2006) acerca do conceito de memória coletiva.

A tese se estrutura em quatro capítulos. O primeiro deles reconstrói a história da cerâmica feita por mulheres no Brasil, que transita entre diferentes territórios como as "noivas da seca" do Vale do Jequitinhonha; as indígenas Kadiwéu; as ribeirinhas de São Gonçalo Beira-Rio no Mato Grosso; Goiabeiras no Espírito Santo; e as amazônidas Marajoara, tapajônicas, Ticuna e Suruí. A autora pontua que, até o momento de publicação de seu trabalho, os estudos sobre cerâmica no Brasil têm se dedicado enfaticamente às produções cerâmicas indígenas, sendo "escassos os trabalhos que discorrem sobre a produção da cerâmica em espaços urbanos e poucos são os antropólogos que abordam essa temática, logo evidenciando uma lacuna, não apenas destes estudos, mas os de cultura material em geral" (Borges, 2017, p.34).

As mulheres de Mocambo do Arari aprendem o trabalho da cerâmica a partir da oralidade entre elas, utilizam a técnica de acordelamento e transmitem a especificidade da técnica regional, preche de saberes tradicionais: o barro é

misturado ao caripé; as peças são brunidas com uma semente de inajá; utiliza-se o curi para dar a coloração avermelhada; e dão acabamento com a resina de jutaica. Elas enfrentam a desvalorização financeira de suas peças, que são compradas por atravessadores a preços irrisórios e vendidas em Parintins a preços exorbitantes. Também encaram as relações de poder pela desigualdade de gênero: conforme observado pela autora, era comum que os maridos vendessem as peças de suas esposas por valores abaixo do preço estimado, ou até mesmo previamente negociado por elas, pela indisposição de negociar por mais tempo ou, muitas vezes, para gastar esse dinheiro em Parintins.

A autora verifica, por fim, que o trabalho da cerâmica garante a essas mulheres uma identidade própria e proporciona mudanças nas condições objetivas e subjetivas da vida por meio da arte do barro, assim como reconfiguram as condições ambientais da comunidade. Por meio da construção e reconstrução contínua da memória coletiva do local, essas mulheres fazem parte da cultura ambiental e da história de Mocambo do Arari.

A dissertação de Moraes (2014), por sua vez, apresenta os relatos de vida de duas mulheres ceramistas japonesas imigrantes no Brasil: Shoko Suzuki e Mieko Ukeseki. O trabalho busca discutir aspectos da história da cerâmica japonesa, bem como o exercício desse ofício por mulheres e as interações culturais que foram construindo a identidade nipo-brasileira no último século.

Como metodologia, a autora cita o conceito de Daniel Bertaux (1997) de “relatos de vida”, que se constrói com entrevistas semiestruturadas, interpretadas a partir da subjetividade do relato para compreensão de determinados fenômenos; nesse contexto, como se constituiu a identidade cultural de Shoko Suzuki e Mieko Ukeseki.

Ao contar a história da cerâmica japonesa, a autora aponta uma particularidade nas divisões de trabalho por gênero. A partir do período chamado de Kofun (300-593), a roda de oleiro é introduzida e a cerâmica se torna uma atividade masculina. As mulheres continuam a produzir a cerâmica com a técnica

ancestral de acordelamento chamada de Haji, enquanto os homens produziam, no torno de oleiro, o estilo chamado Sue. As influências patriarcais feudais, assim como a ordem moral das religiões xintoístas e confucionistas que estabelecia um sistema de hierarquia entre homem e mulher, pais e filhos, governantes e súditos, fixou relações desiguais de acesso à produção artística. As mulheres circunscritas ao ambiente privado, despendendo sua força laboral e seu tempo em extenuantes tarefas domésticas, não podiam se dedicar a outros ofícios, sendo raro encontrar exemplos de renomadas ceramistas mulheres até a década de 1950. Nesse primeiro capítulo, a autora constrói um panorama histórico do fazer da cerâmica, marcado pelas relações desiguais de gênero, reproduzidas pelas hierarquias delimitadas pela sociedade patriarcal japonesa.

Já no segundo capítulo, é construído o contexto de imigração japonesa antes e depois da Segunda Grande Guerra – já que é a partir desse acontecimento que as ceramistas apresentadas constroem suas identidades nipo-brasileiras. A autora também expõe como a cerâmica japonesa é introduzida no Brasil, com suas características e contradições de seu consumo.

A ceramista Shoko Suzuki nasceu no ano de 1929, cresceu em um contexto violento de guerra, da ascensão do nacionalismo e militarismo no Japão. A cerâmica surge para ela, nesse momento bélico, como um processo de elaboração do mundo. É notável nas falas da ceramista a ideia de cerâmica como possibilidade de expressão artística, de quietude e meditação – aspectos ligados aos valores e modos de vida nipônicos. Em 1962, ela deixa definitivamente o Japão, e o ofício de ceramista vem junto de si como uma possibilidade, trazendo as técnicas tradicionais que havia aprendido – como a construção do forno *noborigama* e o uso do torno manual. Shoko teve uma longa trajetória enquanto artista ceramista, desafiou os limites entre funcional e artístico e tensionou os limites previamente estabelecidos como lugares aceitáveis para mulheres na sociedade japonesa.

Mieko Ukeseki nasceu na cidade costeira de Mie, introduziu-se na cerâmica por influência de seu marido ceramista, quando se mudaram para o interior do Japão. Em Koishiwara, conheceram o arquiteto português Alberto Cidraes, que sugeriu a imigração do casal para o Brasil junto dele e da esposa. Em 1975, já na cidade de São Paulo, a ceramista, então, se engajou em um projeto de ateliê comunitário e experimental de cerâmica, influenciados pelos movimentos de contracultura efervescentes naquele momento.

O grupo se estabeleceu na cidade de Cunha, em São Paulo, onde construíram um forno tradicional de cerâmica japonesa. A cidade, que já tinha tradição de olarias de telhas e das paneleiras em vias de extinção, acolheu as utopias de Mieko e seu então marido. Após uma série de dificuldades financeiras e de violências de gênero, Mieko conseguiu retomar sua autonomia e garantir a subsistência própria e de seu filho graças ao saber-fazer da cerâmica. A ceramista também contribuiu com as discussões acerca da cerâmica como arte, não somente como peça utilitária. Para a artista, não havia divisões claras quanto a isso, sendo uma questão de interpretação do mundo.

É possível perceber, em ambas as trajetórias, que a cerâmica proporcionou autonomia financeira para essas mulheres, contribuiu na construção de suas identidades e representou um desafio aos limites de gênero duramente impostos pelas sociedades patriarcais.

Logrado (2023) investiga o papel das concepções e práticas museológicas na construção de narrativas, suas influências na reafirmação da colonialidade ou na construção de outras epistemologias. O objeto dessa dissertação é o "Cantinho da Saudade", das ceramistas na comunidade quilombola de Itamatatiua – uma iniciativa voltada à preservação da memória na qual o autor propõe um projeto museológico decolonial.

Como metodologia, é um trabalho interdisciplinar, qualitativo, em que o autor utiliza pesquisa-ação, revisão bibliográfica e entrevistas semi estruturadas com as ceramistas. O conceito de memória coletiva é utilizado para investigação

do saber-fazer da cerâmica nesse território, assim como a importância da memória e da ancestralidade na construção da identidade dessas mulheres.

Como referencial teórico, são utilizadas autoras que versam sobre a museologia decolonial, assim como sobre o grupo modernidade/decolonialidade. Ele também faz um apanhado teórico das significações dos quilombos – para isso, recorrendo aos pensamentos de Beatriz Nascimento, Antônio Bispo dos Santos e Abdias do Nascimento. Isso porque Itamatatuiua é um território quilombola situado no município de Alcântara, Maranhão, marcado por disputas de poder e da desapropriação de terras quilombolas para o Centro de Lançamento de Alcântara, onde as narrativas de resistência contracolonial seguem apagadas.

A cerâmica tem importância basilar na comunidade, gerando renda e constituindo a identidade local e das mulheres trabalhadoras do barro. As técnicas de cerâmica indígenas como o acordelamento são utilizadas na região, e esses saberes são transmitidos oralmente pelas mulheres ceramistas. Conclui-se que a cerâmica da região, além de ser uma fonte de renda para as mulheres, é também uma forma de as manter em associação, reforçar laços de sociabilidade e de fortalecer a identidade cultural e territorial de Itamatatuiua.

A dissertação de Silva (2021) pretendeu pesquisar como as mulheres do bairro de Poti Velho, em Teresina, Piauí, se constituíram enquanto ceramistas. Essa é uma pesquisa na área da História Social, embora se utilize de outros saberes, como a Sociologia, Antropologia e Psicologia, por exemplo, de forma interdisciplinar. De acordo com a autora: “[...] estuda-se a constituição das mulheres trabalhadoras ceramistas, suas relações e transformações sociais, tendo sob perspectiva o ofício com o barro, revelando suas memórias e as interações com a cultura popular local do bairro” (Silva, 2021, p.14).

Como metodologia, essa é uma pesquisa de natureza qualitativa. A autora utiliza entrevistas semiestruturadas com oito ceramistas, revisão bibliográfica sobre o tema e consulta de documentos, como o estatuto da cooperativa, atas de

reunião e cadernos de anotação do ponto de trabalho, bem como registros de vendas das peças e páginas de jornais.

A autora escolheu situar sua pesquisa de campo em uma cooperativa de ceramistas, a COOPERART-Poty, formada por 28 mulheres. A escolha se dá em razão do grupo ser um dos primeiros a se constituir por mulheres. Até o início dos anos 2000, não era comum a presença feminina nas olarias: elas participavam apenas de alguns processos secundários como a venda e pintura. Essa é uma particularidade das cerâmicas produzidas nesse território, tendo em vista que, historicamente no Brasil, essa atividade laboral esteve ligada às mulheres, como afirmou a tese de Borges (2017). A cooperativa é um espaço importante para a formação dessas mulheres no ofício do barro, para a sociabilidade e para a comunhão entre elas, também garantindo um espaço físico para a produção e a participação efetiva dessas mulheres nos processos de trabalho com a cerâmica na região.

A autonomia financeira a partir da cerâmica é também constatada nessa dissertação. Antes de se compreenderem enquanto ceramistas, essas mulheres ocupavam postos de trabalho no ramo informal, e a autora chama atenção para as mulheres casadas, que, ocupadas com o trabalho doméstico, tiveram maior dificuldade de inserção na rotina da cooperativa e na produção de suas cerâmicas. O trabalho doméstico como dificultador da inserção da mulher em outros ambientes laborais também foi abordado por Moraes (2014) no contexto da produção ceramista japonesa.

O escopo teórico que embasa a pesquisa se inicia na importância de contar as histórias das mulheres como reivindicação da memória a partir da História Social, destacando que sobretudo as pretas e pobres, historicamente, tiveram negado o direito de contar suas histórias. A autora utiliza referenciais para refletir sobre os conceitos de trabalho feminino, de Cultura Popular e cidade, a fim de compreender como as identidades das ceramistas são tecidas enquanto trabalhadoras do barro no território de Poti Velho.

Apresenta os relatos das ceramistas com foco na exposição de suas memórias, conforme Halbwachs (2015), constatando que, apesar das individualidades, elas constroem suas memórias de forma coletiva, compartilhando aflições socioeconômicas, possibilidades de subsistência e laços de afetividade na constituição de suas identidades de trabalhadoras do barro por meio da associação cooperativa.

A tese de Almeida (2018) foi defendida em um programa de pós-graduação em Artes Visuais. Diferentemente dos outros trabalhos apresentados aqui, o campo da pesquisa não acontece no saber-fazer da cerâmica em comunidades tradicionais ou no que se convencionou chamar de artesanal, mas na concepção da cerâmica/barro na cena artística feminina latino-americana. Isto é, trata-se de mulheres compreendidas como artistas no campo da arte contemporânea.

O critério de escolha das artistas esteve pautado na presença de alguns aspectos em suas obras, sendo: o reforço às origens culturais, discussões sobre feminismo em suas poéticas e a manifestação ritualística em seus processos de criação e execução artística. Essa é uma pesquisa cartográfica que parte do olhar da autora como mulher, artista e ceramista. Pautou-se em uma revisão bibliográfica sobre os temas abordados e a apresentação das obras da autora.

No primeiro capítulo, é apresentado um breve histórico da cerâmica na América Latina, assim como compreensões sobre a identidade cultural desse território que permeiam as discussões sobre o que se considera enquanto arte e/ou artesanato – embora este não seja o foco da pesquisa. Ainda nesse capítulo, a autora apresenta considerações sobre como se constitui a trajetória de mulheres artistas e discute sobre discursos feministas na arte contemporânea.

São apresentadas uma série de artistas contemporâneas que: “[...] se utilizam do barro ou da argila como um dos muitos suportes para traduzirem seus trabalhos. Não são, portanto, consideradas ceramistas no sentido lato da palavra, mas aproveitam-se da elasticidade que a argila pode oferecer na criação de objetos” (Almeida, 2018, p.76). Em ordem de aparição: Erika Verzutti, Marilá Dardot, Laís

Myrrha, Maria Betânia Silveira, Diana Campos, Maria Cheung, Livia Marin, Juliana Cerqueira Leite, Lídia Lisboa, Alina Canziani, Rosana Bortolin e Celeida Tostes, que, mediante essa materialidade, produzem seus trabalhos entrecruzando – assumidamente ou pela interpretação da autora – suas raízes culturais, feminismos e rituais. Por fim, Almeida destaca algumas das bienais e exposições destinadas exclusivamente às artes do barro, desde 1980.

O segundo capítulo aborda a representação das raízes culturais em diferentes materialidades, incluindo o barro. Para isso, a autora passa pela trajetória artística de Kukuli Velarde e de Rosana Paulino até chegar à sua própria jornada. Detalhadamente, a autora narra o processo de construção de sua série de obras “Omito o mito”, que se inicia com fotografias da interação entre seu corpo e objetos cerâmicos industriais que ela considera ora eróticos, ora pueris. Aborda também, em diferentes materialidades, a ancestralidade feminina, suas memórias e heranças familiares.

No terceiro capítulo, Almeida apresenta artistas que versam sobre aspectos da feminilidade, subjugação, trabalho doméstico e violências que permeiam as trajetórias das mulheres na sociedade. Obras de Graciela Olio, Carina Maria Weidle, Noemisa Batista, Ana Gómez e Ruby Rumie são trazidas inicialmente, seguidas da série “P.F - Peito Fake”, produzidas pela autora. A série traz a retratação de seios em cerâmica como suporte para discussões em torno das violências de gênero, objetificação sexual, pressões estéticas e tabus eróticos.

Por fim, aborda-se a ritualística presente em obras com as artes do barro. Os rituais são compreendidos na pesquisa como ações repetitivas – ou não – que produzem símbolos, os quais surgem de forma planejada ou exógena, profana e sagrada. Nesse momento, são apresentadas obras de Ana Mendieta e Anna Maria Maiolino, que imprimem uma relação entre o barro e rituais e, em seguida, apresentando sua série “Amuletos”, composta por objetos cerâmicos que carregam fetichismo e simbolismos, entremeados pelas discussões em torno da sexualidade feminina esperada e a sua transgressão. Permeadas por essa mesma

temática, foram desenvolvidas duas videoperformances documentadas em fotografias registradas na tese, “Animus” e “Anima”.

A tese traz uma importante documentação de artistas latino-americanas que se utilizaram do barro como materialidade artística, além de apresentar o trabalho artístico da própria autora – que se posiciona dentro dessa mesma identidade, rompendo as separações científicas tradicionais entre sujeito e objeto de pesquisa.

Já a dissertação de Resende (2014), por meio de uma abordagem interdisciplinar, descreve e interpreta o processo de transformar as bonecas de cerâmica *ritxoko* do povo Karajá em patrimônio cultural do Brasil. A pesquisa lança protagonismo para as mulheres ceramistas e para suas percepções acerca de seus processos produtivos e sobre elas mesmas, evidenciando os saberes que compõem a feitura desse bem.

No que concerne a metodologia, a autora realizou pesquisa etnográfica em duas aldeias Karajá amparada pela antropologia interpretativa, entrevistas abertas, bem como revisão bibliográfica, e pesquisa documental sobre o processo de titulação de patrimônio cultural, produzido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Para a autora, o registro das bonecas como patrimônio cultural representa a efetivação de políticas públicas voltadas para o reconhecimento da pluralidade cultural e de assegurar o direito à memória. A pesquisa buscou compreender a visão dessas mulheres ceramistas sobre esse processo – inclusive a forma como elas entendem o que é patrimônio cultural. Ressalta-se que o pedido para patrimonialização surge de uma parceria entre as lideranças Karajá e o Museu Antropológico da UFG.

As mestras ceramistas possuem um conhecimento não somente da técnica de execução das bonecas, mas de todo o contexto social, cultural e ambiental que circundam esse fazer – que se inicia na retirada do barro e na mistura com cinzas de árvores específicas e água. O processo de confecção das bonecas tece uma forma de compreensão e de vivência da cultura Karajá, fundamentada em saberes oralmente passados entre as mulheres. Nesse sentido, as bonecas são,

também, importantes ferramentas de ensinamento da cultura e dos modos de vida Karajá para as crianças, pois refletem processos e significados de seu universo cultural, representando uma forma de resistência e de fortalecimento de sua identidade étnica. Brincando, elas aprendem sobre seus corpos, origem, crenças e ritos.

Assim como Logrado (2023), a autora utiliza referenciais pós-colonialistas que compreendem a cultura, como Stuart Hall, e decoloniais, como Walter Mignolo, para vislumbrar a concepção de outras ciências que foram sistematicamente desvalorizadas e aniquiladas frente ao referencial europeu estabelecido a partir da colonialidade.

O processo de patrimonialização das *ritxoko* mobilizou a emergência de novas lideranças femininas Karajá e possibilitou que elas afirmassem a identidade de ceramista numa posição mais prestigiosa dentro de suas comunidades, evidenciando a importância das bonecas cerâmicas no processo de apreensão da cultura e vida dentro das aldeias, fortalecendo suas identidades e memórias coletivas.

Em sequência, a pesquisa de Magrini (2019) é uma dissertação em um programa de pós-graduação em Artes. A autora pesquisou as ceramistas agricultoras do Vale do Ribeira no Estado de São Paulo, seus saberes e suas práticas. Os referenciais utilizados tecem um diálogo de forma interdisciplinar. As entrevistas, observações e registros fotográficos realizados em campo foram analisados com base na antropologia interpretativa de Clifford Geertz.

Para a autora, as ceramistas do Vale são profundamente influenciadas pelo ambiente em que vivem, ao mesmo tempo que (re)constroem e (re)criam esse meio a partir de suas práticas, recorrendo a Milton Santos para interpretar esses fenômenos. A cerâmica da região é permeada pelos saberes construídos pelos seus moradores em relação com a natureza, ancestralidade e saberes cósmicos. Em estudo realizado no ano de 1989 por Ana Heye e Elizabeth Travassos, uma

importante ceramista da região, Dona Sinhana diz que o barro daquele local não era qualquer terra, mas encante.

Evidencia-se a influência indígena na produção cerâmica local de diferentes etnias, em especial a Kaingang, em que muito se assemelha à produção analisada com as técnicas de acordelamento, queima em forno fechado, brunidura e alisamento da cerâmica. É presente, nos relatos das entrevistadas, as influências dessas mulheres indígenas que, num processo violento de miscigenação, casam-se e se estabelecem nesse território, quando ensinam o trabalho da cerâmica para outras mulheres. Esses saberes foram se reconfigurando com a influência de outras matrizes culturais, como os povos africanos e os colonizadores europeus.

A identidade das ceramistas é profundamente influenciada pelas práticas de agricultura. Nesse sentido, a roça e a cerâmica se complementam em relação à subsistência. Mais uma vez, em relação aos estudos apresentados nesse mapeamento sistemático, a cerâmica aparece como uma possibilidade de autonomia financeira, complementando a renda das mulheres.

Magrini (2019) chama atenção para três artefatos cerâmicos importantes produzidos na região e seus contextos sociais e culturais: panelas, moringas e urnas. Esses objetos são essenciais na vida da comunidade, os quais, frente a um modo moderno de viver influenciado pela colonialidade, têm perdido seus valores e usos.

A cerâmica do Vale se constrói enquanto narrativas da vida e identidades dessas mulheres que, associadas, resistem por meio do barro, produzem saberes e elaboram um modo de vida que resiste aos poderes da lógica industrial que desenraiza esses sujeitos de seus territórios e destrói sua relação com o meio natural.

A tese de Souza (2023), por sua vez, é uma pesquisa socioantropológica que busca compreender o trabalho feminino envolvido na produção de cerâmica de Icoaraci, em Belém do Pará, e recorre aos conceitos de gênero, memória e identidade. Como metodologia, foram realizadas observações e entrevistas abertas em estudo de campo, registros audiovisuais, conteúdos disponibilizados em plataformas de redes sociais e pesquisa bibliográfica.

A cerâmica de Icoaraci evoca os estilos tapajônicos e Marajoara, (re)criando essas estéticas a partir da ancestralidade. A autora desenvolve pesquisas nessa região desde 1997, iniciando com uma monografia e dissertação de mestrado; assim, ela retoma contato com as ceramistas entrevistadas nessas ocasiões para compreender mudanças nas concepções de suas identidades e do conceito de trabalho cerâmico nesse território.

A reaproximação com essas mulheres se deu a partir de um álbum de fotografias das pesquisas pregressas, que despertaram curiosidade e nostalgia nas participantes. As entrevistas, na verdade, consistem em conversas informais gravadas pela autora, que pontua o receio das artesãs com termos técnicos e acadêmicos de pesquisa.

Nesse trabalho, a autora apresenta três tipos de olarias: Familiar, Familiar-Empreendedora e Microempresa. Embora cada uma possua suas particularidades, um aspecto é comum a todas: a divisão sexual do trabalho, a hierarquização e a desvalorização do trabalho feminino. A inclusão do torno-de-pé fez com que os homens dominassem essa técnica e as mulheres fossem paulatinamente excluídas dos processos de produção da cerâmica – processo similar ao abordado por Morais (2014) no contexto japonês.

A autora conclui que a presença das mulheres é maior nos negócios familiares, em que é possível conciliar o cuidado com a prole e o trabalho – com a cerâmica sendo, mais uma vez, compreendida como possibilidade de autonomia financeira em uma comunidade que se fortaleceu mediante a produção dessas mulheres. Mais uma vez, a cerâmica aparece como uma possibilidade de resistência na construção identitária de territórios tradicionais.

Essas constatações tecem um diálogo importante com as contribuições de Souza-Lobo (1991) para pensar o trabalho feminino, uma vez que apontam o quanto as mulheres estão condicionadas ao trabalho doméstico – já que sistematicamente responsabilizadas pelos cuidados com os filhos e netos – e

demonstram a desvalorização de seus trabalhos, independentemente da configuração de seus ambientes laborais.

Em sequência, a dissertação de Costa (2014) investiga a produção ceramista das mulheres do distrito de Maruanum, na cidade de Macapá, no Estado do Amapá, e revisita uma pesquisa de Alicia Coirolo (1989) que abordou o risco de extinção dos saberes do ofício das louceiras. Objetivou-se analisar o ofício das ceramistas e seu criar-saber-fazer enquanto patrimônio material e imaterial, assim como compreender como se é aprendido e ensinado os saberes que permeiam esse trabalho, a partir do princípio da equidade intergeracional. A autora apresenta como problemática de seu trabalho: “[...] como o Estado pode intervir para que os jovens possam interessar-se pelo ofício ceramista em cumprimento ao princípio da equidade intergeracional?” (Costa, 2014, p.15).

Trata-se de uma pesquisa interdisciplinar, definida pela autora como “quali-quantitativa”. Como metodologia, a autora realiza um estudo de campo que inclui entrevistas focalizadas, estruturadas e não estruturadas, questionários, além de revisão bibliográfica e documental em órgãos responsáveis que asseguram o patrimônio cultural brasileiro. O processo de registro de bens como patrimônio cultural assegura: “[...] a necessidade de elaborar um plano de salvaguarda que garantirá mediante ações a melhoria das condições sociais e materiais para a transmissão e reprodução do bem imaterial de forma sustentável que permitam a sua perpetuação [...]” (Costa, 2014, p.14).

O estudo apresenta os conceitos de patrimônio cultural definidos pelo IPHAN, documenta detalhadamente a prática das louceiras e a evolução que esse ofício teve ao longo do tempo, evidenciando a identidade dessas mulheres enquanto ceramistas e como elas transmitem esse criar-saber-fazer. Apresenta, também, uma proposta de políticas públicas voltadas para a preservação do ofício das louceiras por meio do turismo comunitário e da sustentabilidade local.

Conclui-se no estudo que o ofício das louceiras continua sendo ensinado e aprendido a partir da oralidade entre mulheres, o que constrói, também, a

identidade da região, a memória coletiva e a herança cultural. Esses vínculos associativos auxiliam também no fortalecimento comunitário, sendo esse bem cultural histórico um dado importante para o registro e reconhecimento da comunidade como território quilombola.

Costa (2019), por sua vez, desenvolveu sua dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural, enfocando a relação das mulheres Mbyá Guarani com *nhae'ũ*, (o barro), no fazer da cerâmica. A pesquisa foi desenvolvida de maneira qualitativa, por meio de trabalho de campo, a partir de observações e entrevistas abertas, e teve como objetivo a compreensão da relação cosmo ecológica dessas mulheres com a cerâmica, bem como sua importância no Bem Viver comunitário:

O nhae'ũ é coletado nas margens e fundo dos rios, no processo de criação, se retira este material e aos poucos o barro é manuseado com as mãos, adicionando quando necessário um antiplástico, como a areia, até deixar a mistura homogênea. Da mesma forma que as mulheres preparam o nhae'ũ, o nhae'ũ prepara seus corpos através daquela relação (Costa, 2019, p.37).

A cosmologia Mbyá Guarani não divide hierarquicamente os seres humanos, bichos e plantas; tudo precisa existir em harmonia para que haja equilíbrio e plenitude. O barro entra nessa relação; os saberes relacionados ao fazer da cerâmica não se encerram em técnicas – é necessário compreender onde esse processo se situa em uma complexa teia da vida, que contempla o mundo físico e espiritual. A autora recorre ao conceito de cosmo práxis para explicar essa interação entre corporalidade e materialidade, que atribui e conduz sentidos dentro da cosmovisão Mbyá Guarani.

Em relação à produção de cerâmica, as mulheres produzem peças utilitárias e ritualísticas. Além das panelas, copos e vasilhas, os cachimbos chamados de *petyngua* possuem grande importância dentro da cultura guarani. Durante sua confecção, é essencial que as ceramistas pensem e coloquem intenção sobre aquilo que se deseja a partir do objeto: cura, proteção e/ou fortalecimento. A autora pontua a potencialidade de organização política imbricada no fazer da

cerâmica; se, por um lado, a produção demanda delicadeza no manejo do barro, por outro, o contexto possibilita associação entre as ceramistas.

Em conclusão, Costa compreende que a cerâmica é um território de resistência para essas mulheres, o qual mobiliza saberes ancestrais, produz sentidos ritualísticos, organiza reivindicações, constrói e reproduz aspectos culturais dos guaranis.

Em seguida, a tese de Lima (2019) se inicia com uma discussão sobre trabalho, à luz de autoras clássicas, como Hirata e Kergoat, e traz a interseccionalidade para o debate, discorrendo sobre a situação das trabalhadoras negras ao longo da história brasileira. Esse debate é necessário para compreender a situação das mulheres quilombolas de Buriti do Meio, que se colocam em movimento, reconfiguram limites de gênero previamente determinados, subvertem os espaços públicos e privados, assim como rompem com a dicotomia de trabalho produtivo e reprodutivo determinados a partir dos papéis sociais de gênero.

A organização política das mulheres de Buriti do Meio em busca do reconhecimento se entrelaça com o mexer com barro das artesãs. Embora esse entrelaçamento se faça em meio a conflitos e adversidades, esse papel feminino em Buriti do Meio, dotado de saber, locus da memória, reconecta o presente com o passado, trazendo novas perspectivas de futuro, possibilitando ainda um movimento temporal, de um passado tradicional que vem se colocando nas práticas cotidianas da comunidade (Lima, 2019, p.18).

O arcabouço teórico utilizado pela autora se sustenta a partir das categorias identidade, território, gênero e trabalho. A autora destaca a importância de pesquisas que considerem a categoria gênero em investigações conduzidas em territórios como os quilombolas, pontuando que os recortes de gênero ainda aparecem de modo tímido, mesmo que esse mapeamento sistemático tenha apontado a cerâmica como importante trabalho feminino em comunidades tradicionais. O barro constrói a identidade das mulheres nesse território, assim como permite que elas acessem suas ancestralidades, retomando e reinventando a

relação com a cerâmica, inclusive em um novo contexto que conta com políticas sociais e iniciativas de fomento ao empreendedorismo na região.

Como metodologia, Lima realiza um estudo de campo de natureza qualitativa, com observação participante, pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas abertas e narrativas bibliográficas. Em conclusão, a autora aponta o fazer da cerâmica pelas mulheres da comunidade como uma importante ferramenta de organização, de luta e de mudança dos papéis de gênero por meio do reconhecimento de suas identidades enquanto mulheres trabalhadoras do barro.

Considerações finais

Identidades, saberes, linguagens e ancestralidades indígenas saltam de dentro das pesquisas encontradas na busca bibliográfica realizada, de modo a reorganizar e ressignificar nossas percepções sobre as mulheridades e suas relações com a cerâmica, com o trabalho e com a educação. Ao ser pautada pelos saberes populares e, ao mesmo tempo, ao se colocar como conhecimento científico, a temática acaba por transformar a realidade acadêmica, modelando nossos objetos de pesquisa, além de reforçar a consideração de raça-etnia, em conjunto com gênero e classe.

A partir de achados como este, o estudo em desenvolvimento faz com que a temática mulheres, cerâmica, trabalho e educação transborde dos limites que fundamentam uma pesquisa e reposiciona o fazer científico e os conhecimentos acadêmicos focalizados no estudo, em razão da perspectiva feminista adotada. Nesta, o problema de pesquisa não se separa da pesquisadora, assim como os objetivos e o objeto de pesquisa se confundem e constituem a pesquisadora. Desse modo, os resultados são interpretados a partir dessas premissas feministas, entendendo a abordagem em questão como a objetividade possível, uma vez que demarca as condições do sujeito que conhece e produz conhecimentos que

não colocam necessariamente saberes populares e científicos como polos opostos (Louro, 1997).

Outro dado que se confirma em diferentes pesquisas apresentadas nesse mapeamento sistemático é a importância do trabalho com cerâmica na constituição da identidade das mulheres pesquisadas. Em alguns textos, como Costa (2019), Logrado (2023) e Silva (2021), é possível perceber que a cerâmica tem elementos gregários e, segundo percebem as autoras do presente texto, proporciona um espaço de associação, socialização, trocas e aprendizados, no qual trabalho, arte e educação se entrelaçam e têm potencial para se tornar ferramenta de resistência. Ao estarem juntas, as mulheres ceramistas se fortalecem, criam laços de afetividade, constroem e reconstroem os saberes do ofício e, ainda, se organizam politicamente, com autonomia e expressividade de suas múltiplas identidades, impressas, por vezes, nas peças a que suas mãos dão vida.

Por sua vez, o trabalho doméstico aparece em algumas pesquisas, como Morais (2014) e Silva (2021), como dificultador da inserção da mulher nesse universo em que se encontram cerâmica, arte, educação e trabalho. As mulheres precisam despende mais tempo de trabalho em suas rotinas, uma vez que, em razão das relações desiguais de gênero, ainda são vistas e se veem como as responsáveis pela totalidade ou da maior parte dos afazeres domésticos, cuidados com crianças e demais familiares e outras atividades de cuidado e manutenção da vida.

Em relação à Educação, é possível apreender que o ofício da cerâmica em diversos territórios, como as comunidades Mbyá-Guarani, pesquisadas por Costa (2019), se coloca como um saber-fazer majoritariamente feminino, transmitido a partir da oralidade, numa perspectiva intergeracional, possibilitando a construção de redes afetivas e associativas entre as mulheres que aprendem, praticam, divulgam e distribuem suas produções cerâmicas. Nesse sentido, assim como o presente texto revela parte de um processo no qual aquisições de saberes se dão, uma peça cerâmica carrega, transmite e fomenta desejos, conhecimentos e

diálogos formativos, que podem se dar em contextos de ensino-aprendizado, contando inclusive com o movimento de mulheres e os movimentos sociais como educadores.

No presente texto, expressamos a construção que resultou em um corpus de análise que acabou por lapidar o estudo idealizado e em desenvolvimento, uma vez que deu um Sul à pesquisa e forneceu um panorama do que tem sido produzido referente à temática proposta.

Referências

ALMEIDA, Flavia Leme de. *Desvios do barro: raízes culturais, feminismo e rituais nas poéticas de mulheres artistas da cena contemporânea latino-americana*. 2018. 180 f. Tese (Doutorado em Artes) - Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2018.

AUAD, Daniela; ROSENO, Camila dos Passos; LAHNI, Cláudia Regina. *Saberes Docentes Fora do Armário: Educação como território de resistência*. Rio de Janeiro, Nau, 2022

BORGES, Kássia Valéria de Oliveira. *As mulheres ceramistas do mocambo: a arte de viver de artefatos ambientais*. 2017. 230 f. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

CANCLINI, Néstor García. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

COSTA, Célia Souza da. *Patrimônio cultural do Amapá: o caso das louceiras do Maruanum em observância ao princípio da equidade intergeracional*. 2014. 129 f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2014.

COSTA, Carolina Silveira. *Nhae'ũ e o Teko Porã: uma reflexão acerca da relação cosmoecológica de mulheres Mbyá Guarani com o barro no sul do Brasil e no Bem Viver comunitário*. 2019. 90 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural -

Faculdade de Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

FALBO, Ricardo de Almeida; SOUZA, Érica Ferreira de; FELIZARDO, Katia Romero. Mapeamento sistemático. In: FELIZARDO, Katia Romero. [et. al.]. *Revisão sistemática da literatura em engenharia de software: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017, p. 96-119.

HIRATA, Helena. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. *Análise*, n.7. Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2015.

LIMA, Ana Carolina Radd. *Das sombras das árvores aos galpões de produção: mulheres em movimento na Comunidade Quilombola Buriti do Meio no sertão norte-mineiro*. 2019. 244 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

LIMA, Jonathan Gurgel de. *Artesãos-Artistas contemporâneos: D. Izabel Mendes da Cunha e o legado aos mestres ceramistas de Santana do Araçuaí (MG)*. 2021. 194 f. Tese (Doutorado em Estética e História da Arte) - Estética e História da Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

LOGRADO, Yuri Sampaio Capellato. *Cantinho da saudade: experiência museológica comunitária das mulheres ceramistas de Itamatatua, em Alcântara, Maranhão*. 2023. 129 f. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade/CCH) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

MAGRINI, Amanda. *Lá no Alto, o barro é encantado: a cerâmica do Alto Vale do Ribeira - SP*. 2019. 284 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Artes - Instituto de Artes). Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2019.

MORAIS, Liliana Granja Pereira de. *Duas mulheres ceramistas entre o Japão e o Brasil: identidade, cultura e representação*. 2014. 190 f. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Cultura Japonesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RESENDE, Michelle Nogueira. *As ceramistas karajá e o processo de registro de suas bonecas de cerâmica como patrimônio cultural do Brasil*. 2014. p.120. Dissertação (Mestrado no Programa Interdisciplinar em Direitos Humanos) - Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Direitos Humanos, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

SILVA, Amanda Lima da. *“Na minha veia não corre sangue, corre barro”*: histórias e memórias de mulheres trabalhadoras ceramistas do bairro Poti Velho, Teresina – PI (1960 – 2019). 2021. 167 f. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História/CCH) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

SOUZA, Marzane Pinto de. *O barro espirra, respira e inspira*: reflexões sobre o trabalho feminino na arte cerâmica de Icoaraci, Belém, Pará. 2023. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2023.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

GOZO, VIOLÊNCIA E ABJEÇÃO AOS CORPOS TRANS NO BRASIL

*JOUISSANCE, VIOLENCE AND THE
ABJECTION OF TRANS BODIES IN
BRAZIL*

POR Cristian Anderson Puhl¹

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9201-1910>

Thais Janaina Wenczenovicz²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9405-3995>

Resumo

O estudo investiga a intersecção entre hipersexualização e as violências em direitos humanos sofridas por pessoas trans no Brasil. Analisa-se a possível correlação entre o consumo de conteúdo adulto envolvendo esses corpos e os índices de assassinatos dessa população, conforme relatório que, em 2023, apontou o país líder global em crimes de ódio pelo 15º ano consecutivo. Metodologicamente, articula-se análise documental, interpretação de estatísticas de fontes primárias e revisão investigativa-bibliográfica, com abordagens qualitativa e argumentativa. A pesquisa fundamenta-se nas Epistemologias do Sul e na interseccionalidade como ferramenta interpretativa. Os resultados contribuem para compreender como a objetificação

das identidades trans está associada à sua vulnerabilização social. Além disso, apontam caminhos para investigações futuras que aprofundem essa relação.

Palavras-chave: hipersexualização de corpos trans; interseccionalidade; violências contra pessoas transgêneros.

Abstract

The study investigates the intersection between hypersexualization and human rights violations experienced by trans people in Brazil. It analyzes the possible correlation between the consumption of adult content involving trans bodies and the murder rates of this population, based on a 2023 report that ranked the country as the global leader in hate crimes for the fifteenth consecutive year. Methodologically, the

¹ Mestre em Ciências Humanas (UFFS). Especialista em Ciências Sociais e em Comunicação e Marketing em Redes Digitais. Jornalista. Pesquisador no Grupo de Pesquisa Interculturalidade e Intersubjetividade: gênero, orientação sexual, raça e etnia (UNOESC). (crispuhl@gmail.com)

² Catedrática na Universidade de Salamanca/Espanha (Cátedra CAPES). Docente adjunta/pesquisador sênior na UERGS. Pesquisadora PQg Produtividade/FAPERGS. Professora Titular no PPG *Stricto Sensu* em Direito/UNOESC. Professora no PPG Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFFS. Co-líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Interculturalidade e intersubjetividade: gênero, orientação sexual, raça e etnia/PPGD UNOESC. (t.wencze@terra.com.br)

research combines document analysis, interpretation of primary statistical sources, and investigative bibliographic review, employing a qualitative and argumentative approach. It is grounded in the Epistemologies of the South and uses intersectionality as an interpretative tool. The findings contribute to

understanding how the objectification of trans identities is linked to their social vulnerability and point to directions for further research on this relationship.

Keywords: hypersexualization of trans bodies; intersectionality; violence against transgender individuals.

O sexo, a violência e os atravessamentos iniciais

“[O] Gênero é uma imposição colonial que persistiu” (Catrileo+Carrión, 2021, p. 3), afirma um manifesto escrito por pessoas que se autodeclaram dissidentes de um modelo hierárquico que categoriza as identidades a partir das relações coloniais de poder e dominação e reivindicam o reconhecimento e a redescoberta de outras formas possíveis de existir nas sociedades colonizadas da América Latina.

Ao apontar que a linearidade do tempo, deflagrada pela colonização, torna este resgate uma tentativa de reestabelecer as narrativas sequestradas pelos “homens brancos que não compreendem essas experiências para além de uma noção heteronormativa” (Catrileo+Carrión, 2021, p. 3), a autoria do documento considera que a violência deflagrada pelos colonizadores durante os processos de conquista e expansão comercial e econômica da Europa (Wallerstein, 2001) é que irá impor aos povos originários novos padrões de identificação, organizando as sociedades a partir de uma concepção Moderna do que se compreende — e que passará a ser determinante para justificar as intervenções de expropriação e espoliação a que serão submetidas essas populações — como humano e civilizado.

Não à toa, Catrileo+Carrión (2021) argumenta que, na esteira desses acontecimentos, os “ancestrais [referindo-se aos povos originários que ocupavam os territórios antes da invasão europeia] foram definidos como seres abomináveis, vinculando desajeitadamente suas experiências ao diabo e à feitiçaria” (p. 3). É

também isso o que sustenta Lugones (2020) ao posicionar a diferença colonial como elemento intrínseco à constituição latino-americana. Para ela, reside sob esse aspecto um dos fatores de produção das distinções e mecanismos de classificação social que vão determinar quais indivíduos serão merecedores de receber a condição de humano e quais terão seus corpos animalizados e objetificados, inseridos em um complexo ecossistema de violações.

Introduzidos em um novo contexto de dominação global, esses povos latino-americanos, afirma Quijano (2005), se tornam os primeiros a terem os seus modos de vida redefinidos diante daquilo que ele irá denominar de Modernidade Colonial. Para além dos aspectos sociopolíticos que forjam e estruturam a Modernidade e o sistema-mundo (Wallerstein, 2001) nas colônias, Quijano (2005) também considera que um dos elementos indissociáveis dos desdobramentos que decorrerão desses movimentos históricos é a captura e a reelaboração da identidade dos sujeitos não-europeus, tornando a colonialidade um complexo dispositivo de gestão e controle político, econômico, social e cultural.

Propondo estabelecer uma relação interseccional entre a hipersexualização e as violações aos direitos humanos sofridas por pessoas trans*³ no Brasil, este artigo objetiva correlacionar como a constituição de uma gramática moral e sexual, vinculada ao constructo da Modernidade/Colonialidade (Quijano, 2005), se associa tanto ao elevado índice de assassinatos e crimes de ódio praticados em desfavor dessa população quanto à expansão do consumo de conteúdos adultos envolvendo os corpos e as identidades transgêneros.

A pesquisa, de abordagem qualitativa e fundamentada nas Epistemologias do Sul, combina revisão investigativa-bibliográfica, análise documental e de estatísticas de fontes primárias. A interseccionalidade é utilizada como ferramenta analítica para compreender as múltiplas opressões que atravessam os corpos

³ Para contemplar todas as identidades transexuais e as travestilidades, além da não-binaridade de gênero, a partir da introdução deste artigo, passaremos a utilizar o asterisco como elemento gráfico ao lado da palavra trans para nos referirmos a essas construções de identidade de gênero.

trans*, conforme articula Akotirene (2023). Em razão disso, o artigo propõe uma reflexão sobre a possível relação entre a hipersexualização de pessoas trans* e a violência que incide sobre seus corpos. Em 2023, o Brasil foi, pelo 15º ano consecutivo, o país com maior número de assassinatos de pessoas trans*, segundo a ANTRA (2024)⁴ e a *Transgender Europe*. Paralelamente, destacou-se como o maior consumidor de pornografia com participação dessas identidades, conforme dados do *PornHub*. Esse paradoxo entre desejo e eliminação social estrutura a reflexão proposta neste artigo.

Enquanto as tensões sociopolíticas e o avanço de um pânico moral (Machado, 2004) e conservador pressionam o aumento das arbitrariedades a que estão submetidas essas populações, o desejo e a hipersexualização de seus corpos as colocam como público prioritário para o fetiche dos brasileiros. Com efeito, o artigo organiza-se a partir da discussão relativa ao engendramento do sistema sexo-gênero em meio à colonialidade, o que formata e padroniza um modelo cis-heteronormativo, marginalizando as dissidências. Em seguida, analisam-se os boletins da ANTRA (2024) contendo os números da letalidade contra esses sujeitos e os indicadores quanto às buscas por conteúdo sexual adulto em uma plataforma de vídeos. Após, aprofunda-se o debate acerca de como o aumento da exploração por esses temas tensionam a objetificação dos corpos das pessoas trans*. Nas considerações finais, se apresenta uma síntese dos elementos discutidos e se estabelece uma associação entre violência, desejo e abjeção, sugerindo, por fim, outras formas de se pensar e se reivindicar o espaço ocupado por esses indivíduos na sociedade *heteroterrorista* brasileira, como argumenta Mombaça (2021).

⁴ Em 2024, conforme boletim atualizado pela ANTRA, o Brasil manteve-se, pelo 16º ano consecutivo, como o país que mais assassinou pessoas trans*.

A sexualidade e o gênero na mira da colonização

A bestialidade, a desumanização e a hierarquização racial imposta aos povos originários desde o processo de ocupação e povoamento impuseram contornos à América Latina. Partindo dos constructos de autores como Grosfoguel (2008; 2020), Mignolo (2005) e Quijano (2005; 2009), que defendem que a constituição da Modernidade e da colonialidade são faces de um mesmo processo histórico e político, se tem a possibilidade de explorar outras interpretações para as relações de poder e dominação que vão se estabelecer nas regiões colonizadas pelos europeus. Essas relações, como descreve Fernandes (2017), extrapolam a dinâmica da produção econômica e da expropriação do trabalho das populações nativas.

Segundo Fernandes (2017), a subjetividade, a moral, a sexualidade e o gênero também são capturadas pelo empreendimento colonial, configurando, com isso, um padrão de existência e subserviência que se originava em um modelo de sujeito homem, branco, eurocêntrico, civilizado, cisgênero e heterossexual⁵. Para além da categorização racializada atribuída aos povos não-europeus, há a formatação de uma gramática binária de regulação e controle dos corpos e do desejo.

Nas estruturas erguidas pela Modernidade, a normalização dos sujeitos é uma das ferramentas que, reiteradamente, atualiza os discursos assentados no ideário do colonialismo e da colonialidade, legitimando-os. É nesse sentido que Lugones (2020) coloca em contexto a maneira como os marcadores de gênero e sexo acabam por serem transformados em aspectos naturalizados das experiências dos indivíduos; e não como resultados de uma construção social baseada no poder colonial. Se, como afirma Mignolo (2005), a colonialidade é um

⁵ Ainda que categorias de análise identitária como “cisgênero” e “heterossexualidade”, por exemplo, sejam construções que têm seu uso popularizado a partir do século XIX, entende-se que sua matriz de formatação acompanha os processos de colonização.

elemento constitutivo da Modernidade (e não apenas um de seus derivados), e a cristalização do poder colonial é uma das esferas de produção sistemática de violências por meio da categorização dos sujeitos, então a observação de Fernandes (2017) de que a colonização das sexualidades impulsiona a dinâmica política e moral entre metrópole e colônia torna-se um eixo essencial para compreender como as identidades de gênero e as orientações sexuais dissidentes à norma são interpretadas.

Enquanto a Europa se consolidava como símbolo da Modernidade e da racionalidade e ampliava suas fronteiras geopolíticas e econômicas, os povos colonizados viam-se inseridos em uma lógica de opressão que suspendia, criminalizava e demonizava formas outras de vida e de existência que não aquelas amparadas nos moldes do colonizador. A consolidação e ampliação das categorias binárias e dicotômicas nas quais os povos originários serão, forçadamente, alocados é que possibilitará, “a imposição de um novo padrão de moral baseado no modelo binário e cristão hegemônicos, em uma lógica de exploração e subordinação” (Fernandes, 2017, p. 26).

Nesse cenário, as possibilidades de existência ficam reduzidas àquilo que os colonizadores engendram como a universalidade do humano. Todos os marcadores sociais da diferença serão elencados a partir de uma racionalidade que potencializa e ordena o masculino como o tipo ideal de indivíduo. Além de Fernandes (2017), Mott (1995; 2001) e Trevisan (2018) descrevem como o empreendimento colonial europeu atua para normalizar e padronizar os nativos em uma lógica eurocêntrica de sociedade, nos termos de uma Modernidade que irá se sobrepor às práticas, aos comportamentos e às culturas das populações originárias.

Em tal cenário de produção da diferença e de identidades como instrumento de hierarquização entre os sujeitos, aqueles e aquelas que não reproduzem as normas e orientações impostas em torno dos campos sexo-gênero-sexualidade tem as suas existências combatidas. Nas palavras de Oliveira (2023, p.

158), nessa forma de gestão da sociedade, são as almas e os corpos “dos meninos brancos, cisgêneros, heterossexuais, magros, ‘saudáveis’, estimulados de forma recorrente, sendo apresentados a inúmeras possibilidades de ser e de estar no mundo” os que ascendem a uma categoria de universalidade a ser conquistada.

A provocação de Oliveira (2023) remete, justamente, para a centralidade do que se objetiva discutir nessa reflexão, uma vez que a autora indica qual a posição imposta aos corpos e identidades não-masculinas, não-brancas, não-heterossexuais e não-europeias na hierarquia social constituída pela Modernidade/Colonialidade. Para Grosfoguel (2008), “[...] os paradigmas eurocêntricos hegemônicos [...] assumem um ponto de vista universalista, neutro e objetivo” (p. 118), encapsulando o desempenho das identidades constituídas no interior deste arcabouço no qual o padrão universal, linear e contínuo de pertencimento está direta e proporcionalmente interligado à congruência dos corpos dos sujeitos a uma esfera normativa. Isso será definido por Lugones (2020) como a compulsoriedade de uma heteronormatividade patriarcal, colonial e moderna.

Não há, portanto, espaço para outras corporalidades na estrutura fundada pela diferença e na violência colonial. A cis-heteronormatividade que se instala e se entremeia entre os alicerces fundadores da colonialidade, como explicita Silva (2019), estabelece um *modus operandi* sob o qual se assentam a racialização e a subalternização de “existências tomadas como inconformes, incongruentes em relação à regulação compulsório do gênero [...] pautado no dimorfismo biológico, na organização patriarcal e heterossexual das relações sociais” (Silva, 2019, p. 30).

A reboque dessa normalização que vai constituir os sujeitos coloniais, Silva (2019) defende que a identidade de gênero e as orientações sexuais serão validadas pelo binarismo político e biológico que, ancorados na matriz da colonização, se capilarizam e se retroalimentam ininterruptamente, perpassando dimensões simbólicas e subjetivas que fazem da colonialidade um dispositivo de exercício do poder. Salienta Silva (2019) que, tal como sugere Lugones (2014; 2020),

há uma intersecção entre as categorias impostas pela Modernidade/Colonialidade, em especial aquelas atreladas à raça, à classe e ao gênero. Assim sendo, a identificação desse mecanismo de exercício de um poder

[...] pautado especialmente em relações de hierarquização e dominação, implica reconhecer a onipresença desses dois princípios [padrão de poder da colonialidade e exercício deste poder] em inúmeras instâncias e esferas da vida social no tempo presente, ainda que a partir de diferentes modos de operação. [...] Na esteira desses processos, agindo por meio de uma transfobia legitimada e naturalizada em boa parte das representações simbólicas que sustentam a cultura brasileira, estão os ditames patriarcais e sexistas de um ideário machista, [...] e heteronormativo, característico de nações resultantes de experiências coloniais, escravocratas, de bases cristãs e eurocentradas (Silva, 2019, p. 32).

A regulação e o controle dos corpos se estruturam por meio de um dispositivo de poder que opera pela expropriação e captura das subjetividades dos povos originários. Nesse contexto, o binarismo e a colonização das sexualidades emergem como imperativos, sustentando um processo contínuo de atualização. Ao propor a intersecção como método crítico de análise para a colonialidade, Lugones (2014; 2020) fornece as condições epistemológicas para aproximarmos também o gênero desse dispositivo de poder.

Discutindo desde o campo da educação, Oliveira (2023) intitula como transfobia a instauração, pela cisgeneridade, de um arcabouço persecutório às práticas e normas dissidentes de sexo e gênero. Para a autora, que, resumidamente, explica a cisgeneridade como a correspondência entre a experiência e a percepção interna e individual do gênero com o sexo ao qual um indivíduo foi identificado e nomeado, é a centralização dessa forma de existência que desloca para as margens as vidas das pessoas trans*. Oliveira (2023, p. 165) declara que “ao colocar-se como centro, o grupo cisgênero branco heterossexual trata o poder como uma extensão natural de sua cisgeneridade e de sua brancura”.

Com isso, a autora reforça que as concepções de raça e gênero não são dadas naturalmente, mas refletem construções sociais e políticas que, no Brasil, são marcadamente heranças da colonialidade. Silva (2019) participa dessa discussão tensionando, justamente, as narrativas socioestruturais forjadas no eixo da opressão/dominação com que os corpos dissidentes da norma cisgênera são constituídos, os tornando alvos preferenciais da violência e da abjeção — o que tem contribuído, aponta Benevides (2024), para o Brasil ocupar, pelo 15º ano consecutivo, a liderança no ranking de países que mais mata pessoas trans*.

Vidas trans* na mira da sociedade colonial-cis-heteronormativa

Os corpos travestis, aponta Benevides (2024), acionam mecanismos de opressão e violência na sociedade brasileira, sendo esse cenário um dos resultados do processo histórico de marginalização das identidades de gênero dissidentes à norma. Se a emergência de um novo padrão global de poder (Quijano, 2005; 2009) irá impor aos povos colonizados hierarquias sociais que tomam como referência um modelo eurocêntrico de sujeito, então é possível transpor, como defende Lugones (2020), a mesma lógica de dominação e controle para as dimensões do gênero e da sexualidade. É esta a chave interpretativa interseccional que permite analisar o engendramento das relações sociais como um dispositivo de poder colonial a serviço da regulação binária e dicotômica do sexo-gênero.

Grosfoguel (2008) mobiliza, novamente, a violência e a diferença colonial como produtoras da subalternização e da marginalidade impetrada aos sujeitos dissidentes à norma, compreendendo a norma como esse padrão erigido pela modernidade de um sujeito universal, conforme descrito anteriormente. Esse homem, permeado por seus atributos classificatórios enumerados por Grosfoguel (2008, p. 122), instituirá uma matriz hegemônica para o pertencimento e a sociabilidade dos nativos, implementando na esteira desse processo “[...] uma hierarquia sexual que privilegia os heterossexuais relativamente aos homossexuais

e lésbicas". Tensionando a orientação sexual como uma das categorias estruturantes dessa configuração hierarquizada pela colonialidade, o autor não se furta de reconhecer a sexualidade e o gênero como esferas importantes do exercício do poder colonial e eurocêntrico.

Os números de crimes cometidos contra pessoas trans* no Brasil revelam, na prática cotidiana, o que a teoria pressupõe como fatores de entendimento da realidade. Benevides (2024) argumenta que o aumento de 10,7% no número de crimes e suicídios envolvendo pessoas trans* em 2023, quando comparado a 2022, reflete essa lógica de dominação, opressão e silenciamento experimentada por essa população. No ano de 2023, foram 155 mortes registradas, sendo 136 delas deflagradas contra as mulheres trans e travestis e nove praticadas contra homens trans e pessoas trans masculinas. Soma-se a esse volume também os 10 suicídios analisados pela ANTRA e que teriam sido ocasionados por motivações transfóbicas. Com efeito, Benevides (2024) argumenta que os discursos de ódio ressoam de forma trágica para as populações marginalizadas, porque se materializam em agressões, exclusões e na morte dessas pessoas. Sob essa perspectiva, tais gatilhos acentuam as violações a que estão expostas as populações trans* e culminam nesses elevados índices de mortes reportados no Brasil.

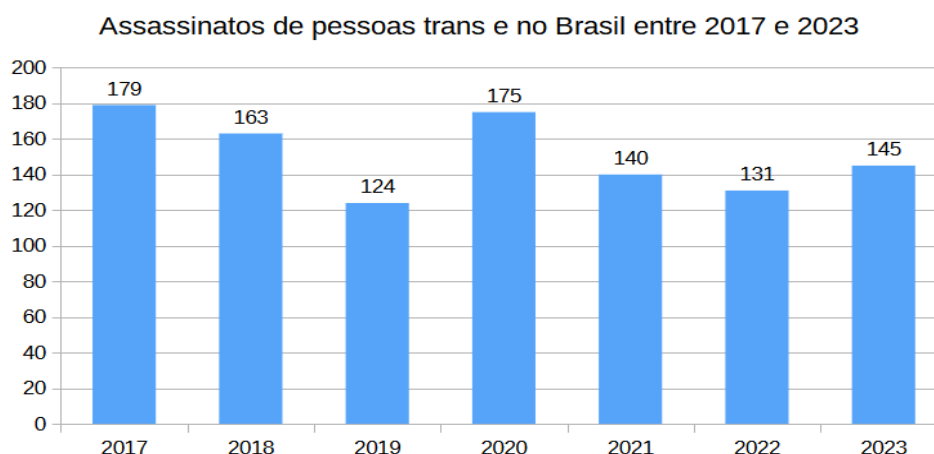
Se em 2022, o número de assassinatos de pessoas trans* no país chegou a 131, o aumento em 2023 e as novas estratégias de violência diagnosticadas pela ANTRA reforçam a ampliação da crueldade com que esses corpos são tratados. O exercício de poder e a precarização da vida desses indivíduos, aliás, é apontado também por Oliveira (2023) como fatores de subalternização destas existências no tecido social brasileiro. Convém salientar, porém, que a brutalidade não é uma exceção nessas ocorrências contra às identidades de gênero que não se encaixam nos padrões morais, comportamentais, simbólicos e dos signos que conferem a normalização do gênero na sociedade. A barbárie, a ojeriza e a hostilidade destinada a essas pessoas é a regra, explícita em todos os relatórios e manifestações conduzidas por associações e entidades LGBTQIA+.

O levantamento sobre índices de violência, organizado pela ANTRA desde 2017, reconstrói o panorama do agravamento dessas situações, conferindo visibilidade ao tema e evidenciando os efeitos da interseção entre colonialidade, patriarcado, machismo e misoginia na marginalização das pessoas dissidentes de gênero. Nesse contexto, é fundamental reconhecer que os crimes contra pessoas trans* decorrem de dinâmicas específicas, distintas das tipificações registradas em outras ocorrências. Bento (2017) destaca a natureza polifônica e multifatorial da violência para demonstrar como e em que medida os corpos trans* se tornam alvos prioritários de um tipo de violação sistemática e letal, amplificada contra aqueles que, socialmente, não se adequam às normas e performances de gênero (Butler, 2020).

Para Bento (2017, p. 59), a materialidade do corpo trans* torna praticamente impossível para essas pessoas construírem “estratégias de aceitação” social como mecanismo de redução da incidência de crimes. Nesse sentido, aponta ela, as diferenças constituem-se como elementos “insuportáveis para um contexto marcado pela hegemonia dos discursos que definem os sujeitos por suas genitálias. Os corpos trans seriam a própria materialidade da impossibilidade de assimilação” (Bento, 2017, p. 59).

No acumulado dos últimos sete anos, o Brasil assassinou, violentamente, 1.057 pessoas trans*, uma média de 151 mortes/ano; 13 por mês. Segundo os documentos da ANTRA, 2017 foi o ano com a maior taxa de crimes, conforme demonstrado na Figura 1:

Figura 1 – Gráfico sobre o número de assassinatos cometidos contra pessoas trans* no Brasil entre 2017 e 2023.



Fonte: elaborado pelos autores (2024)

Os dados permitem ainda traçar o perfil dessas vítimas conforme a região, faixa etária, raça, identidade de gênero e classe econômica. Segundo Bento (2017), esses marcadores sociais traduzem um modelo hierárquico e classificatório imposto pelo colonizador, podendo ser, em alguns casos, determinantes para a morte de pessoas trans*. Na condição etária, aponta Benevides (2024), em 2023, a idade média das vítimas foi de 30 anos. Outra característica significativa da realidade social experimentada pelas populações trans* no Brasil diz respeito ao espaço econômico ocupado por esses sujeitos.

Em 2023, do total de pessoas trans* assassinadas, 57% exerciam a atividade de trabalhadoras sexuais, confirmando as exclusões sociais apontadas anteriormente por Oliveira (2023) e corroborando o argumento de Benevides (2024, p. 55) de que são as pessoas trans* nesta situação “as mais expostas à violência direta e que vivenciam o estigma que os processos de marginalização impõem a

essas profissionais". Quando o recorte recai sobre raça ou etnia, há uma subnotificação tão significativa quanto o volume de registros referentes a esses assassinatos.

Por trás da subnotificação e da inexistência de dados oficiais demonstrando a raça ou a etnia dessas pessoas trans* assassinadas, há um projeto político em curso. O apagamento dessas identidades dissidentes é, por conseguinte, um desdobramento contemporâneo dos processos sócio-históricos da colonização e do empreendimento colonial que impôs, primeiro aos povos originários e, depois, às populações negras escravizadas, um regime de dominação, opressão e hierarquização social tendo a raça como seu critério basilar.

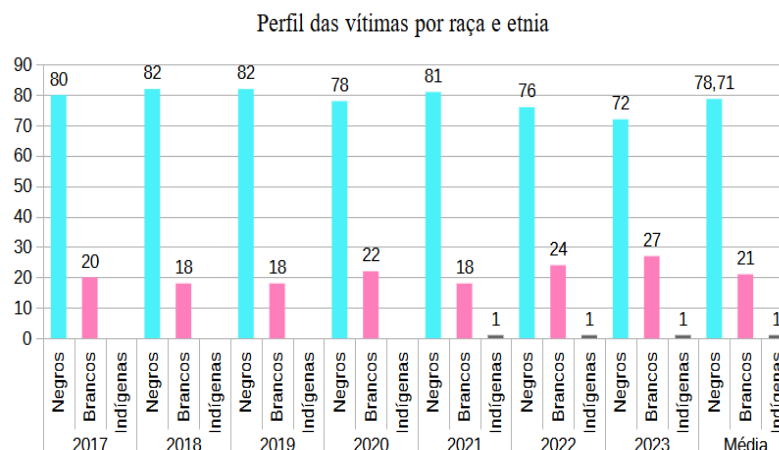
Em uma sociedade construída a partir de uma estrutura racial, os corpos racializados são os alvos prioritários da subalternização e da abjeção violenta que, para Mombaça (2021), despedaça e dilacera essas existências. O racismo, que no Brasil se metamorfoseou em um mito de convivência harmônica entre os sujeitos diferentes (Bento, 2017), está no cerne da perseguição às populações empobrecidas, periféricas, racializadas, dissidentes e inadequadas ao padrão hegemonicamente forjado. O racismo "é uma fantasia colonial indeterminadamente atualizada no marco do colapso da colônia [que] está exposta também na coreografia das carnes, na intensidade dos cortes e na ancestralidade das cicatrizes" (Mombaça, 2021, p. 64).

Cicatrizes estas que, na interpretação de Benevides (2024), se mostram ainda mais evidentes quando o olhar recai sobre as pessoas trans* brutalmente assassinadas nos últimos anos no Brasil. A essas populações, a cor, a raça ou etnia se posiciona "como um 'agravante' ao corpo e identidades desviantes, enquanto a identidade trans se torna uma marca imperdoável para a cisgeneridade" (Benevides, 2024, p. 58). Segregadas e deslocadas para as margens em um sistema que já precariza as populações negras, as pessoas trans* racializadas são aquelas que, conforme Benevides (2024, p. 59), possuem menos acesso aos mecanismos de feminilização e de passabilidade social, o que, por consequência, as tornam "mais

facilmente sendo lidas a partir do olhar da cisgenderidade e da patrulha de gênero como alguém que não pertenceria ao gênero que expressa".

Também como dito anteriormente, o perfil étnico-racial das vítimas desses crimes não é uma curva relacionada aos dados de 2023; ele é a regra que acompanha as estatísticas apresentadas, desde 2017, pela ANTRA, conforme indica a Figura 2.

Figura 2 – Gráfico indicando o perfil das vítimas por raça e etnia, entre 2017 e 2023.



Fonte: elaborado pelos autores (2024)

No tocante às violências procedidas de morte, destaca-se a barbárie e a depredação das pessoas trans*, duas das características centrais que permitem associar os homicídios a um estado de reprodução e atualização do projeto colonial de poder, gestão e regulação dos sujeitos. Em 54% dos casos registrados de assassinatos foram relatados requintes de crueldade. Segundo Benevides (2024),

dentre os assassinatos notificados em 2023, em 23 notícias (16%) não houve informações sobre o tipo de ferramenta/meio utilizado para cometer o assassinato. Dos 122 casos restantes, 56 (46%) foram cometidos por armas de fogo; 29 (24%) por arma branca; 12 (10%) por espancamento, apedrejamento, asfixia e/ou estrangulamento e; 25 (20%) de outros meios, como pauladas, degolamento e corpos carbonizados. Houve, ainda, 24

casos de execução, com número elevado de tiros ou a queima-roupa e/ou através de um número elevado de perfurações por esfaqueamento ou objeto cortante (Benevides, 2024, p. 65).

Degolamento, corpos arrastados pela rua, mutilações, golpes na região da cabeça, dos seios e dos genitais, uso excessivo de violência: na complexa teia de hierarquias sociais, a existência das pessoas trans* é uma afronta ao projeto normalizador e classificatório da colonialidade. Analisando apenas os métodos dos assassinatos praticados contra pessoas trans* em 2023, já é possível perceber as dimensões e as dinâmicas da perversidade a que estão submetidas essas populações no Brasil. Na perspectiva apresentada por Bento (2017), a feminilização ou a masculinização desses corpos, lidos como equivocados, é um dos pilares que dá sustentação a esses crimes. A violência, explica a socióloga, está baseada na inversão de signos e códigos socialmente construídos do que é um homem e do que é uma mulher.

Para Bento (2017, p. 60), “a vida das pessoas trans, principalmente das mulheres trans, vale muito pouco” e as raízes dessa negação de direitos fundamentais, inclusive o direito à vida, assume características intrínsecas a uma violência generificada. Acrescenta a socióloga que

[...] se as mulheres não trans são identificadas como o gênero vulnerável, inferiorizado, quando os sujeitos negam o gênero de origem e passam a demandar o reconhecimento social como membro do gênero desqualificado, desvalorizado (o gênero feminino), teremos como resultado uma repulsa total às suas existências. Dessa forma, um homem que nega sua origem de gênero e identifica-se como mulher quebrará a coluna dorsal das normas de gênero, porque: 1) nega a determinação biológica das identidades de gênero; 2) identifica-se com o desvalorizado socialmente. O feminino que seus corpos encarnam é uma impossibilidade existencial e a relação que se estabelece com eles é de abjeção (Bento, 2017, p. 60).

A regulação, a disciplina e o controle dos corpos, que são fatores indissociáveis da imposição hierárquica fundada pela Modernidade/Colonialidade, tornará essas pessoas trans* mais suscetíveis às vulnerabilidades socioestruturais que, como aponta Silva (2019), operam,

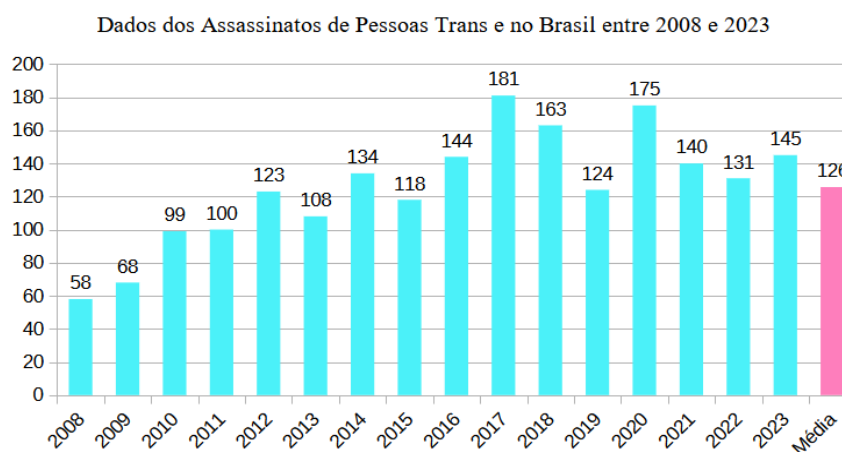
reiteradamente, na “produção e na subalternização de determinadas performances identitárias, sob o jugo dos ditames coloniais” (Silva, 2019, p. 33).

A posição ocupada pelo Brasil, em 2023, como o país que, pelo 15º ano consecutivo, mais assassinou pessoas trans* é corroborada não apenas pelos sete anos de pesquisas organizadas e divulgadas pela ANTRA. Ao resgatar o histórico da coleta de dados para a construção do estudo divulgado em 2024, Benevides (2024) reiterou a relevância da *Transgender Europe (TGEU)* na construção de um banco de informações efetivo para dar visibilidade à pauta. De acordo com a pesquisadora da ANTRA, em 2008, a *TGEU* divulgou o primeiro estudo sobre o tema, identificando 58 mortes violentas cometidas contra pessoas trans* no Brasil. Em 2023, ano em que o Brasil se consolidou na liderança do ranking homicida, Benevides (2024) comentou que dos 320 assassinatos identificados internacionalmente, pelo menos 100 aconteceram no Brasil, somando 31% do total.

Além do número significativo de casos reportados pelo Brasil, o levantamento da *TGEU* também suscita outro aspecto relevante: a maior incidência de assassinatos cometidos contra pessoas trans* está na América Latina, o lugar que Quijano (2005; 2009) posiciona como esse novo espaço-tempo em que a Modernidade/Colonialidade institui critérios de hierarquização e distinção social. Quando comparamos os números de crimes praticados em 2023 (145, desconsiderando-se os suicídios) com os 58 notificados pela *TGEU*, em 2008, houve um aumento de 150% nos casos. Na Figura 3⁶ se observa a evolução dos índices neste período.

⁶ Há uma divergência na tabela (figura 3) em relação a uma anteriormente utilizada (figura 1): no ano de 2017, o levantamento da ANTRA apontou 179 mortes; enquanto a *TGEU* trouxe 181. Esses dois casos extras reportados pela *TGEU* estão vinculados ao desenho metodológico aplicado pela organização e ao fato de que, até 2017, os dados nacionais eram computados isoladamente por diferentes instituições e entidades, como o Grupo Gay da Bahia (GGB), por exemplo. Para fins de dados computados, assume-se o número trabalhado pela ANTRA em seus dossiês, o qual é o de 179 mortes de pessoas trans* registradas em 2017.

Figura 3 – Gráfico mostrando a evolução dos assassinatos contra pessoas trans* no Brasil, entre 2008 e 2023.



Fonte: elaborado pelos autores (2024)

Há outro elemento indissociável da violência que perpassa o alto índice de assassinatos cometidos contra pessoas trans* no Brasil: a objetificação sexual. Como informado por Benevides (2024), em 2023, 57% das vítimas exerciam algum tipo de trabalho sexual como meio de subsistência. O sexo, a objetificação do corpo trans* e a abjeção (Bento, 2017) com que esses indivíduos são identificados, ampliam as dinâmicas de subalternização e a perversidade do exercício do poder sob essas populações. Em território colonizado no qual o empreendimento da Modernidade/Colonialidade impôs a raça como categoria hierárquica, classificando os povos a partir de um modelo engendrado, binário e dicotômico, essa relação entre ódio e sexo, crime e violência, desejo e desprezo, organiza uma estrutura paralela à norma.

Embora aparentemente incoerente, este ordenamento social expõe a contradição subjetiva que impede a regulação da sexualidade com base nos discursos hegemônicos, fazendo com que o Brasil seja líder em outro ranking global: o do consumo de pornografia transgênero online, conforme demonstra um

relatório divulgado, recentemente, pela maior plataforma de vídeos adultos do mundo.

Desejo, abjeção e violência no caldeirão do controle normalizador da sexualidade

Fundado na diferença sexual, o modelo de sociedade que organiza o gênero produz relações de poder assimétricas que exploram e subalternizam identidades e sujeitos dissidentes desta estrutura. Dessa forma, Butler (2019) estabelece uma reflexão acerca de como alguns corpos e sujeitos se tornam alvos prioritários de uma violência extremada, mas cuja aparência de legitimidade – amparada por discursos hegemônicos que constroem as narrativas de poder – faz com que a sociedade passe a ser cúmplice dessa barbárie. O que a autora provoca é, justamente, a tensão entre o humano e o não-humano como categorias que hierarquizarão, no limite, quais vidas são passíveis de serem preservadas e quais são marcadas como desprezíveis.

Conforme discute Butler (2019), Malta Fleury (2021) posiciona as pessoas trans* em um não-espço da cidadania brasileira, manejadas por um aparato jurídico-estatal que as isola, invisibiliza e as patologiza. Isso termina por acentuar o deslocamento desses sujeitos para o trabalho sexual e para as margens da sociedade. Sob requintes de crueldade, como expõe Benevides (2024), os crimes contra a vida dos indivíduos não-cisgêneros, negros, periféricos e sexo-dissidentes se efetivam como um lugar-comum na barbárie cotidiana desenhada e levado a cabo pela “masculinidade compulsória como projeto arbitrário de inscrição do fundamentalismo cisgênero [...] e do projeto moderno-colonial-racial de humano” (Mombaça, 2021, p. 59).

No interior deste fundamentalismo cisgênero apontado por Mombaça (2021) também se esconde uma característica que, para Benevides (2024), sustenta e potencializa os números de crimes praticados contra pessoas trans*: a *tokenização*

enquanto instrumento e objeto do desejo e da expropriação da subjetividade destas identidades. A pesquisadora argumenta haver uma fetichização sexual com esses sujeitos, em especial com as mulheres trans e travestis, o que logo se reverte em vergonha, ódio e crime.

Na sistematização de reações, pontua Pereira (2021), os sentimentos de ojeriza e culpa motivam a degradação das subjetividades e da própria corporalidade desses indivíduos. Nessas práticas discriminatórias, a moralidade e o pudor da normatividade colidem com o desejo, produzindo, a um só tempo, a segregação das pessoas trans* em espaços nos quais o corpo se torna o principal instrumento de sobrevivência e a rejeição a esse corpo ora desejado.

Justo por esse elemento, Viviane V. (2014) classifica esse estado de coisas como uma “mercantilização do sexo enquanto processo social [...] fortemente atrelada a projetos colonizatórios, capitalistas e antieróticos, [...] associada a percepções supremacistas, utilitaristas e exotificantes de corpos humanos” (V., 2014, p. 4). Para a pesquisadora, reside nesta exotificação um dos pontos centrais para se visualizar como o gozo, enquanto produto do exercício do desejo, tão logo pode se transformar na abjeção a estes mesmos corpos, como também pontuam Bento e Pelúcio (2012), Bento (2017) e Pelúcio (2005).

Viviane V. (2014) acrescenta que a intersecção entre o prazer e o ódio se torna violenta, seguindo um arcabouço de práticas, hábitos, comportamentos e ordenamentos sociais e históricos que interrompem a possibilidade do afeto entre e com o corpo trans*. Segundo a pessoa autora, na esteira do que apresentam Bento e Pelúcio (2012), o gênero é constituído por discursos culturais que produzem uma normativa rígida, na qual o sexo se consolida como marcador central das diferenças.

[...] estas normatividades também terminam por influenciar significativamente as possibilidades afetivas e sexuais daquelas pessoas cujos gêneros sejam inconformes. As normatividades cisgêneras, ao promoverem discursos supremacistas sobre os corpos e sobre as performatividades de gênero esperadas para estes corpos, posicionam as

existências transgêneras em lugares complicados nos relacionamentos afetivos e sexuais. Estes posicionamentos são permeados, ainda, pela normatividade heterossexual (Viviane V., 2014, p. 5).

Sem a pretensão de discutir com amplitude o mérito das potenciais causas e razões socioestruturais que delimitam o trabalho sexual como espaço de trânsito e existência das pessoas trans*, importa, nesta reflexão, o fato de o Brasil ocupar a liderança em dois rankings que, ainda que pareçam contraditórios, subsistem como duas faces de um mesmo empreendimento, produto de um sistema hierárquico e excludente que se baseia em uma dinâmica de classificação e normatização regulatória do sistema sexo-gênero (Butler, 2020).

Centrado na cis-heteronormatividade, no binarismo do sexo/desejo e em uma gramática moral controladora, o ordenamento social invisibiliza tanto a violência quanto a manifestação plural da sexualidade. Enquanto figurou como o país que mais assassinou pessoas trans* no mundo pelo 15º ano consecutivo (Benevides, 2024), o Brasil também foi, em 2023, o que mais consumiu pornografia transexual no *RedTube*, uma das maiores plataformas globais de vídeos adultos. Um levantamento publicado pela *PornHub* (2023), gestora do *streaming*, identificou ainda que, entre os anos de 2016 a 2023, os brasileiros estiveram entre os públicos que mais procuraram conteúdos sexuais envolvendo pessoas trans*, sobretudo travestis e mulheres transgênero.

Em 2015, com a divulgação de estatísticas sobre o comportamento dos usuários nas plataformas de vídeo, o Brasil se destacou como o segundo maior mercado desses conteúdos, atrás apenas dos Estados Unidos. Naquele ano, o termo *shemale* - equivalente em inglês para o uso pejorativo de 'travesti' e 'mulher trans' - ocupava a quinta posição entre as buscas no país. Comparado a outros países, sua procura no Brasil foi 89% superior. Dados do *PornHub* (2023) também indicaram que expressões como '*brazilian shemale*' e 'travesti' apresentaram índices significativamente altos em relação a outras nacionalidades.

Nove anos após a divulgação das primeiras estatísticas, o Brasil seguiu entre os líderes no consumo de pornografia com pessoas trans*, evidenciando a relação entre objetificação sexual e abjeção desses corpos. Ao final de 2023, o país permaneceu no topo tanto em índices de violência contra essa população quanto no consumo de conteúdo pornográfico envolvendo pessoas trans*, reafirmando “o paradoxo de viver entre o desejo e o ódio em relação às travestis e transexuais” (Benevides, 2023).

Na atualização de dados, o *PornHub* (2023) reportou um crescimento de 75% no volume de buscas de termos e expressões como ‘shemale’, ‘brazilian shemale’, ‘transgender’, ‘transgender surprise’ e ‘ladyboy’, comparando 2023 a 2022. Hipersexualizadas e transformadas em objetos de um desejo restrito ao exercício do poder e da dominação sexual, as pessoas trans*, argumenta Benevides (2023), compõem um cenário imagético na qual a única possibilidade de existência é aquela vinculada à disponibilidade do corpo como instrumento de pertencimento, ainda que tal pertencimento seja, como declara Mombaça (2021), uma ficção.

A abjeção a esses corpos assume protagonismo nas discussões propostas por pesquisadoras como Bento (2017), Bento e Pelúcio (2012), Butler (2019; 2020; 2024), Hija de Perra (2015), Pelúcio (2005) e Viviane V. (2014). Inteligíveis pela ótica de uma estrutura que se reproduz pela e na diferença sexual e de gênero, as pessoas trans* ocupam um não-espço neste ordenamento constituído pela cis-heteronormatividade colonial e patriarcal, como acrescenta Hija de Perra (2015) ao ponderar que a sua própria experiência de se descobrir fora destes padrões foi marcada pelo ódio e pela desumanização.

Quando vislumbrei a tragicomédia de fazer distinção radical na diferença e não simpatizar com o binarismo de gênero instaurado, pensei que somente era um humano deformado, inadequado, muito afeminado, com um corpo biologicamente reconhecido como masculino, logicamente em pecado, desmesuradamente aproximado ao anormal, pervertido e desviado, aprisionado como um sujeito imoral que não merecia entrar no reino dos céus, que devia pedir clemência e me corrigir desta transtornada e frenética patologia que me fazia sair do politicamente correto e

estabelecido como natural dentro dos meus limites geopolíticos (Hija de Perra, 2015, p. 3).

Desejo e repulsa, prazer e dor, norma e dissidência. Se na materialidade dos corpos as pessoas trans* subvertem a normatividade, o binarismo e a dicotomia do sexo-gênero, na fantasia deste mesmo engendramento cis-heteronormativo colonial e patriarcal, alicerçado no machismo e na misoginia hierárquica, não cabe outra ação que não a completa destruição desses sujeitos - o que vem se mostrando uma realidade perversa e bárbara ano a ano no Brasil, como reiteram Vaccari *et. al* (2021) ao inserirem o preconceito inflamado contra corpos dissidentes em um contexto que se alimenta da rejeição à diversidade para impor a selvageria como instrumento de subordinação e submissão de uma identidade pela outra.

Considerações finais

Os desdobramentos de uma estrutura social que é constituída pela imposição de marcadores sustentados na diferença e na exclusão resultam em relações assimétricas de poder. Nesse contexto, o gênero, o sexo, o desejo e os elementos que circundam a complexa rede de formação e manifestação da sexualidade serão manipulados para reproduzir um modelo padrão, binário e estável de sujeito. Esse sujeito é socializado em meio a formações socioestruturais que estão atravessadas pelos processos coloniais que marcaram não apenas a historicidade nacional, mas continuam sendo alimentados por um ideário de colonialidade em que a racialidade e a subalternização seguem solidificando hierarquias de distinção.

É o caso das pessoas trans* que, no Brasil, estão posicionadas às margens dessa estrutura consolidada pela cis-heteronormatividade patriarcal, misógina, classista, racista e LGBTfóbica. Os dados analisados, produzidos por entidades como a ANTRA e a *Transgender Europe*, apontam o Brasil como líder global em

assassinatos dessa população há 15 anos consecutivos. Essa violência sistemática se entrelaça a outra informação: o país figura como maior consumidor mundial de pornografia envolvendo pessoas trans*, conforme levantamento do *PornHub* (2023).

Como referido ao longo deste estudo, portanto, trata-se de um modelo de sociedade que impõe o engendramento e uma regulação moral sob essas populações, hierarquizando e classificando os sujeitos a partir, primeiro, de um critério racial; ampliando essas distinções também para o gênero, o sexo e a sexualidade. As identidades sexo/gênero dissidentes, construídas fora de um padrão eurocentrado, racializado, binário e dicotômico que se atualiza constante e reiteradamente, se tornam alvo de controle, apagamento e violências.

Isso irá construir narrativas nas quais os sujeitos colonizados e re-identificados pelas categorias alegóricas da Modernidade/Colonialidade estão sempre envoltos em tragédias e opressões; uma estratégia repetida *ad eternum* por um projeto civilizatório que deslegitima a existência de corpos, pessoas e identidades dissidentes, gerando um regime de morte, exclusão e subalternização. Na tessitura dessa sociedade patriarcalista e centrada no exercício de dominação e poder do homem sobre os demais sujeitos, há a legitimação de afetos heterocentrado e a marginalização daqueles a quem o desejo manifesta-se na dissidência e na diferença.

Com efeito, neste estudo, provocou-se uma reflexão em que os dados da violência e da barbárie impetradas contra os corpos e as identidades trans* são vistos como um dos eixos que subsidiam a abjeção e a ojeriza que esses sujeitos provocam – ainda que os afetos escondam a fetichização e a *tokenização* sexual dessas populações, como mostram os indicadores reportados pelas plataformas globais de filmes adultos. Nesses levantamentos, os brasileiros aparecem como os maiores consumidores de pornografia envolvendo, em especial, mulheres trans e travestis.

Dessa forma, o objetivo de se estabelecer uma intersecção entre violência e a hipersexualização mostrou-se efetivo, uma vez que os dados reportados pela ANTRA (2024) e pela *Transgender Europe* revelam a brutalidade que atravessa o corpo e as identidades das pessoas trans*. Ao mesmo tempo, os indicadores sobre o consumo de conteúdo adulto também materializam a dualidade que permeia as relações assimétricas de poder e submissão no qual esses sujeitos estão inseridos. Enquanto o número de assassinatos praticados contra pessoas trans* cresceu 150% entre 2008 e 2023, o volume de buscas no *RedTube* vinculadas a este tipo de conteúdo também disparou no Brasil, colocando o assunto na terceira posição de vídeos mais consumidos pelos brasileiros em 2023 — demonstrando haver, entre o medo e a abjeção a esses corpos, um desejo extremado que, no limite, terminará em agressões físicas, esquartejamentos, mutilações genitais e espancamentos em vias públicas, como apontou os relatórios da ANTRA consultados para a construção deste artigo.

Histórica e politicamente, foi possível identificar esses movimentos ocorrendo como marcos normativos nas sociedades dominadas e oprimidas pelo colonizador e seus predicados (homem, branco, heterossexual, cisgênero, civilizado). A colonização e os seus imperativos de normalização revelaram-se altamente eficiente na construção de identidades subalternizadas, expostas a uma infinidade de atos bárbaros em nome de um processo que se propunha ser civilizatório - o que, por si só, denota sua essência de extermínio as outras formas de se viver.

As correlações propostas, principalmente aquelas que mobilizam a objetificação e a mercantilização do sexo, como propõe Viviane V. (2014), por exemplo, ou as formações das identidades travestis e transgênero e suas incorporações a um constructo de abjeção e inelegibilidade, na esteira do que articulam Bento (2017), Bento e Pelúcio (2012) e Hija de Perra (2015), não se pretendem esgotar o debate acerca da problemática, que tem se revelado tão urgente e necessário em um país que naturalizou esta violência contra os sujeitos sexo-dissidentes. Por fim, há que se observar o *lócus* no qual a própria ciência insere

essas pessoas e sobre quais bases as histórias se estruturam. Há, inegavelmente, a violência premente e o deslocamento às margens e periferias deste tecido social colonial; mas há, sem dúvida alguma, resistências e potencialidades a serem mapeadas e investigadas em relação a estas populações. Que as próximas investigações possam se debruçar nestes resgates, nestas possibilidades de vidas trans* que existem para além da segregação e da bestialidade com que suas identidades são segregadas. A ciência não deve apenas nomear a morte, mas reconhecer e dar visibilidade às múltiplas formas de existência.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2023.

BENEVIDES, Bruna. Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2023. Brasília: *Distrito Drag*; ANTRA, 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2024.

BENEVIDES, Bruna. 2023: o Brasil invicto como campeão no consumo de pornografia trans no mundo (e de assassinatos). *Portal Catarinas*. 2023. Disponível em: <https://catarinas.info/colunas/brasil-invicto-como-campeao-no-consumo-de-pornografia-trans-no-mundo-e-de-assassinatos/>. Acesso em: 17 fev. 2024.

BENTO, Berenice. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 2, p. 569–581, maio 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/GYT43pHGkS6qL5XSQpDjrqi/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 ago. 2024.

BUTLER, Judith. *Vida precária*. Os poderes do luto e da violência. Autêntica: São Paulo, 2019.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão da identidade. 19 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

BUTLER, Judith. *Quem tem medo do gênero?* São Paulo: Boitempo, 2024.

COMUNIDADE CATRILEO+CARRIÓN. Utopias mapuche não binárias para um presente epupillan. *Caderno de Leituras*, n.124. Edições Chão da Feira: Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2021/03/cad124-utopiasmapuche.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

FERNANDES, Estevão R. *Existe índio gay? A colonização das sexualidades indígenas no Brasil*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 80, p. 115-147, mar. 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em: 20 jan. 2024.

GROSFOGUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. São Paulo: Autêntica, 2020.

HIJA DE PERRA. Interpretações imundas de como a Teoria Queer coloniza nosso contexto sudaca, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma. *Revista Periódicus*, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 291-298, 2015. DOI: 10.9771/peri.v1i2.12896. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/12896>. Acesso em: 17 mai. 2024.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>. Acesso em: 30 abr. 2023.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista hoje. Perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MACHADO, Carla. Pânico Moral: Para uma Revisão do Conceito. *Interações: Sociedade e as novas modernidades*, [S. l.], v. 4, n. 7, 2004. Disponível em: <https://www.interacoesismt.com/index.php/revista/article/view/125>. Acesso em: 16 jun. 2024.

MALTA FLEURY, Flávio. Estado, direito, transfobia e cissexismo no Brasil. *Revista Videre*, [S. l.], v. 13, n. 28, 2021. DOI: 10.30612/videre.v13i28.14916. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/14916>. Acesso em: 18 fev. 2024.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. CLACSO, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

MOMBAÇA, Jota. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MOTT, Luiz. A revolução homossexual: o poder de um mito. *Revista USP*, [S. l.], n. 49, p. 40-59, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32907>. Acesso em: 21 abr. 2023.

MOTT, Luiz. *A inquisição no Maranhão*. Edufma, 1995. Disponível em: http://snh2017.anpuh.org/resources/download/1245522207_ARQUIVO_luizmott.pdf. Acesso em: 01 maio 2023.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. A cobaia agora é você! Cisgeneridade branca, como conceito e categoria de análise, nos estudos produzidos por travestis e mulheres transexuais. *Caderno Espaço Feminino*, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 157-178, 2023. DOI: 10.14393/CEF-v36n1-2023-9. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/69857>. Acesso em: 2 dez. 2023.

PELÚCIO, Larissa. Toda quebrada na plástica: corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. *Campos - Revista de Antropologia Social*, v. 6, 2005. DOI: 10.5380/cam.v6i0.4509. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/4509>. Acesso em: 07 ago. 2024.

PEREIRA, Julia Luiza Bento. Translado: o lado trans e travesti da prostituição. *Revista Leitura*, [S. l.], n. 69, p. 109-121, 2021. DOI: 10.28998/2317-9945.202169.109-121. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/9702>. Acesso em: 8 ago. 2024.

PORNHUB. *PornHub Insights: 2023 Year in Review*. 2023. Disponível em: <https://www.pornhub.com/insights/2023-year-in-review>. Acesso em: 20 jan. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *Clacso, Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales*. Buenos Aires: 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 21 dez. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SILVA, Danilo da Conceição Pereira. O dispositivo da colonialidade de gênero no discurso transfóbico online. *Raído - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFGD*, [S. l.], v. 13, n. 33, p. 10–27, 2019. DOI: 10.30612/raido.v13i33.9767. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/9767>. Acesso em: 3 dez. 2023.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*. A homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

V., Viviane. Trans* Sexualidade: Reflexões sobre a mercantilização do sexo desde uma perspectiva transgênera. *Revista Periódicus*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 174–190, 2014. DOI: 10.9771/peri.v1i1.10154. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10154>. Acesso em: 5 fev. 2024.

VACCARI, Jade Mariam; GREGORI, Juciane de; NEPOMUCENO, Margarete Almeida. Transfobia e necropolítica: encruzilhadas do contexto brasileiro contemporâneo. *Extraprensa*, v. 15, n. Especial, 2022. O pensamento crítico latino-americano e as alternativas no enfrentamento da crise do capitalismo contemporâneo. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/195362>. Acesso em: 8 ago. 2024.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

